

APAV®



Associação Portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

ABRIL 2023



**CIBERCRIME****FIRMA CMS ESTEBELECE PARCERIA COM A APAV**

A sociedade CMS e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinaram um acordo de parceria em que a firma de advogados internacional irá prestar, em regime 'pro bono', apoio técnico-jurídico na área do Cibercrime aos utentes da Associação. Segundo a CMS, "num momento em que o cyberbullying se assume, cada vez mais, como uma realidade presente na vida das pessoas", a sociedade compromete-se, através desta parceria, em prestar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de Cibercrime, através dos seus advogados. ■

Sindicato dos técnicos de reinserção avança com greve às horas extras em maio

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 27/04/2023

Meio: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e9050791>

"Em meados de maio vamos avançar com uma greve às horas extras", referiu o sindicato dos técnicos de reinserção social, salientando a falta de atratividade das carreiras.

Os técnicos de reinserção social vão avançar com uma greve às horas extraordinárias em maio, adiantou o sindicato, que já deu conhecimento dessa intenção na reunião com o secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Jorge Alves Costa.

Em declarações à Lusa, o presidente do Sindicato dos Técnicos da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (SinDGRSP), Miguel Gonçalves, disse ter alertado a tutela para a falta de condições de atratividade das carreiras, o défice de recursos humanos e o impacto que a greve poderá ter nos serviços de vigilância e proteção de vítimas.

"Em meados de maio vamos avançar com uma greve às horas extras", referiu o líder sindical, sublinhando que o governante "mostrou alguma preocupação e disse que ia apelar novamente ao Ministério das Finanças para a abertura de promoções".

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

O dirigente do SinDGRSP destacou também que há um concurso para o recrutamento de 105 técnicos profissionais, mas que "está bloqueado nas Finanças", sem deixar de notar que esse procedimento, quando autorizado, se irá prolongar por quase um ano.

"O facto de serem carreiras não revistas tem feito uma sangria enorme. Depois de as pessoas entrarem, mudam para outras carreiras na Administração Pública, porque as carreiras não são atrativas", sintetizou.

Miguel Gonçalves revelou que o sindicato já alertou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) "para tomarem conta das vítimas" e que vai contactar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). "Vai pôr em causa uma série de serviços, como vigilância eletrónica e fecho de unidades. Não é expectável que um trabalhador em Lisboa consiga garantir a segurança das medidas em vigor no Algarve, é impossível. É um perigo enorme", notou.

Questionado sobre a reunião de quarta-feira com a tutela, o presidente do SinDGRSP reconheceu o trabalho prévio do Ministério da Justiça para a revisão das carreiras prevista para 2024, garantindo que "ficou acordada uma nova reunião em setembro" para o início das negociações. "Dá-nos alguma esperança, porque temos uma proposta que já foi entregue e estão a trabalhar sobre essa proposta. Começa a haver luz ao fundo do túnel", observou.

Num comunicado enviado às redações a propósito da reunião de quarta-feira, o Ministério da Justiça realçou que está a trabalhar em articulação com as outras áreas do Governo para "obter as necessárias autorizações prévias, quer para a abertura de procedimento concursal de ingresso, quer para abertura de procedimentos concursais de promoção às categorias superiores, evidenciado o reconhecimento da sua necessidade".

APAV regista 41 casos de violência doméstica no distrito de Beja em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 27/04/2023

Meio: Rádio Pax Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=af63fae4>

No ano passado, no distrito de Beja, foram registados 41 casos de violência doméstica. Os dados são da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Os concelhos de Beja (11 casos), Serpa (6 casos), Almodôvar (4 casos) e Odemira (4 casos) apresentam o maior número de casos no distrito.

Seguem-se os concelhos de Castro Verde e Vidigueira (3 casos), Moura (2 casos), Aljustrel, Ourique e Cuba (1 caso).

Em Alvito e Barrancos não há registo de qualquer caso de violência doméstica.

A nível nacional, Lisboa (807 casos), Braga (678 casos), Faro (572 casos), Loulé (450 casos), Porto (447 casos) e Sintra (387 casos) são os concelhos onde se registaram o maior nº de casos de violência doméstica.

No ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima salienta que foram apoiadas vítimas de 292 dos 308 municípios existentes, o que representa uma cobertura de 95% de todo o território nacional.

Dos 14 mil e 824 autores de crime e de outras formas de violência, a APAV sublinha que a maioria são do sexo masculino (9 mil e 192 agressores, o que corresponde a 62%) e do sexo feminino registaram-se mil e 900 agressores (valor que representa 12,9% do total de autores de crime).

A APAV salienta ainda que existem 3 mil e 715 agressores com sexo desconhecido (com uma percentagem de 25,1% face ao total) e apenas 11 agressores identificam-se como cidadãos em condição de intersexo, representando assim 0,1% dos autores de crime e de outras formas de violência.

Rádio Pax

Exposição Pelas Mulheres de Carlota Aragão

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 27/04/2023

Meio: Torres Vedras Web Online

URL: <https://torresvedrasweb.pt/exposicao-pelas-mulheres-de-carlota-aragao/>

Exposição realiza-se no Salão Nobre da Associação INCLUIR+ em Torres Vedras.

De 13 de Maio a 13 de Junho de 2023, realiza-se no Salão Nobre da Associação INCLUIR+ em Torres Vedras, a exposição Pelas Mulheres #Mulheresemreconstrução - A Mulher, a Sociedade e a violência, de Carlota Aragão.

Este evento tem o apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras, a Associação INCLUIR+ e a APAV.

[Additional Text]:

exposicao-de-mulheres-incluir

Redação

Palestra "Amor não é Abuso"

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 24/04/2023

Meio: Jornal das Caldas Online

URL: <https://jornaldascaldas.pt/2023/04/24/palestra-amor-nao-e-abuso/>

O Rotary Club de Óbidos organiza no dia 29 de Abril, a partir das 14h30, no Auditório Municipal Casa da Música, uma palestra sob o mote "Amor não é Abuso".

A conferência, aberta ao público, terá oradores de áreas como a saúde, segurança, apoio à vítima, entre outras.

A sessão de abertura será com Filipe Daniel, presidente da Câmara Municipal de Óbidos, e Adélia Belo, presidente do Rotary Club de Óbidos.

Às 15h00 haverá projeção do filme "A Princesa e a ervilha" e o Projeto "Os Silva", da Unidade de Saúde Pública.

Segue-se "Mulheres, famílias e saúde pública", por Fátima Pais, médica de saúde pública, "Construir uma nova história", por Marta Leal, coach, "Gestão da autoimagem e seu empoderamento", por Marta Andrada, coach, "Dificuldades de abordagem na violência doméstica", por Cristina Teotónio, internista do Serviço de Urgência do Hospital de Caldas da Rainha.

"Ficha de avaliação de risco", por César Ferreira, cabo da GNR, e "As crianças expostas a violência interparental", por Patrícia Ferreira, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, com moderação de Ricardo Duque.

Está ainda previsto um momento musical com Nelson Cauda de Tesoura.

O Rotary Club de Óbidos foi criado em maio de 2022 como clube satélite do Rotary Club do Bombarral.

Redação

NO DIA 18 DE MAIO, NO CAMPUS DE BRAGA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Secretária de Estado da Igualdade abre IV Jornadas Contra a Violência da APAV

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove, no dia 18 de maio, a IV edição das Jornadas de Braga contra a Violência. A iniciativa irá decorrer no Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa e contará com a presença da secretária de Estado da Igualdade e Migrações, Isabel Almeida Rodrigues.

A iniciativa contará com um diversificado painel de prestigiados/as oradores/as e moderadores/as, com vista a promover um palco de debate e reflexão nas diversas temáticas relacionadas com o trabalho em rede e os desafios de um/a Técnico/a de Apoio à Vítima.

Este evento iniciará



A IV edição das Jornadas de Braga decorrerá no campus de Braga da Universidade Católica

com a reflexão da importância do trabalho em

rede, fomentando o conhecimento dos diver-

sos atores, acreditando que mais que uma pro-

messagem, este trabalho deve desencadear uma verdadeira resposta, que de forma musculada e articulada resolva as necessidades das vítimas de crime, suas famílias e amigos/as.

O acolhimento e boas-vindas contará com as intervenções de João Lázaro, presidente da APAV; José Manuel Martins Lopes, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa; Isabel Almeida Rodrigues, secretária de Estado da Igualdade e Migrações e Carla Sepúlveda, vereadora da Educação, Inovação e Coesão Social da Câmara Municipal de Braga.

O objetivo passa também por ainda melhor compreender qual o papel do sistema de justiça

na informação e proteção das vítimas de crime, incentivando a necessária reflexão sobre os principais desafios experienciados pelos/as Técnicos/as de Apoio à Vítima na sua atuação diária junto das vítimas de crime, seus familiares e amigos/as, melhor compreendendo os atuais desafios destas estruturas.

Esta IV edição das Jornadas com um workshop envolto de um tópico por demais invocado por quem diariamente contacta e trabalha numa estrutura de apoio à vítima ou em estreita colaboração com esta: os riscos de um/a Técnico/a de Apoio à Vítima.

A participação no evento é gratuita, mas carece de inscrição obrigatória.

Oito sítios onde fazer trabalho voluntário

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/04/2023

Meio: Delas Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=adff9877>

Carreira Oito sítios onde fazer trabalho voluntário

22/04/2023

Margarida Cerqueira

Sempre quis fazer trabalho voluntário, mas nunca consegui encontrar o sítio ideal? Reunimos oito sugestões para entrar no mundo do voluntariado

[Fotografia: Pexels/Gustavo Fring]

O trabalho voluntário é uma excelente opção para quem quer ocupar o tempo de uma forma útil e será, cada vez mais no futuro, parte integrante dos currículos. O único problema é que, no meio de tanta oferta, é sempre difícil eleger o sítio onde fazer voluntariado.

Delas.pt pesquisou e reuniu algumas opções para tornar a escolha mais fácil e acertada.

APAV - Apoio à vítima

A APAV procura voluntários para participarem "ativamente no esforço cívico de apoio a quem sofre violência e/ou crime e na defesa e afirmação dos direitos das vítimas na sociedade".

O trabalho voluntário tem a duração de seis meses e, de acordo com o site da associação, cada um deve dispensar de "pelo menos quatro horas semanais" para integrar a equipa.

Para se inscrever basta ter mais de 18 anos e preencher a ficha de candidatura que se encontra no site. Para atendimento presencial, no Gabinete de Apoio à Vítima, é dada preferência àqueles que têm formação superior em Psicologia, Direito ou Serviço Social.

REFOOD

Para fazer parte da comunidade REFOOD, basta dispensar apenas duas horas semanais do seu tempo. Durante esse período, irá fazer chegar refeições a cerca de dez pessoas "necessitadas na sua própria comunidade".

No site, local onde realiza a candidatura, não há nenhuma especificação de idade e encontra testemunhos variados, desde crianças a pessoas com alguma idade.

Liga Portuguesa Contra o Cancro

Na Liga Portuguesa Contra o Cancro há várias funções que pode desempenhar como voluntária, desde o voluntariado de entreatajuda, que tem como objetivo fornecer apoio emocional aos doentes oncológicos, até ao voluntariado comunitário, onde pode ajudar a angariar fundos para a causa.



Direitos das vítimas de crime

Qualquer pessoa pode ser vítima de crime. Não pense que só acontece aos outros

Vítima de crime é uma pessoa que, em consequência de um ato praticado contra as leis penais em vigor, sofreu um ataque contra a sua vida, integridade física ou mental, um sofrimento de ordem emocional ou uma perda material. Consideram-se também vítimas, os familiares próximos ou as pessoas a cargo da vítima direta, bem como as pessoas que tenham sofrido algum tipo de dano ao intervirem para prestar assistência às vítimas ou para impedir a vitimação.

Se foi ou é vítima de crime, denuncie às autoridades.

A vítima de crime tem um conjunto de direitos que importa conhecer.

No processo crime, a vítima é quase sempre chamada para participar como testemunha, pois o conhecimento direto que tem do que aconteceu é muito importante para a descoberta da verdade. Contudo, caso a vítima

pretenda intervir de forma mais ativa no processo, pode constituir-se como assistente, colaborando com o Ministério Público. Caso o pretenda fazer, a vítima terá de constituir advogado/a, bem como pagar uma taxa de justiça (com exceção das vítimas de violência doméstica, que estão isentas de custas processuais). Se não tiver condições económicas para pagar os honorários de advogado/a, a taxa de justiça ou outras despesas do processo, esta pode pedir apoio judiciário, podendo a APAV ajudá-la a exercer este direito, auxiliando no preenchimento do Requerimento de Proteção Jurídica de pessoa singular.

Mais ainda, caso pretenda apresentar um pedido de indemnização contra o/a arguido/a devido aos danos que o crime lhe causou, pode, para além de testemunha, intervir no processo como parte civil.

Quais os direitos?

O direito à proteção

As vítimas e seus familiares têm direito a proteção contra atos de retaliação, de in-

timidação ou de continuação de atividade criminosa contra si. Assim, têm direito a ser protegidas de atos que possam pôr em causa a sua vida, a sua integridade física, o seu bem-estar emocional e psicológico, bem como a sua dignidade aquando da prestação de depoimento. Este direito também se aplica aos seus familiares mais próximos e/ou às testemunhas.

Se é ou foi vítima de crime, pode solicitar ou sugerir a aplicação de medidas que o protejam, a si e/ou aos seus familiares, podendo a APAV ajudar a exercer este direito.

Outros direitos

Às vítimas de crimes é reconhecido, para além dos já mencionados, um conjunto de direitos que estas podem exercer de forma a suprirem as suas necessidades e defenderem os seus interesses. Assim, têm:

- **Direito à informação:** receber informações quer sobre o estado do processo, de uma forma simples e clara;
- **Direito a receber com-**

provativo de denúncia: receber de imediato e sem necessidade de requerimento, o respetivo comprovativo;

- **Direito de acesso a serviços de apoio à vítima:** beneficiar de serviços de apoio gratuitos e confidenciais, antes, durante e após o processo-crime. Têm, ainda, direito a recorrer a serviços de apoio, mesmo que não tenha ou pretenda denunciar o crime;

- **Direito a ser ouvida:** ser ouvida, dar informações que possam ser importantes para a investigação e apresentar provas, durante o processo-crime;

- **Direito a compensação pela participação no processo e ao reembolso de despesas:** a vítima que intervenha como testemunha no processo tem o direito de ser compensada pelo tempo gasto devido à sua participação no processo, bem como de ser reembolsada das despesas efetuadas em resultado dessa participação;

- **Direito à restituição de bens:** caso, em consequência do crime cometido e da investigação daí resultante sejam apreendidos bens da vítima, esta tem direito a que

estes lhe sejam devolvidos;

- **Direito à tradução:** caso não domine a língua portuguesa e tiver de participar num ato processual, tem direito a ser-lhe nomeado um/a intérprete, sem qualquer custo associado;

- **Direito à indemnização:** ser indemnizada pela pessoa que praticou o crime pelos danos materiais e morais que este lhe causou ou, no caso das vítimas de crimes violentos e de crime de violência doméstica, à atribuição de uma indemnização por parte do Estado, quando a mesma não possa ser suportada pela pessoa que praticou o crime e desde que preenchidos determinados requisitos.

- **A APAV pode ajudá-lo/a a exercer estes direitos.**

Que apoio está disponível?

A APAV disponibiliza apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático a vítimas de crime, bem como aos seus familiares e amigos/as. Este apoio é gratuito e confidencial.

A apresentação de queixa pode ser efetuada junto de uma esquadra da Polícia de Segurança Pública, posto da Guarda Nacional Republicana ou diretamente jun-

to dos Serviços do Ministério Público.

Em situações de emergência, deverá contactar o 112 (Número Europeu de Emergência) ou o 144 (LINES, Linha Nacional de Emergência Social), que desencadearão os meios mais adequados à situação relatada. Estas chamadas são gratuitas e estão disponíveis 24h/dia.

Para mais informações sobre os direitos da vítima de crime, consulte o site <https://www.infovitimas.pt>.

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE BRAGA

Rua de S. Vítor, 11 (Edifício Junta de Freguesia de São Victor) - 4710-439 Braga - Tel. 253 610 091 - apav.braga@apav.pt - Dias úteis: 10h00-13h00 / 14h00-18h00

LINHA DE APOIO À VÍTIMA - 116 006 | Chamada gratuita | Dias úteis das 09h00 às 21h00.

No âmbito das celebrações dos 30 anos, o GAV de Braga publica um artigo de opinião por mês no Diário do Minho sobre as diversas áreas de atuação da APAV

"Stalking". Um crime que não parou de aumentar nos últimos anos

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 22/04/2023

Meio: Porto Canal Online

URL: <https://portocanal.sapo.pt/noticia/325436>

O "stalking" é um crime que tem continuado a aumentar nos últimos sete anos. Trata-se de um crime de perseguição de pessoas que são constantemente intimidadas e que vêm a sua vida pessoal a ser violada.

Este crime é punido em Portugal com uma pena de prisão até três anos, mas pode também ser punido apenas com uma multa, desde 2015.

De acordo com o Jornal de Notícias, o número de investigações abertas pelo Ministério Público tem aumentado de ano para ano.

Segundo o mesmo jornal, em 2016, o Ministério Público abriu 482 inquéritos e instaurou 658 em 2017. Em 2020 o número centrava-se já nos 907 e em 2021 nos 1011.

De acordo com os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em 2017 ainda ninguém tinha sido condenado a pena de prisão por este crime, mas, a partir de 2018, o número de reclusos nunca mais parou de aumentar.

Já a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revela ao JN que, em 2022, atendeu 261 vítimas.



Denúncias de assédio disparam

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=135bcb39-7281-4b6d-adb2-7870371cbd1d&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Em 4 anos, as denúncias por assédio sexual e moral mais do que duplicaram em Portugal. Em 2019 a APAV recebeu 60 denúncias, no ano passado esse valor chegou às 160, números que, ainda assim, acredita a associação estarão aquém da realidade. Vários estudos apontam para que apenas uma pequena parte das vítimas de abusos faça queixa.



IGUALDADE, DIVERSIDADE E EQUIDADE

MAIS
ajuda150 000 € para projetos
inovadores de apoio
à comunidade

CONHEÇA OS VENCEDORES

Saiba tudo em maisajuda.pt

Sócios Parceiros

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de

Mundo jovem de



APOIO MONETÁRIO MAS TAMBÉM CAPACITAÇÃO E VISIBILIDADE

Como um grande retalhista desenhou um programa de apoio à capacitação do terceiro setor e de inovação nas respostas aos problemas sociais, procurando endereçar os desafios reais destas organizações.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm um papel muito importante no contexto socioeconómico nacional, como agentes ativos para uma sociedade mais justa e sustentável, promovendo o desenvolvimento das comunidades locais. Quando o Lidl Portugal iniciou o Programa Mais Ajuda em 2019, a intenção foi ir mais além no apoio à capacitação do terceiro setor e na inovação das respostas a problemas sociais, desenhando um projeto com base nos desafios reais destas organizações. Estes desafios estão, em primeiro lugar, na pouca capacidade destas organizações para investir no seu desenvolvimento. Ou seja, as IPSS têm como principal objetivo dar resposta a situações de emergência social e alocam a maioria dos seus recursos a este apoio, não tendo disponibilidade para o seu próprio desenvolvimento. Outro desafio é o pouco avanço tecnológico, que é fruto da sua natureza estrutural, que assenta no trabalho de voluntários (tradicionalmente mão de obra menos qualificada). Esta estagnação tecnológica acaba por limitar a atuação e o impacto deste setor. É neste contexto que o Mais Ajuda promove uma abordagem diferenciadora, em que IPSS e startups colaboram para encontrar respostas inovadoras

MAIS ajuda

Empresa:
Lidl Portugal

Nome do projeto:
Mais Ajuda – 3ª edição

Data de início:
26/10/2021

Data de conclusão:
23/06/2023

Principais beneficiários da iniciativa: **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e startups de impacto social, a nível nacional.**

aos desafios sociais de sempre, partilhando boas práticas e novas metodologias. Os projetos vencedores recebem não só um apoio monetário, mas também visibilidade e capacitação.

TRÊS EDIÇÕES, TRÊS PROBLEMAS

Este programa do Lidl de apoio à inovação social conta já com três edições (2019/2020; 2020/2021; 2021/2022). Na primeira edição, o foco foram as crianças. Na segunda edição, o foco foram os idosos, dados os desafios atuais desta população, agravados com a pandemia (isolamento, solidão, infoexclusão, etc.). Na terceira edição, o Lidl focou-se em respostas inovadoras que utilizem a educação como alavanca essencial para a promoção da igualdade de oportunidades. Cada edição do Mais Ajuda inicia-se com uma campanha em loja que envolve os clientes no programa, através das escolhas socialmente responsáveis: durante a época do Natal, por cada compra com produtos Deluxe, o Lidl contribui com 0,20€ para o Programa. Ao anúncio do valor recolhido por este processo segue-se o período de candidatura, depois a avaliação e a seleção. Depois do anúncio dos projetos escolhidos segue-se um período de capacitação, em que os



projetos recebem formação e acompanhamento na sua atividade. Com este processo, nas três edições o Lidl já recolheu 844 mil euros para o programa.

Na sua terceira edição, o Mais Ajuda pretendeu sensibilizar a sociedade para a importância da educação na diminuição de assimetrias sociais e no combate à pobreza, e apoiar projetos que deem novas respostas a estas problemáticas. O objetivo foi apoiar projetos que, através da educação, independentemente da faixa etária a que se destinam, possam melhorar as condições sociais dos portugueses, promovendo uma igualdade efetiva de oportunidades e fomentando uma participação ativa no contexto em que se inserem. No leque dos dez vencedores, que se evidenciaram de entre as cerca de 600 candidaturas recebidas, estão projetos diferenciadores de cinco IPSS e de cinco startups, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades e a integração social através de programas educativos dirigidos, por exemplo, a refugiados e migrantes, ex-prisioneiros, vítimas de violência doméstica e bullying, e pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, de todas as faixas etárias. Na categoria de start-ups, os vencedores foram a Ekui – VERD'EKUI; MyPolis; No Bully Portugal; Social Innovation Sports – WSC Jobs; e Teach for Portugal. No domínio das IPSS, foram distinguidas Academia TEN; Academia Reshape – Associação de Proteção e Apoio ao Condenado; Capacitar Mais – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; Contigo, Há Descoberta – Associação Socio Terapêutica de Almeida; e CASTIIS – Escola Social.

APOIO MONETÁRIO MAS TAMBÉM CAPACITAÇÃO E VISIBILIDADE

O Mais Ajuda premeia os melhores projetos de forma estrutural. Ou seja, para além do apoio monetário para se expandirem e maximizarem



3 edições

26

projetos apoiados

844.000

euros entregues

o seu impacto social (nesta edição foram entregues 361 mil euros a dividir pelos 10 projetos), integram o Programa de Capacitação Colaborativo, com a colaboração da Beta-i, e que se destina a impulsionar negócios e ideias. É desenhado para IPSS e startups, e focado em ferramentas que lhes permitam testar e validar o modelo de negócio da sua ideia ou projeto. O resultado pretendido é que as ideias se transformem em modelos de negócio, e as soluções em produtos viáveis no mercado. Os participantes tiveram acesso a sessões de mentoria com especialistas, a workshops e a outras ferramentas de apoio no desenvolvimento dos seus projetos ou implementação de novas ideias. Também existe uma componente importante de comunicação e visibilidade nos canais de comunicação do Lidl e dos parceiros do projeto, nomeadamente o Grupo Renascença. A monitorização dos projetos é também um elemento-chave deste programa, com recurso a reuniões de status dos trabalhos desenvolvidos e relatórios de impacto após implementação dos projetos. Para o Lidl, esta terceira edição foi mais uma edição em que o Mais Ajuda recebeu candidaturas de elevada qualidade, com projetos verdadeiramente inspiradores, pelo que a escolha dos vencedores não foi fácil. Para a empresa é um privilégio poder contribuir para que estes projetos cresçam e façam a diferença na nossa sociedade, ajudando a combater a pobreza e as assimetrias sociais em Portugal, através de uma ferramenta tão poderosa como a Educação. Refira-se que nas suas três edições, em que recebeu mais de duas mil candidaturas, o Lidl já entregou um total de 844.000 euros a 26 projetos de inovação social. Com este programa, o Lidl ambiciona reforçar o seu papel para com a sociedade, enquanto ator participativo e comprometido em garantir uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

IMPACTO NOS ODS



Erradicar a pobreza



Saúde de qualidade



Educação de qualidade



Igualdade de género



Trabalho digno e crescimento económico



Reduzir as desigualdades



Paz, justiça e instituições eficazes



Parcerias para a implementação dos objetivos



AREVEM? A CONDUÇÃO?

Maria tinha 18 anos quando foi assediada, em 2018, pelo instrutor no carro da escola de condução. Mas o assédio tinha começado antes, nas aulas de código, quando o instrutor lhe piscava os olhos de forma consecutiva, o que a deixava “completamente desconfortável”. Para tentar resolver o assunto, evitou o contacto visual e foi a aulas com outros professores. Assim, na altura, o problema ficou resolvido. Ou pelo menos foi o que ela pensou.

A jovem, agora com 22 anos, tinha feito as aulas de código necessárias para passar à condução e foi-lhe atribuído um professor. Na altura desconhecia o nome de quem a assediou e não esperava ter de o encontrar no carro da escola – mas foi o que aconteceu.

Momentos antes da primeira aula de condução, à porta da escola, encontrou uma amiga que a alertou para uma situação de desconforto por que tinha passado e que também tinha acontecido com outras alunas – alguns comentários e toques, vindo desse mesmo homem. “Fiquei preocupada, mas não podia desistir, porque já estava na hora da aula”, conta.

Na primeira lição correu tudo normalmente, mas não demorou muito até o instrutor começar a fazer-lhe perguntas íntimas. Por exemplo: “Namora?”, “O que faz?” No início, Maria não via problema nas perguntas, mas a situação iria piorar. O instrutor começou a tocar-lhe no braço, em situações desnecessárias, ou seja, quando conduzia – e as perguntas continuavam. Na terceira aula, o homem voltou a perguntar-lhe se tinha namorado, Maria respondeu que “não”, explicando que

tinha acabado o relacionamento, ao que o instrutor respondeu: “Tens de arranjar alguém como eu, maduro.” Normalmente Maria congelava, às vezes respondia que era “feliz”, mas aquele dia foi a gota de água. Decidiu que não ia continuar a ter aulas com aquela pessoa, foi até à escola de condução, contou o que tinha acontecido e fez a alteração.

Mas após ter exposto o que lhe tinha acontecido, o caso foi ignorado pela escola, ninguém falou com o professor, pelo que até hoje ele continua a trabalhar no mesmo local.

Por tudo o que aconteceu, Maria ainda não conseguiu terminar a carta e teve de pagar a renovação. Devido a este instrutor, evitou ir às aulas de código e de condução. Chegou mesmo a faltar e a perder o dinheiro, pois não teve coragem de voltar a entrar no carro com o asse-

diador. O dinheiro ou as aulas nunca foram repostos, e Maria até teve de pagar as duas aulas, pelo valor de 70 euros. “Fiquei com receio de ir às aulas e chumbei no código, tive de fazer mais duas com o mesmo instrutor.”

Hoje, apesar de preferir mudar de escola, continua lá, pois não tem dinheiro para pagar uma nova carta – mas tem um novo professor. O pedido de alteração demorou um mês. Assim, teve aula após esse período com outro homem, uma “pessoa



POLÉMICA. ESCOLAS SABEM E IGNORAM CASOS

Assédio nas aulas de condução

Duas jovens contam os seus casos: os instrutores per durante a condução, dão-lhes pequenos toques ou põe



respeitadora”, afirma.

Maria diz que quer justiça, mas o medo causado pelos constantes encontros com o instrutor – trabalha no centro comercial que ele frequenta – não a deixaram ir até à polícia denunciar o ocorrido. “Tenho receio que ele saiba que fui eu e que venha atrás de mim.” Pensou noutra solução: fazer uma denúncia no portal da queixa, onde a **SÁBADO** a encontrou. Motivo? “Talvez alguém tenha passado pela mesma situação que eu e queria alertar as pessoas para não tirarem a carta ali. Gostava que nenhuma de nós passasse por isto novamente, é uma situação que não desejo a ninguém. Senti-me muito vulnerável, sei que se quisesse fazer alguma coisa, se acontecesse alguma coisa [uma tentativa de violação], não teria força e não conseguiria defender-me”, admite.

160 queixas

de assédio sexual e moral, em 2022, registadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

▼
Maria e Maria Encarnação foram assediadas durante as aulas de condução. Tinham 18 e 22 anos

Maria Encarnação, 22 anos, também foi assediada, aos 21 anos, duas vezes pelo seu instrutor de condução e ainda convive com isso. À 14^a aula, estava a fazer uma rotunda e ia bastante nervosa, porque ainda não dominava a condução, e enquanto tentava fazer a manobra o instrutor colocou-lhe a mão sobre a perna e não a tirava. Essa não foi a primeira vez – o mesmo tinha acontecido na 10^a aula –, mas foi a última. Travou o carro e na aula seguinte inventou ter um namorado, o que fez com que o instrutor não ultrapassasse novamente os limites. Apesar disso, continua nervosa nas aulas. “Tenho sempre receio que ele me toque ou que diga algum piropo”, diz, admitindo que é complicado continuar com o mesmo instrutor.

Sem queixas nas escolas

Tal como Maria, muitas pessoas não denunciam os casos, levando a que neste momento não haja nenhum registo de queixa na Associação Portuguesa de Escolas de Condução. “Não temos participação efetiva dessa situação, se recebêssemos condenávamos”, explica à **SÁBADO** o presidente da associação, António Reis. Segundo ele, estas queixas de assédio podem ser feitas nos livros de reclamação das escolas de condução e que estas são comunicadas à associação, no entanto, podem não ser descritas como estão no livro, pois a escola não é obrigada a fazê-lo, levando a que não haja conhecimento de tal.

Nos últimos quatro anos, em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou um aumento de 166% nas queixas de assédio sexual e moral. □



guntam se têm namorado e depois,
n-lhes a mão na perna. Por **Iris Fernandes**



APAV apoiou quase 500 vítimas na região em 2022

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou, em 2022, perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, que representaram 94% dos crimes registados. Segundo o relatório anual, a APAV procedeu a 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, um total de 16.824 pessoas. Na região, a APAV apoiou 450 vítimas dos concelhos de Lousada, Paços de

Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo. Em 32 casos, as vítimas eram de Lousada, 242 de Paços de Ferreira, 68 de Paredes, 31 de Penafiel e 77 de Valongo.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%), na maioria dos casos, o cônjuge é o responsável pela violência. A maior parte dos crimes foi

cometida em habitação partilhada entre a vítima e o autor do crime, na casa da vítima ou na via pública. A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os tipos de crimes. O apoio presencial está disponível através de uma rede nacional de gabinetes, espalhados por todo o país. A linha de apoio à vítima (800 21 90 90) funciona de segunda a sexta-feira, entre as 8h e as 22h ou através do email linhainternetsegura@apav.pt.

Prémio APAV para o Jornalismo 2023

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 18/04/2023

Meio: + Algarve Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=249f97ba>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lança a 5.ª edição do Prémio APAV para o Jornalismo, acreditando que a qualidade, relevância e importância do jornalismo feito em Portugal deve ser reconhecida.

O Prémio APAV para o Jornalismo pretende premiar a peça jornalística, em Portugal, que melhor tenha promovido, no ano de 2022, o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de todos os tipos de crime, contribuindo para a qualidade e a profusão do trabalho jornalístico dedicado a esta temática.

O Prémio APAV para o Jornalismo conta com o apoio do El Corte Inglés.

As peças jornalísticas a concurso devem ser submetidas através do formulário online, até 31 de julho.

Inscrições, regulamento e mais informações:

apav.pt/premiojornalismo

APAV

Mais Algarve



“Era escravidão, como me explicaram quando contei a minha história”

ESCRAVATURA E MENDICIDADE Os centros de acolhimento a vítimas de tráfico de seres humanos protegem quem sofreu todos os abusos. A prioridade é garantir-lhes segurança. *Amanhã: Sobreviventes.*

TEXTO CÉU NEVES FOTOS PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Cátia é portuguesa, Sílvia é brasileira. As duas mulheres têm histórias de vida bem diferentes, com um destino comum: vivem num Centro de Acolhimento para vítimas de tráfico de seres humanos. A primeira foi escravizada por uma família mais de 20 anos; a segunda, atravessou o Atlântico para cuidar de um idoso que a maltratava, a impedia de sair e não lhe pagava.

Ambos residiam no interior norte de Portugal quando foram resgatadas pela GNR. Cátia pediu ajuda ao fim de 23 anos. Sílvia não deixou que os abusos chegassem longe, apesar do medo que o agressor lhe incutia se fizesse queixa. Estiveram alguns dias num centro de emergência para mulheres, antes de seguirem para o CAP Sul (Centro de Acolhimento e Proteção), gerido pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

As vítimas costumam ser abrigadas numa habitação que fique o mais longe possível dos agressores, por segurança. “Não temos casos de virem à procura de alguém, mas se tivermos uma suspeita transferimos logo a pessoa”, explica Filipa Nobre, psicóloga e diretora do centro.

Mulheres, homens, crianças e jovens são encaminhadas para os CAP pelas equipas EME (Equipas Multidisciplinares Especializadas), que averiguam a situação em que se encontram. Chegam a acompanhar as operações de fiscalização do SEF e da PJ, desde logo, perguntam às presumíveis vítimas se querem acolhimento. Além dos centros específicos podem ficar em pensões pagas pela Segurança Social.

“Cada membro da equipa tem um telemóvel que funciona 24 ho-

ras por dia para receber os casos e prestar apoio técnico. Estamos no momento em que se retira a vítima do contexto de exploração, acompanhamo-la, também na inquirição, estamos em todo o processo”, ilustra Filipa Rodrigues, da Associação de Planeamento Familiar (APF), coordenadora da equipa do norte. A APF supervisiona as EME.

Sigilo Absoluto

Os técnicos dos CAP em momento algum dizem em que concelho estão localizadas as casas. As funcionárias do CAP Sul até estacionam os carros longe da habitação para prevenção. As vítimas não podem ser identificadas (daí os nomes fictícios da Cátia e da Sílvia). É uma casa de mulheres, algumas com filhos, que é tudo o que se precisa de saber.

Abriu em 2014, tem uma técnica presente 24 horas por dia. Ao longo de quase nove anos, acolheu 60 mulheres, incluindo os filhos (15). Muitas estrangeiras, grande parte preferem reorganizar a vida em Portugal.

Têm dormida, comida, apoio social – psicológico e psiquiátrico –, cuidados médicos. Recebem uma pequena semanada para gastos particulares, que acaba quando se empregam. Há horas de entrada e de saída, também para as refeições, a despensa é abastecida às quintas-feiras e fica fechada. São atendidos pedidos particulares, como alguém querer cozinhar um prato especial. Quem faz a comida arruma a cozinha para evitar queixas de que sujou muito. Cada um lava o seu prato, copo e talheres. A limpeza é rotativa.

O CAP Sul tinha oito vagas, quando o visitámos, viviam sete pessoas, entre os 20 e 55. Seis mulheres e

uma criança, o filho de Cátia, três portuguesas, duas brasileiras e uma romena. Viveram situações com indícios de tráfico de seres humanos e que estão em investigação pelo Ministério Público ou em julgamento.

“Estes casos não ocorrem só com estrangeiras, acontecem com portuguesas. As pessoas muitas vezes não se apercebem que estão a ser vítimas de um crime, percebem que alguma coisa está errada, mas não que é tráfico, só quando a situação é detetada. Depois, há casos em que as pessoas, por desespero, vão

à procura de um trabalho que tenha alojamento, dizem-lhes que é uma coisa e quando lá chegam é outra”, explica Filipa Nobre.

As técnicas do CAP contactam o órgão de polícia criminal que recebeu a queixa para perceber melhor a situação. Quando as vítimas chegam, a prioridade é garantir a sua segurança, principalmente com as portuguesas que têm números de Segurança Social, das Finanças e é preciso alterar moradas. “Temos de ter cuidado para evitar fugas de informação em alguns serviços (que já percebemos que existe), acabamos por usar os endereços dos gabinetes de apoio à vítima”.

Retiram a localização do telemóvel e mudam de número. As própriamente têm o cuidado de apagar as redes sociais. A saúde é outro aspeto a ter em conta, principalmente quando envolve questões sexuais. “Arranjamos logo uma consulta no Centro de Saúde para que façam rastreios, análises. Tivemos pessoas que nunca tinham visto um médico, quem nunca teve nada em seu nome, nem uma conta bancária”, salienta Filipa Nobre.

Muitos imigrantes vêm de países mais pobres, de uma cultura onde o género feminino não existe socialmente. “Havia sempre alguém a tomar conta delas, o pai, o marido e que passou a ser o agressor. Mulheres com 30 e 40 anos que nunca souberam gerir a sua vida. Temos de fazer todo o trabalho para contrariar essas situações. Tivemos uma indiana, que teve a oportunidade de refazer a vida com a filha sem depender de terceiros, mas quis regressar para o marido que vivia na Inglaterra, dizia que ia ganhar mais dinheiro.”

Como é que reage a mulher europeia a estas mentalidades? “Neste trabalho, mais do que psicólogas, temos de perceber que só vamos até onde as pessoas nos deixam ir, a escolha é delas. O tempo que aqui permanecem também dá espaço para que as sementes que colocamos floresçam. Têm um grande medo de não serem capazes. Temos de lhes explicar que vão conseguir, que não são diferentes de nós, a única diferença é que tivemos meios”, diz Filipa.

“Quero ser feliz”

Cátia fez 36 anos no dia em que o DN esteve no CAP Sul, o que deu azo a uma festa de aniversário, com o filho de 9 anos a participar efusivamente, sobretudo a dar conta dos doces. Ela nasceu na Beira Interior, numa família de seis irmãos – a mãe morreu e o pai não estava presente. Os filhos mais novos foram distribuídos por instituições.

“A minha irmã, que estava junta, foi buscar-me ao colégio para ir para o pé dela, para melhor, também me enganou. Deixou-me num café e nunca mais a vi. A família do homem dela é que me levou. Estava bem e meteu-me num sítio pior.” Tinha 12 anos, estava no 7.º ano, nunca mais estudou.

Era criança fazia trabalhos de adulto; trabalhava no campo para outros patrões, chegava a casa tinha de a arumar e cozinhar. “Levantava-me às 07.30 e deitava-me à meia-noite. Não via um tostão do que ganhava. Tive um acidente grave aos 17 anos – um camião atropelou-me (estive a morrer), a minha cara é toda de platina – recebi 18 mil euros de indemnização e não vi nada. Recebia o RSI e tinha de o entregar. Era escla-



67 **Vítimas** Viviam em Centros de Acolhimento e Proteção (CAP) em 2022, das quais 43 do sexo masculino, a maioria para fins de exploração laboral.

5 **CAP** no país: dois para mulheres e os filhos, CAP Sul (8 pessoas) e CAP Norte (9); dois para homens, CAP Centro (12) e CAP Sul (12), e um para menores (até aos 21 anos, com capacidade para 8 pessoas).

6 **EME** (Equipas Multidisciplinares Especializadas): cinco regionais (Norte, Centro, LVT, Algarve e Alentejo) e uma nacional. Têm linhas telefónicas 24 horas por dia, 7 dias por semana, 964 608 288.



INVESTIGAÇÃO > TRÁFICO DE SERES HUMANOS



Vivia bem no Brasil, mas tinha o sonho de viver em Portugal. Aceitou tomar conta de um homem que dizia estar doente. Veio morar para uma casa isolada, não podia sair, não viu nada dos mil euros mensais que lhe tinham prometido.



Foi retirada de uma instituição para ir para uma família que a obrigava a trabalhar e a controlar. Era uma criança.

vidão, como me explicaram, depois, quando contei a minha história.”

Percebeu por volta dos 20/22 anos que vivia uma situação insustentável, mas não sabia como sair dela. Depois nasceu-lhe o filho, que do pai só ficou com o nome. “Dizia que vinha embora e ameaçavam que ficava sem o meu filho. Andavam sempre atrás de mim, saía para levantar o RSI e eles iam atrás”, justifica. Só conseguiu libertar-me aos 35 anos.”

Contou a um amigo o que se passava, este deu-lhe coragem para fugir. O momento certo chegou quando do casal que a escravizava a deixou ir sozinha levantar o RSI. Em vez de regressar a casa, Cátia dirigiu-se ao posto da GNR. Não foi buscar o filho da escola para não levantar suspeitas. Os agentes encaminharam-na para um Centro de Emergência, o filho juntou-se-lhe dias depois. Vivem no CAP desde dezembro.

“O menino está bem na escola, a aprender, reagiu bem. Estou à procura de trabalho, tenho mais aptidão para a cozinha e fazer limpezas, talvez encontre um restaurante.” Um emprego é fundamental para a autonomização de quem passa por uma Casa de Acolhimento. Há quem esteja apenas alguns meses e quem permaneça anos.

“Trabalhamos para lhes arranjar um trabalho – desde a elaboração do currículo –, tendo em vista a sua autodeterminação. Com as estrangeiras é preciso fazer o NIF [Número de Identificação Fiscal] e tirar o da Segurança Social (identificação social para estrangeiros). Com isso, pode-se fazer um contrato de trabalho e, com o primeiro recibo do salário, preencher a ‘manifestação de interesse’ do SEF para obter a autorização de resi-

dência (AR)”, descreve a coordenadora do CAP Sul.

Segundo a lei, as vítimas do tráfico de seres humanos que colaboram com a Justiça têm automaticamente a residência legal, o que não é bem assim, pelo menos não é rápido. Segundo referiu o diretor do SEF, Fernando Silva, em audição parlamentar, sinalizaram 32 vítimas em 2022 e apenas cinco receberam AR.

Cátia tem um sonho: “Ser feliz. A minha cabeça, às vezes, não deixa. Hoje, consigo decidir por mim mas tenho receio de avançar, sou muito pensativa. Não trabalhar também não ajuda, passo os dias e noites a matutar.” Tem apoio psicológico.

APJ deteve a família que a aprisionou mais de 20 anos pelos crimes de tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral e escravidão. “Os arguidos recrutavam pessoas fragilizadas, com carências económicas e em processos de exclusão social, que ludibriavam com promessas de emprego bem remunerado, em explorações agrícolas em Espanha e Portugal”, disse a PJ.

“Dizia que eu era burra”

Silvia, 53 anos, do estado brasileiro de Ceará, é mãe de quatro raparigas e um rapaz, casados e a viver no Brasil. Estava bem, era cuidadora de crianças com necessidades especiais, mas tinha o sonho de viver em Portugal. Um amigo que conheceu há 12 anos através das redes sociais e que aqui vive, disse-lhe que “um senhor de 70 anos, com um cancro, precisava de uma pessoa para tratar dele”. Deu-lhe o contacto.

Ela ligou para o dito senhor e acordaram um salário mensal de mil euros, com casa e alimentação. Em novembro, trocou o Brasil por

Portugal para cumprir o sonho. “Quando cheguei, foi um choque. O senhor morava num sítio isolado, longe, sem vizinhos, mas fiquei direitinho. Cuidava da manutenção da casa, da alimentação, da medicação, acompanhava-o às consultas.”

O dia do pagamento chegou e não havia dinheiro. “Ele disse que ia receber um subsídio do Estado o que estava atrasado”, diz Silvia. Nunca mais chegava e ela a insistir para ele lhe pagar, que tinha apenas “uns reais que não davam nada cambiados em moeda portuguesa.” Também se queixava de não ter roupas apropriadas para um inverno tão rigoroso. “O homem disse que não era preciso, deu-me as roupas dele. Tem 1,80m, eu sou mulher e pequena.”

Começaram as agressões verbais. “Dizia que eu era burra, que brasileiro só vinha para Portugal por duas coisas: roubar ou prostituir-se; que os portugueses não gostam de brasileiros. Eu falei: ‘Eu trabalhava, o senhor conheceu pessoas da minha família, sou uma mulher de respeito, vim para trabalhar, de essa não era a sua intenção, sinto muito’.”

Passaram dois meses e meio, o Natal e Ano Novo foram os mais tristes da sua vida. Ele deixou de a levar às consultas, não podia sair de casa, também não aguentava tanto frio. Não tinha um cartão português no telemóvel, só falava do telefone fixo, que ele vigiava. E não queria preocupar os filhos com a sua situação.

“Não tinha ninguém a quem pedir socorro. Comecei a perceber: ‘Sou escrava dele, acordo às 8.00 horas e só posso dormir às 22.00 e ele sempre a controlar.’ Dizia que era uma pessoa com poder, não adiantava eu queixar-me que não dava em nada.”

Sempre que podia telefonar sem haver controlo, desabafava com uma amiga, que mora em Cascais. “Até que ela me disse: ‘O que ele está fazendo consigo é tráfico humano, enganou-a, disse que não precisava de trazer roupa para o Inverno mas não as comprou, nem sequer o cartão do telemóvel que é barato, não a deixa sair de casa e não paga. Tem de fazer queixa, em Portugal, as leis funcionam, não é como no Brasil.’” Aconselhou-a, enviou-lhe um número de telefone para vítimas de tráfico de seres humanos (964 608 288).

Silvia acabou por ligar na ida da diária do homem ao café, em que demorava meia hora. “A senhora que atendeu perguntou se estava sozinha, se tinha as minhas coisas, disse-lhe que tinha tudo arrumado, respondeu que a GNR me iria buscar. Comecei a chorar, tinha medo da polícia porque ele dizia que os conhecia a todos, confiei na moça. Dizia que só desligava quando a polícia entrasse em casa, esteve sempre comigo ao telefone. Meu Deus, se eu pudesse conhecer essa mulher para lhe agradecer!”

A história mudou em janeiro quando entrou no CAP. Conheceu então o Portugal que imaginava: “Bonito e com pessoas afáveis. Graças a Deus, não encontrei ninguém que odiasse os brasileiros.”

Não para de mostrar gratidão para quem a acolheu. “Se não estivesse aqui, com estes cuidados, acompanhamento psicológico, nem teria esta conversa. Quando cheguei, não conseguia falar, não passava da porta (sair à rua). Disse-ram-me que estava em segurança, para não ter medo, que o homem não me iria encontrar, que estava muito longe de onde morava.”

Tem cuidado de pessoas ao domicílio, não tem sido fácil manter-se. “A psicóloga disse que estes traumas levam três a seis meses a recuperar. É um passo de cada vez”, chora. “É de felicidade, quero ficar. Amo Portugal.”

“Quando vir alguém pedir, pense”

A romena que vive na instituição tem 48 anos e foi traficada para a mendicância. É a residente mais antiga, tem uma deficiência mental, nenhuma família em Portugal. Pensa-se que tem dois filhos na Roménia, maiores de idade, que não se conseguem localizar. As entidades dos dois países colaboram para encontrar uma solução na Roménia.

Chamemos-lhe “R”. Frequenta um centro de atividades ocupacionais, que paga com o RSI. Em casa, pede a atenção de todos. Quem a obrigou a mendigar já morreu. Fim da investigação.

Há outra portuguesa, “L” também utilizada para a mendicância, agora com 30 anos. Há dois que ali vive, depois de ser obrigada a pedir esmola durante dois anos. Era humilhada na própria família, um casal que usou a sua vulnerabilidade. “Não”, era uma palavra que não existia no seu vocabulário.

A mulher agressora dizia que era cartomante, prometeu-lhe uma vida melhor, mas exigia-lhe que fosse estender a mão à porta dos supermercados e outros locais. Vigia-vam-na para garantir que entregava o dinheiro que recebia. O casal que a explorava foi detido.

continua na página seguinte >



ID: 104734175

18-04-2023

continuação da página anterior

“Quando vir uma pessoa na rua a pedir, pense. Será que está a pedir por necessidade ou está a ser explorada?”, alerta Filipa Nobre.

“L” chegou ao centro com a indicação de défice cognitivo, apesar de ter carta e conduzir quando foi apanhada pela rede. No CAP fez o curso de Técnica Psicossocial através do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Frequenta o estágio, o que lhe permite concluir o 12.º ano e ser uma profissional credenciada. Desloca-se no seu carro – que estava confiscado, mas conseguiram provar que era dela e não dos agressores –, não tem de apanhar dois transportes para estudar.

Fez assistência domiciliária, mas não pode ter trabalhos pesados. Uma queda em criança, com consequências físicas que não foram tratadas, deixaram-lhe uma dor crónica que a incapacita.

Fez várias perícias: sexual (há suspeita de abusos), psicológica e psiquiátrica. “É muito complicado, o ideal é apresentarem a queixa e irem logo ao Ministério Público fazer a declaração para memória futura, o que nem sempre acontece. Tivemos um caso de exploração sexual (uma queniana) que ainda não foi ouvida para memória futura. E autonomizou-se rapidamente, é *baby-sitter* dos filhos de um casal, proprietários de um restaurante onde começou por trabalhar. Outra mulher contou a sua história quando fez a queixa, foi ouvida pela PJ, fez as três perícias e a declaração para memória futura. Teve de contar o mesmo seis vezes, isto não deveria acontecer”, critica a psicóloga.

No CAP Sul vivem, ainda, duas mulheres traficadas para exploração sexual. Uma portuguesa (cuja história de vida o DN contou ontem) e uma cidadã brasileira, que está à espera do apoio da OIM Portugal (Organização Internacional para as Migrações) para regressar ao Brasil.

Joana Menezes, gestora da Rede de Apoio à Víctima Migrante e de Discriminação da APAV, que gere o CAP, diz que o grande problema é identificar as vítimas. “Muitas vezes, têm dificuldade em saber que tipo de recursos estão disponíveis, quais as entidades a que podem recorrer. Têm receio, seja por questões de falta de regularização ou porque são ameaçadas, elas e os familiares e amigos.” A rede nasceu em 2005.

Defende que o governo devia investir na identificação das vítimas e agressores, também na fiscalização e sensibilização. “Relatórios internacionais apontam para algumas falhas na investigação, para a necessidade de se proteger melhor as vítimas. Também se devia aumentar as penalizações associadas ao tráfico. Tudo isso levaria a que as pessoas se sentissem mais confortáveis para denunciar as situações.”

ceuneves@dn.pt

Marta Pereira

As dificuldades “são não haver mais vagas para acolhimento e profissionais capacitados”

ENTREVISTA A técnica da Associação para o Planeamento da Família supervisiona as respostas de apoio às vítimas de tráfico. Coordena as Equipas Multidisciplinares Especializadas e o CAP Norte para mulheres e filhos, criado em 2008, o primeiro no país.

O que é que fazem as Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME)?

O nosso trabalho, muitas vezes, é desconstruir o medo que as vítimas têm dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), o que pode estar associado às vivências dos países de origem, às ameaças dos exploradores. O objetivo é que se sintam com capacidade para colaborar com o processo judicial. E acompanhamos no acolhimento e proteção.

Qual é o perfil das vítimas?

Tenho dificuldade em fazer um perfil tanto da vítima, como do agressor. Todos podemos ser alvo de uma proposta fraudulenta, um logro. Fala-se muito da vulnerabilidade associada às vítimas de tráfico de seres humanos, mas esta vulnerabilidade é altamente subjetiva. Numa situação de desemprego, de maior fragilidade psicológica, posso não ver todos os indícios presentes numa oferta de emprego, de um relacionamento amoroso, de uma viagem. Pelas minhas mãos, passaram centenas de presumíveis vítimas, têm perfis, níveis socioeconómicos, vivências e experiências de vida muito distintas.

Podem ser o nosso vizinho?

O espírito é mesmo esse. É muito importante estarmos atentos, no supermercado, nos semáforos, ver se existem indícios de tráfico de seres humanos e, na dúvida, sinalizar.

Quanto tempo estão nos centros?

É outra pergunta difícil. Está previsto um ano de acompanhamento, mas pode ser prorrogado. Há vítimas que estão dias, semanas, meses, e há quem esteja anos em CAP (Centro de Acolhimento e Proteção). Os processos judiciais não terminaram ou a vítima não tem capacidade para uma autonomia total. O projeto de vida é muito diferente de uma vítima para outra. Há quem tenha saído há anos e continuamos a acompanhar, seja devido ao processo judicial, há ainda risco, uma alteração que voltou a trazer o *stress* pós-traumático.

Fala-se em pagamentos de dívidas que os traficantes exigem. Estamos a falar de quanto?

Há situações em que uma viagem que custa 500 euros pode significar



uma dívida de dois mil, três mil, quatro mil euros, pode ir aumentando. Há situações que envolvem quantias enormes, 19 mil euros ou mais. Na exploração sexual é muito frequente a vítima ter um caderninho onde aponta tudo: gastos na viagem, alimentação, roupas, ‘atendi dez clientes, recebi X e paguei, continuo com esta dívida’. A exploração laboral é exatamente igual. São registos importantes em matéria de prova criminal.

Quem são os menores não-acompanhados que acolhem?

Só em 2018 foi criado o Centro de Acolhimento para Crianças e Jovens desacompanhados, mas desde 2008 que os acolhíamos. No início, eram vítimas para fins de exploração sexual (entre os 12 e 16 anos), para a mendicância forçada, crianças vendidas pelos próprios pais, casamentos precoces (Roménia). Também muitas grávidas cujos bebés eram para adoções ilegais, associadas a casamentos precoces e forçados. O fenómeno da servidão doméstica tem vindo a crescer, mas é muito invisível. Ultimamente, temos acolhido crianças e jovens

para o futebol, para exploração laboral, para exploração sexual,

Onde são detetados?

A maioria no aeroporto, em trânsito, crianças desacompanhadas, com documentação fraudulenta ou com pessoas que não são seus familiares. A intenção não é ficarem em Portugal, mas chegarem a outros países, o que dificulta a perceção do fim a que se destinam. Acreditamos, também, que há intenção de aproveitamento dos subsídios sociais nos países de destino.

A pandemia provocou alterações no funcionamento das redes?

Percebemos que o tráfico para exploração sexual passou a estar mais camuflado, menos nas ruas, mais em apartamentos, pensões, bares de alterne, o que se mantém. O número deste tipo de tráfico é mais diminuto em Portugal do que em outros países, o que está a ser estudado. “Melhorar os sistemas de prevenção, assistência, proteção e re(integração) para vítimas de exploração sexual”.

Somos um país apetecível para as redes de tráfico operarem?

Há um conjunto de orientações e

regras para a concessão de Autorização de Residência e a forma como o sistema está organizado que tem facilitado às redes operarem em Portugal, seja para os migrantes ficarem ou para chegarem a outros países. Há vítimas que fazem o Pedido de Asilo completamente doutrinadas e que, depois, desaparecem, estão em trânsito.

Defende alterações à lei?

Sou a favor da abertura de fronteiras. É importante o controlo, a assistência, profissionais com competência e experiência, como é o caso do SEF. Os seus inspetores devem continuar a intervir nesta matéria porque faz toda a diferença. Sou a favor de mais recursos humanos, mais capacitação. Se conseguirmos mais punições, mais casos em julgamento, vamos limitar a atuação das redes criminosas.

Por que é que há poucas confirmações do crime de tráfico, comparativamente com as sinalizações?

Muitas destas vítimas têm dificuldade na colaboração. A vítima está instável, com medo, não acredita nas entidades, sejam as polícias ou as sociais. É preciso que se sinta segura para se darem testemunhos mais fidedignos, mais capazes e robustos em matéria de prova.

Quais são as maiores dificuldades para quem presta acolhimento?

Não haver mais vagas em CAP e profissionais capacitados; juristas sensibilizados. O tráfico de seres humanos ainda não faz parte dos currículos de muitas destas especialidades, seja da área social, da saúde, da jurisdição. É também uma grande dificuldade a forma como os tribunais estão organizados, muito distantes da população. Tem evoluído – vídeo conferências, audição para memória futura, proteção da vítima no tribunal – mas, em alguns casos, ainda se sente esta dificuldade. A forma como as vítimas são questionadas, a presença de algum preconceito, estereótipo, uma pergunta mal feita, com preconceito associado, pode fazer com que a vítima se sinta julgada e deixe de colaborar.

Quem são os traficantes?

O que conhecemos é pela voz das vítimas. Há redes muito organizadas, com ramificações em Portugal e noutros países e, depois, tem situações de exploradores mais independentes, clãs, grupos, até pessoas individuais e famílias que exploram outros.

Pouco são efetivamente condenados por tráfico de pessoas.

Tem havido mais condenações, mas ainda estamos muito aquém do que seria desejado. Há mais casos em investigação e processos para acusação, mas ainda há muitos que se iniciam no tráfico de seres humanos e que terminam na prática de crimes conexos, como auxílio à imigração ilegal, lenocínio. A matéria de prova de tráfico que se obtém é muito diminuta, o que faz muita diferença.

Esta sociedade de advogados vai prestar apoio técnico-jurídico gratuito na área do cibercrime à APAV

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	18/04/2023
Meio:	Human Resources Portugal Online	Autores:	Margarida Lopes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ada3d56b>

Esta sociedade de advogados vai prestar apoio técnico-jurídico gratuito na área do cibercrime à APAV

Por Margarida Lopes

Em 17:20, 18 Abr, 2023

A CMS e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinaram um acordo de parceria em que a sociedade de advogados internacional irá prestar, em regime pro bono, apoio técnico-jurídico na área do cibercrime aos utentes da Associação.

Num momento em que o cyberbullying se assume, cada vez mais, como uma realidade presente na vida das pessoas, a CMS compromete-se, através desta parceria, a prestar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de cibercrime, através dos seus Advogados.

É com muito orgulho que a CMS assina este acordo com a APAV. Quer, com esta parceria, estar na linha da frente do combate ao cibercrime, neste caso específico, no combate ao cyberbullying: uma realidade que, infelizmente, tem crescido de ano para ano, tendo em conta a crescente digitalização da sociedade em que vivemos, revela José Luís Arnaut, Managing partner da CMS.

Já para Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV, o combate ao cibercrime é uma preocupação crescente tanto da APAV como da sociedade em geral, pelo que se valoriza o envolvimento de organizações de diversos sectores, com vista a uma intervenção complementar, como é o caso deste protocolo com a CMS.

A assinatura do protocolo teve lugar nos escritórios da CMS, em Lisboa, e contou com a presença de José Luís Arnaut, managing partner da CMS, e de Francisca Ataíde Marques, directora-geral da CMS. Já da parte da APAV, estiveram presentes, Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV, e Teresa Bettencourt, técnica de Apoio à Vítima da APAV.

Margarida Lopes



“Sou sincera, quando o inspetor falou em tráfico de seres humanos, achei a palavra forte, pesada”

EXPLORAÇÃO SEXUAL Rita e Maria caíram nas redes do negócio da prostituição, casos que são pouco identificados em Portugal quando são a maioria a nível global. Não existem no nosso país? *Amanhã: Escravidão e mendicância.*

TEXTO CÉU NEVES FOTOS PAULO SPRANGER

Estudou até ao 12.º ano, começou a trabalhar e tornou-se independente, tinha uma relação amorosa de três anos, gostava da cidade em que escolheu viver. Tudo se desmoronou de um momento para o outro. Ficou sem emprego, sem o quarto, também o namorado terminou. Aliciaram-na para trabalhar no interior do país onde encontraria casa mais barata. Caiu numa rede de tráfico de mulheres para a prostituição.

Quis fugir ao fim de uma semana, mas pensava: “Será que tenho culpa? Eu é que me coloquei nesta situação! Só depois, com a psicóloga [no Centro de Acolhimento] é que percebi que a culpa não era minha. Quando ouvimos falar de violência doméstica, dizemos: ‘Batem-te e continuas a viver com ele?’. Digo isto porque a minha mãe passou por situações de violência doméstica, eu e os meus irmãos tentámos que saísse de casa e ela ficava sempre. Dizia-lhe: ‘És a vítima e ainda te sentes culpada’. Agora, sei que, quando estamos na situação, não dá para ver.”

Paula (nome fictício) é considerada vítima de tráfico de seres humanos. Recorda esse percurso com dificuldade em perceber como ali chegou, sonha com isso muitas vezes, tem pesadelos. Voz embargada, silêncios, uma dor que está longe de sarar. Vive no Centro de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico humano (CAP Sul), gerido pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). Uma casa cuja localização é mantida em sigilo – quem ali trabalha deixa os carros longe.

O processo é recente e está em investigação. A rede com quem se envolveu tem casas de alterne em Portugal e em Espanha, “conhecem-se todos”. Tem medo de ser encontrada, mesmo vivendo longe do sítio

onde foi maltratada, o que é uma regra para proteger as vítimas. Nunca referiu o nome do proprietário das casas, embora seja bem conhecido no meio. Repete que não fez queixa, foi a PJ que a encontrou. “Se ele soubesse que o denunciava, não ficava para contar a história”, friso.

Os casos de exploração sexual como o de Paula existem em Portugal, mas não são tão frequentemente identificados como em outros países, nomeadamente na Europa. O que é preocupante, diz Joana Menezes, gestora da Rede de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação da APAV. “É uma questão que merece alguma preocupação. As estatísticas a nível mundial indicam percentagens elevadas de tráfico para exploração sexual – o facto de não o detetarmos não significa que não exista. As formas de exploração sexual mudaram e, cada vez mais, passam pela internet. As pessoas estão em locais fechados, mais difíceis de identificar e para procurarem apoio. Existirão vítimas que não estão a ser identificadas e sem apoio.”

Tal reflexão levou à criação, em março de 2022, o programa “Melhorar os sistemas de prevenção, assistência, proteção e reintegração para vítimas de exploração sexual”. Tem a duração de dois anos. É de registar que das oito vítimas confirmadas o ano passado pelas polícias, cinco são adultos e na maioria mulheres para exploração sexual.

“Uma vida normal”

Paula nasceu há 30 anos na Beira Baixa, migrou para a Área Metropolitana de Lisboa, trabalhou em supermercados e lojas. Alugou um quarto por 210 euros e a senhoria sempre a aumentar a renda, até que a mandou embora, no final do verão de 2022. Pagava 250 euros por mês. “Uma amiga que tinha bares no

norte convidou-me para trabalhar com ela. Eu sabia que era de alterne, mas ela garantiu que era só para servir copos”. Era para começar logo. “Tinha pago a renda de outubro e queria ficar até ao fim do mês, achei estranha tanta pressa, mas tudo o que dizia parecia fazer sentido: ‘Vais ter a tua casa, comprar o teu carro’”

O destino era uma grande vivenda no interior norte do país, isolada, com restaurante e bar de alterne. Foi viver para um anexo, com câmaras “por todo o lado”, pagava 400 euros por mês. A “amiga”, percebeu Paula nessa altura, era angariadora de mulheres para se prostituírem e quem as vigiava. “A verdade é que não a conhecia assim tão bem, conheci-a através de outra amiga.”

As casas eram geridas “pelas mulheres” do proprietário. Naquela, estavam sempre quatro/cinco raparigas, na maioria brasileiras, ficavam uma semana no máximo”. Circulavam de bar em bar, o que é comum na área. Continua a Paula: “Penso que não estavam ali obrigadas, eram diferentes de mim, aliás, críti-

cavam a minha forma de vestir, diziam que tinha a mania que era diferente. Eu usava casaco ou blazer, toda tapada, ouvia bocas até dos clientes: ‘Se não gostas de cá estar vai para Lisboa.’”

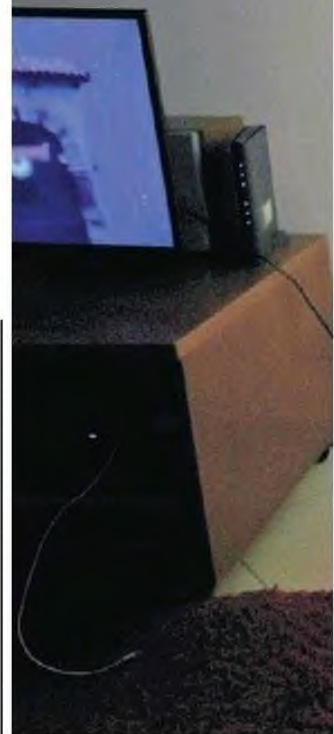
As mesmas provocações todas as noites, ser obrigada a “subir com os homens para os quartos”. Começou a dizer que “não”, que estava cansada, a arranjava desculpas. Ameaçaram-na: “Não vais para o bar, tiras já as tuas coisas e ficas na rua. Só pagavam na noite do dia seguinte, era uma forma de nos reter, não íamos sair àquela hora. Tiravam o dinheiro do quarto e davam o restante.”

Trabalhava das 22.00 às 04.00 horas durante a semana, até às 06.00 aos fins de semana. O que não quer dizer que ficasse dispensada de tarefas diárias. “Era a única que tinha carta e ela tinha um carro parado, baía à porta para ir com ela ao banco, ali e acolá.”

E voltava ao mesmo. Passar a noite sentada no bar, olharem para ela e ter de subir com essa pessoa para o quarto. “Tentava não perceber que estavam a olhar, disfarçava, ia para a casa de banho. Comecei a sentir-me extremamente cansada, chorava todos os dias, pensava: ‘Porra de sítio, com câmaras por todo o lado, nem sequer posso descansar’. Um dia tive uma grande discussão, deram-me uma folga. Outra vez, disse que tinha uma consulta. A única coisa que queria era ter uma noite para descansar. Trancava a porta, perguntavam se tinha medo que alguém entrasse, sabia que não iam entrar, mas era o barulho, ela [responsável da casa] vivia por cima, estava sempre a ver as câmaras. Eu pedia, ‘por favor deixem-me dormir’, até cheguei a dizer: ‘deixem-me ficar sossegada ou atirem-me da ponte.’”

Tinha de pagar a casa, as refeições, o tratamento da roupa que era

Rita não parava de pensar: “Será que tenho culpa? Eu é que me coloquei nesta situação! Só depois, com a psicóloga percebi que a culpa não era minha. Agora, sei que, quando estamos na situação, não dá para ver.”



feito numa lavandaria de um familiar da controladora. “Quando dei conta, estavam a sugar-me o dinheiro todo. Elavava uma coisa e pedia-me para lhe oferecer, coisas ao supermercado e metias as coisas com as minhas para eu pagar.”

Percebia que era explorada, maltratada, mas não que estava a ser vítima de tráfico. “Sou sincera, quando o inspetor falou em tráfico de seres humanos, achei a palavra forte, pesada, depois, percebi o que dizia. Era obrigada a fazer aquele trabalho, vivia numa casa com câmaras por todo o lado, era um meio pequeno onde todos se conheciam, não sabia como sair dali, não tinha solução.”

E achava que essas coisas só acontecem “aos outros, aos estrangeiros, a quem não tem estudos, nem dinheiro”. Aprendeu da pior forma: “Um senhoio pode meter uma pessoa na rua com facilidade, vivi três anos naquele quarto e sempre paguei a renda, perdi o emprego.”

Paula até tentou sair daquele “inferno”. Um mês e meio depois de ter

8

Vítimas confirmadas em 2022 pelas polícias, três menores e cinco adultos. Destes, a maioria são do sexo feminino. Três são provenientes da Venezuela e eram exploradas sexualmente.

129

Vítimas não-confirmadas. Maioria dos casos sinalizados estão pendentes ou em investigação.



ID: 104715829

17-04-2023



chegado começou a procurar casa em segredo, já emprego não arriscou. É um meio pequeno e podia chegar aos ouvidos do patrão. "Comecei a ficar mais frustrada, a pensar que não ia conseguir refazer a minha vida, que estava marcada."

O proprietário do estabelecimento era poderoso no negócio, tinha estado preso e conseguiu sair ao fim de pouco tempo, mas continuava a ser investigado. Uma noite, apareceram no bar os inspetores da PJ para convocar as raparigas para um interrogatório no dia seguinte. Tinham sido avisadas e instruídas por uma advogada sobre o que deviam dizer. Paula decidiu desobedecer.

Discretamente, revelou a um inspetor a sua situação, este aconselhou-a a contar a verdade, prometeu-lhe que a tiravam dali no mesmo dia da apresentação na polícia.

"Estava extremamente nervosa", suspira e sorri ao mesmo tempo. "Não tinha dormido, tinha medo que suspeitassem. Chamaram-me a mim primeiro para o interrogató-

rio. Eu disse o que tinha a dizer e replicadas, mas há sempre duas versões da história?" Não consigo deixar de pensar no que disse, sinto que as pessoas me olham de forma diferente. Tirei o 12.º ano, tinha uma vida normal, casa, trabalho, encontrei-me nesta situação de repente."

Só quer o processo judicial concluído. Custaram-lhe as perícias, falar do que aconteceu, repetir tudo. "Os processos judiciais são uma pedra no sapato, o assunto não está fechado, vão ter de ir a tribunal. Esteve aqui uma senhora que fez declarações para memória futura, tudo direitinho e, no decorrer do processo, voltou a ser chamada para fazer algumas clarificações. O nosso trabalho no CAP é que tentem pôr tudo numa gavetinha, não há nada que possamos fazer. Só as avisamos da ida ao tribunal no dia anterior, não quando chega a notificação. Ficam ansiosas, não dormem, sofrem por antecipação", conta Filipa Nobre, psicóloga, diretora do CAP Sul.

Paula trabalha numa pastelaria,

ainda não sabe onde irá viver, não poderá voltar aos mesmos locais. "Estou a juntar dinheiro para alugar um quarto, tentar seguir com a minha vida. Aqui, sentimo-nos seguras, mas preciso do meu canto". Custa-lhe partilhar o quarto, vivia sozinha desde os 18 anos.

ainda não sabe onde irá viver, não poderá voltar aos mesmos locais. "Estou a juntar dinheiro para alugar um quarto, tentar seguir com a minha vida. Aqui, sentimo-nos seguras, mas preciso do meu canto". Custa-lhe partilhar o quarto, vivia sozinha desde os 18 anos.

Capturada, mas é lenocínio

O caso de Maria (nome fictício) está a ser investigado pela PSP. Isto porque não foi considerado crime de tráfico de seres humanos mas de lenocínio. Ainda que estivesse fechada uma casa e com os documentos confiscados. Exigiam-lhe o pagamento de uma dívida pelo quarto e clientes com quem se deitava que estava sempre a aumentar. O processo tem seis anos e ainda não foi para julgamento.

A jovem inaugurou o CAP para menores, gerido pela Akto, o único que existe no país. Ali terminou o 12.º ano, ganhou competências e confiança, trabalha na área

do turismo. Tem um companheiro.

Mas é uma nova vida com percalços. E há coisas que apagou da memória. "Nunca se sai da situação. O mês passado tive uma queda e só me passava pela cabeça o que me aconteceu, entrei em pânico, tive de ir ao hospital. Pode amenizar durante algum tempo, mas nunca passa. Se um carro passar por mim e fizer uma marcha atrás mais violenta e rápida, posso assustar-me e ter um ataque de pânico. Não vou a sítios com muita gente, é raro sair. Nunca nos sentimos totalmente seguras."

Maria acabara de fazer 20 anos quando entrou para o CAP. "O nosso centro é para crianças desacompanhadas, à partida menores, mas acolhemos dos 0 aos 21 anos. É um pouco no enquadramento da lei da proteção de crianças e jovens em risco e é mais fácil para essas pessoas estarem enquadradas num núcleo cujo projeto de vida é muito semelhante. As casas de adultos são mais pesadas, pais, filhos, com patologias e situações diferentes. Estes jovens adultos têm projetos semelhantes às nossas crianças e a adaptação é mais fácil", explica Sofia Figueiredo, coordenadora do centro.

Abriu em 2018, tem sete vagas que pretendem alargar para nove ou dez, falta o financiamento. A vítima mais nova que ali vive atualmente tem 3 anos, foi sinalizada no aeroporto, como a maioria destas crianças. Estava em trânsito e desconhece-se a que fim se destinava, o que é frequente dado o estar de passagem pelo país. A mais velha tem 21, e foi vítima de exploração sexual.

"Estas crianças têm vindo de países da CPLP: Angola, São Tomé, Guiné, com quem Portugal tem voos mais regulares e frequentes. Entram muitas vezes com passaportes alheios ou documentação falsa". Tiveram casos de casamento infantil – forçados e precoces, 14/15 anos – meninas para exploração sexual (apenas um rapaz), para a servidão doméstica, mendicância, uma menina para o futebol.

Maria tem 26 anos, começou a prostituir-se aos 18, quase a fazer 19. "Vinha de uma situação familiar fragilizada. A minha mãe tinha morrido, o meu pai estava internado, tinha uma irmã menor. Procurei emprego no jornal, um anúncio dizia: "Procura-se empregada para *snack-bar*". Liguei e, quando cheguei, percebi o que era, voltei para trás. A dona insistiu – "Não é o que o que pensas!" –, acabei por regressar. Não fiquei muito tempo, era o típico bar de alternar, os clientes pagam para beber copos com a gente."

Voltou às páginas do jornal. "Procura-se massagista, dá-se formação." "Nunca dizem para o que é", observa Maria. Disseram-lhe que eram massagens de relaxamento.

Aceitou, dias depois percebeu que não era assim. Viu "umas coisas

continua na página seguinte »



ID: 104715829

17-04-2023

• continuação da página anterior

um bocado estranhas", mas ficou. Começou a interagir com colegas, "mais experientes", que aconselharam: "A fazer massagens ganhas isto, se fizeres isto o [acompanhante de luxo] ganhas muito mais".

"Fui cedendo, cedendo e pronto, acabei como acompanhante de luxo, nunca contei a ninguém." Maria clarifica: "A prostituta faz o ato e o cliente vai-se embora. Uma acompanhante de luxo passa uma noite com o cliente, férias, vai a jantares, têm de ter outra postura, cultura."

Ganhava muito dinheiro, viajava pela Europa com os clientes, deslocava-se por Portugal para trabalhar, não é rentável ficar muito tempo no mesmo sítio. Alugava apartamentos por uma semana ou menos dias para receber pessoas, chamam-lhes "casas 24 horas". Foi apanhada por uma rede de prostituição.

Alugou uma casa no norte pela internet, 400 euros a semana. "Supostamente, estaria sozinha, faria o meu trabalho de publicidade, recebia os clientes, não foi o que aconteceu. Ficaram com os documentos, basicamente o BI, não tinha telemóvel. Trancaram a porta. Não sala à rua, nem para comprar comida, passei fome. Recebia os clientes que eles arranjavam. Havia outra mulher na casa que me controlava, não percebi se fazia o mesmo que eu."

Aproveitou uma desatenção de quem a vigiava, agarrou no dinheiro que estava à mão e fugiu. "Penso que ela estava a atender um cliente." Maria foi para Espanha. "Se ficasse em Portugal corria perigo." Arrendou quarto para aquela noite e, no dia seguinte, procuraria as casas de 24 horas, para "juntar dinheiro e poder desenrascar algum tempo".

Em Espanha, foi reconhecida pelo mesmo grupo, que a contactou por telefone. Voltou a fugir, desta vez para o Algarve. "Era o mais longe possível de onde estivera. Trabalhei um mês, ganhei dinheiro, ganha-se muito dinheiro nesta área. Quanto? Nem sei dizer. Pode-se receber 1000 a 1500 euros por oito horas de trabalho. Voltaram a encontrar-me". Fora reconhecida através dos sites onde publicitava os serviços. Decidiu parar por uns tempos e regressar ao norte. Foi reconhecida numa discoteca, exigiram-lhe o pagamento de uma dívida.

Dois homens obrigaram-na a dizer onde vivia, deslocaram-se com ela ao quarto e levaram todo o dinheiro. "Eram milhares de euros, mas disseram que não chegava, cada semana que passava era mais um X, como se estivesse a receber clientes (o que já não acontecia) e lhes desvesse uma percentagem, como se fosse propriedade deles."

Meteram-na num carro, supostamente para a levar para uma nova casa para se prostituir. Aconteceu um daqueles raros momentos de sorte. Havia uma Operação STOP

329

Adultos sinalizados em 2022, vítimas de tráfico. 217 validados, homens, com 21 anos em média.

26

Menores sinalizados e 18 validados, 14 anos em média. Nove do sexo feminino e sete do masculino (dois desconhecidos). O fim era exploração sexual, laboral, adoção, mendicidade e roubos/furtos.

na estrada, os exploradores livram-se dela. Com ameaças: "Sabemos onde moras, voltamos amanhã para falar contigo."

Maria recorda: "Nesse momento, decidi que não ia continuar sujeitar-me àquilo e fui até um posto da polícia. Passei a noite na esquadra e, no dia seguinte, encaminharam-me para uma casa de emergência."

Não sabia a matrícula do carro dos agressores, mas a viatura tinha sido parada e a polícia localizou-os. Ela denunciou onde eram as casas, quem eram as pessoas, fez declarações para memória futura. "Quatro declarações, tive uma que foi extremamente humilhante. Imagine, estar numa sala com seis/sete pessoas a fazer perguntas. Sai de lá e fui chorar para a casa de banho. Era suposto ser um sítio sem julgamentos, mas não foi isso que senti. Estava numa situação extremamente frágil, foi muito complicado."

Deram-lhe a hipótese de ir para o CAP para menores, pediu uma semana para decidir. "Aminha cabeça andava a mil, estava extremamente confusa, debilitada. O que fazer? Ficar em Portugal ou ir para fora do país onde tenho família. Pensei: Se vou para fora farei o mesmo, tenho de cortar pela raiz."

Viveu no CAP menos de um ano, volta muitas vezes, continua a ser um apoio. "Posso dizer que reconstruí a minha vida, dei uma volta de 180 graus e ainda não fui capaz de contar à minha família, que não é de sangue, mas a que conquistei."

Deixa um alerta para os clientes da prostituição. "Não sabem o que se passa por detrás, não conhecem os ditos *chulos*. Deviam ter um bocadinho de atenção: muitas vezes as raparigas passam lá o dia todo, não comem, não têm acesso a higiene. E atenção, não são só os velhos que correm a essas casas. Há muitos jovens, casados, das classes sociais altas. Atendi muita gente importante, 150 a 200 euros por uma hora, 1500 euros por uma noite não é para quem ganha pouco." Por isso, defende a legalização da prostituição. "As mulheres fazem descontos, têm proteção."

ceuneves@dn.pt



ALVARO LISIODO / GLOBAL IMAGES

Rita Penedo

"A liberdade ou a ausência de liberdade, por si só, não reflete a realidade"

ENTREVISTA Chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, membro do grupo de peritos do Conselho da Europa, sublinha a dificuldade em identificar este crime. Defende a formação e apela à responsabilidade das empresas.

Qual é a principal dificuldade para a identificação das vítimas?

O Observatório de Tráfico de Seres Humanos foi criado em 2008 no âmbito do primeiro projeto piloto CAIM [Cooperação-Ação-Investigação-Mundivisão]. Logo nessa altura e, pelo conhecimento da realidade de outros países, vimos que poderia haver vítimas que, por medo, podiam não denunciar a situação aos OPC [órgãos de polícia criminal]. E, desde logo, foram criadas as equipas multidisciplinares especializadas para a assistência às vítimas de tráfico e também os Centros de Acolhimento e Proteção.

Como é que este crime tem vindo a manifestar-se em Portugal?

Em 2008/2009, o tráfico mais sinalizado era para fins de exploração sexual. A partir de 2012/2013, começámos a ver um decréscimo nas sinalizações para fins de exploração sexual e o aumento para fins de exploração laboral. Pusemos a hipótese de se o número de sinalizações iniciais não seria um refle-

xo do próprio CAIM, que nasceu para analisar o tráfico de mulheres para exploração sexual. Outra hipótese, referida pelas OPC pelas organizações, é a dificuldade em sinalizar o tráfico para exploração sexual devido à sua deslocalização. Antigamente, estava mais associado à exploração em contexto de prostituição de rua e deslocalizava-se para apartamentos, o que dificultava a intervenção. No espaço privado, tem de haver uma denúncia e, mesmo assim, só se vai até à porta, só se entra com mandado.

Coloca-se, muitas vezes, a questão de quem se prostitui ou fazer voluntariamente. É relevante?

O voluntário é discutível. No artigo 160.º (Crime de tráfico de seres humanos), no ponto 8.º, diz-se que o consentimento é irrelevante para existir o crime. Desde logo, passa pela autoidentificação das vítimas: elas não se autoidentificam como vítimas de um ilícito, quanto mais de tráfico. Já houve situações em que denunciavam ameaças, que o contrato

não está ser respeitado, mas não se reconheciam com vítimas.

Alguém que tem liberdade para sair de casa, do sítio onde trabalha, pode estar a ser traficada?

Nos últimos anos, tem havido uma mudança no *modus operandi* de quem trafica, não só ao nível do aliciamento e do recrutamento, mas também dos métodos de coação sobre as vítimas. A liberdade, ou a ausência de liberdade, é um indicador que, por si, não reflete a realidade da situação.

Um dos *feedbacks* das equipas multidisciplinares é que, há uns anos, a vítima recrutada mantinha-se na situação de tráfico durante vários anos, por exemplo, até existir uma sinalização. Mais recentemente, começaram a observar, em explorações agrícolas, que as vítimas eram libertadas quando acabavam as colheitas ou vendidas a outros traficantes. Mesmo a ofensa física era mais severa.

Por que é que há tantas sinalizações em explorações agrícolas?

O tráfico mais sinalizado e com mais vítimas formalmente identificadas é a agricultura. Não quer dizer que não existam outros setores da atividade, por exemplo, na restauração. Mas, quando este crime ocorre no setor da agricultura, por norma, o número de sinalizações pode chegar às centenas. A determinada altura, o Observatório considerou necessário classificar essas ocorrências como pequenas, médias e grandes. O Relatório de 2014 já chamava a atenção para a situação no Alentejo. Mantém-se a pressão sobre a procura de mão-de-obra.

Por que é que poucas sinalizações acabam confirmadas?

Há dificuldade em fazer a prova de tráfico e acaba-se por obter a prova por criminalidade conexa: lenocínio, auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos. O crime de tráfico é complexo e a prova-mãe continua a ser a testemunhal.

O que é preciso fazer para melhor no combate a este tráfico?

É preciso formação alargada, e não só, dos OPC, sensibilização da comunidade, embora as pessoas já estejam mais despertas para as questões do tráfico de seres humanos, até pelo papel dos *media*. É, também, preciso trabalhar com o terceiro setor [empresas] na ótica de identificar boas práticas.

O que é que melhorou no combate ao Tráfico de Seres Humanos em 15 anos?

Houve uma procura grande por parte das OPC de formação: em 2020 e 2021 formámos mais de 1500 militares por ano. Entre outubro e até fevereiro formámos agentes da PSP no novo Sistema de Referências para a sinalização de crianças, precisamente para melhor poderem identificar as situações. **C.N.**

CMS e APAV assinam protocolo de cooperação em casos de cibercrime

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 17/04/2023

Meio: Diário de Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=338f0a1e>

Sociedade Internacional de Advogados compromete-se a prestar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de Cibercrime, através dos seus advogados.

A Sociedade Internacional de Advogados (CMS) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinaram um acordo de parceria que visa a prestação de apoio técnico-jurídico por parte da sociedade, em regime pro bono, na área do cibercrime aos utentes da associação.

De acordo com um comunicado enviado às redações, este acordo surge "num momento em que o cyberbullying se assume, cada vez mais, como uma realidade presente na vida das pessoas".

A CMS compromete-se assim a prestar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de Cibercrime, através dos seus advogados.

"É com muito orgulho que assinamos este acordo com a APAV. Queremos, com esta parceria, estar na linha da frente do combate ao Cibercrime, neste caso específico, no combate ao Cyberbullying: uma realidade que, infelizmente, tem crescido de ano para ano, tendo em conta a crescente digitalização da sociedade em que vivemos", afirmou José Luís Arnaut, Managing Partner da CMS.

"o combate ao cibercrime é uma preocupação crescente tanto da APAV como da sociedade em geral, pelo que valorizamos o envolvimento de organizações de diversos setores, com vista a uma intervenção complementar, como é o caso deste protocolo com a CMS", frisou Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV

A assinatura do protocolo teve lugar nos escritórios da CMS, em Lisboa, e contou com a presença de José Luís Arnaut, managing partner da CMS, Francisca Ataíde Marques, Diretora-Geral da CMS, Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV, e Teresa Bettencourt, Técnica de Apoio à Vítima da APAV.
PartilharPartilhar no FacebookTwitterEmailWhatsappPartilharComentários

[Additional Text]:

CMS e APAV assinam protocolo de cooperação em casos de cibercrime

DN

APAV e CMS assinam parceria para apoio jurídico a vítimas de cibercrime | O Jornal Económico

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	17/04/2023
Meio:	Jornal Económico Online (O)	Autores:	Mariana Bandeira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=554fb160>

A sociedade de advogados irá dar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de cibercrime em regime 'pro bono'.

A sociedade de advogados CMS e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinaram um acordo de parceria para prestação de serviços de apoio técnico-jurídico na área do cibercrime, em regime pro bono (gratuito). Os utentes desta associação terão agora outra fonte de auxílio de profissionais do Direito.

"Queremos, com esta parceria, estar na linha da frente do combate ao cibercrime, neste caso específico, no combate ao cyberbullying: uma realidade que, infelizmente, tem crescido de ano para ano, tendo em conta a crescente digitalização da sociedade em que vivemos", explicou o managing partner da CMS, José Luís Arnaut.

Em termos práticos, o compromisso da CMS no âmbito desta parceria é, através dos seus advogados, dar consultas jurídicas e acompanhamento em questões relacionadas com o Direito Penal e Processual Penal em casos de cibercrime dos quais as pessoas que recorrem à APAV sofrem, de acordo com a informação transmitida esta segunda-feira pelo escritório da Rua Castilho.

"O combate ao cibercrime é uma preocupação crescente tanto da APAV como da sociedade em geral, pelo que valorizamos o envolvimento de organizações de diversos sectores, com vista a uma intervenção complementar, como é o caso deste protocolo com a CMS", afirmou a secretária-geral da APAV, Carmen Rasquete.

A assinatura deste protocolo aconteceu na quinta-feira, nos escritórios da CMS, em Lisboa, e contou com a presença de José Luís Arnaut e Carmen Rasquete, bem como da diretora geral da CMS, Francisca Ataíde Marques, e de Teresa Bettencourt, técnica de apoio à vítima da APAV.

Mariana Bandeira

Abril- Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 16/04/2023

Meio: Notícias de Vouzela Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e10cf6be>

Apenas o coração pode bater

Conto-vos a história do laço azul, com um olhar de sensibilização aos maus-tratos contra crianças e jovens. Em 1989, nos Estados Unidos da América, uma avó amarrou uma fita azul à antena do seu carro devido à trágica história dos maus tratos à sua neta, cometidos pela mãe das crianças e pelo companheiro. O seu neto já tinha sido morto em consequência de eventos semelhantes. Relativamente à cor azul, a mesma dizia que simbolizava as nódoas negras nos corpos dos seus netos.

Segundo a APAV em 2021, por ano 1959 crianças são vítimas de violência e maus-tratos, tendo vindo a aumentar os casos (14,8%) face aos anos de 2019 (12,5%) e de 2020 (13,8%). O perfil destas crianças e jovens é que são maioritariamente do sexo feminino (59%), com média de idades de 11 anos. A sua relação com o autor/a do crime é filho/a (26,3%) e 70% das situações dizem respeito a atos de violência física e psicológica em contexto doméstico. Ou seja, a casa que devia ser um espaço de segurança, é transformada num cenário de violência a que estas são expostas, direta ou indiretamente. São os homens os principais agressores (60,9%), situando-se na faixa etária entre os 25 e os 54 anos (23,7%). Logo a seguir à violência doméstica, o crime mais cometido é o crime sexual contra crianças representando 5,5% de todos os crimes.

Assim, é essencial que cada pessoa esteja atenta a quaisquer sinais de alerta de crianças/jovens que estejam a sofrer maus tratos, de forma a atuar precocemente e proteja-los de consequências físicas, psicológicas e sociais. Vulnerabilidade, reações de pânico, sensação de morte ou pesadelo, a desorientação geral, o sentimento de solidão e o estado de choque, são reações comuns nas vítimas de crime e não é diferente nas crianças.

Em abril, e sempre, todos temos o dever de proteger as crianças e jovens e de prevenir qualquer forma de violência. Somos todos agentes muito importantes na segurança de todos os elementos da nossa comunidade.

Cuidar e proteger, ajuda-nos a crescer! Denuncia e usa o laço azul!

Unidade de Cuidados na Comunidade de Lafões

Aluna de Enfermagem Marta Izes

DigitalRM

"Para um 'pas-de-deux' são precisas duas pessoas": O assédio sexual e como pode ser prevenido

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	15/04/2023
Meio:	Polígrafo Online	Autores:	Marina Ferreira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=37d9210f>

O debate sobre assédio sexual está lançado em Portugal, largos anos após o movimento "Me Too" atingir proporções globais. Um caso que tem como cenário o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e que envolve várias investigadoras e dois professores da instituição ocupou as páginas de jornais e a opinião pública nos últimos dias. O Polígrafo falou com especialistas na área jurídica e da psicologia para entender o assédio sexual e como pode ser prevenido - o que está feito e o que falta fazer.

Tudo começou com um artigo sobre assédio na academia, publicado numa editora internacional. Nas páginas do artigo intitulado como "The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia", três investigadoras - Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom - relatam abusos sexuais e morais no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O capítulo em questão não menciona o nome dos alegados responsáveis pelas práticas de assédio, mas nele são retratadas duas personagens: "The Star Professor" (o professor estrela) e "The Apprentice" (o aprendiz). Segundo o jornal "Diário de Notícias", não é difícil perceber que os dois homens mencionados são, respetivamente, o sociólogo Boaventura Sousa Santos, diretor emérito do CES, e o antropólogo Bruno Sena Martins, investigador do quadro da instituição. Ambos se reconheceram nas descrições, mas têm recusado repetidamente as acusações de que são alvo.

Boaventura Sousa Santos anunciou, entretanto, que irá avançar com uma queixa-crime por difamação e, tal como esclareceu o CES na noite de ontem, os dois professores visados foram suspensos a pedido dos próprios dos cargos "de responsabilidade e/ou representação institucional" da instituição.

Assédio sexual na Universidade de Coimbra. Denúncia "sem nomes" é válida em processo legal? Dois professores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra estão a ser acusados de assédio sexual. As alegações surgiram num artigo sobre assédio no meio académico. Os relatos do livro não referem nomes, quer dos acusados, quer das alegadas vítimas, mas os jornais apontam para Boaventura Sousa Santos e Bruno Sena Martins, que já se reconheceram como as "personagens" representadas. Mas será que esta denúncia "sem nomes" é válida num eventual processo legal apresentado pelas vítimas?

As três investigadoras que assinam o documento não prestaram mais declarações sobre o tema, mas a ponta do véu que levantaram fez surgir relatos de outras alegadas vítimas. Uma investigadora brasileira, que trabalhou no centro de estudos, acusa o seu orientador de doutoramento, Boaventura de Sousa Santos, de assédio sexual.

Durante uma reunião de trabalho, Sousa Santos tocou no joelho da investigadora, convidando-a a "aprofundar a relação" que tinham como forma de "pagamento" pelo seu apoio académico. Antes desse momento, também em contexto de trabalho, o académico "já tinha sido estranho", revelou a investigadora que garante ter regressado ao Brasil para terminar a tese no seu país e, assim, afastar-se da situação.

Mas como identificar uma situação de assédio sexual? E como agir perante a mesma? O Polígrafo falou com especialistas que lidam diariamente com esta realidade.

"Uma visão favorável do trabalho de alguém não deve estar ligada à participação num jantar"

"Esse senhor convidou-me para jantar, num lugar onde estávamos sozinhos. Começou a beber e convidou-me a ir ao seu departamento para buscar uns livros que me iria emprestar. Quando vou ao departamento desse senhor, ele mete-se em cima de mim", o relato surgiu pela voz de Moira Ivana Millán, ativista indígena argentina, e foi agora recuperado pela mesma a propósito da denúncia de outras investigadoras sobre abusos de Boaventura Sousa Santos.

Mas o que distingue um convite para jantar entre colegas de trabalho e um caso de assédio sexual? "A diferença entre aquilo que é uma manifestação de interesse romântico aceitável e o assédio sexual é uma linha fina e que muitas vezes não está perfeitamente delineada na lei e que tem de ser avaliada tendo em conta as circunstâncias do caso concreto", afirma Nuno Ferreira Morgado, sócio e coordenador da área de Direito Laboral da PLMJ. E acrescenta que no contexto laboral, "onde existe uma relação profissional, muitas vezes até de dependência hierárquica, manifestações de interesse romântico são mais passíveis de poder integrar o conceito de assédio".

Reportando-se ao caso concreto de um convite para jantar, o advogado garante que "uma visão favorável do trabalho de alguém não deve estar ligada à participação num jantar com um determinado profissional".

Tatiana Mendes, dirigente e técnica licenciada em psicologia na União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), entende que o mais importante para a distinção entre um comportamento de assédio e outros comportamentos é o "não consentimento, por não ser algo desejado". E explica: "Note-se que até uma declaração ou um convite pode constituir assédio, se a pessoa a quem se destina não o deseja e, ainda assim, a outra insistir, reiteradamente, contra a sua vontade... para um pas-de-deux são precisas duas pessoas ou mais, se esse for o caso, não é?"

Segundo a especialista formada em psicologia, "conseguimos perceber muito cedo, através da linguagem verbal e não verbal, o que não é consentido e se/quando as pessoas estão interessadas ou não em determinados atos". E lembra: "A forma como os estereótipos de género influenciam essa perceção é que pode esbater os limites. Para alcançar uma sociedade que garanta o pleno usufruto de direitos, teremos de trabalhar o consentimento, de forma explícita e desde cedo com as crianças."

A representante da UMAR entende que há comportamentos que ainda são "desculpabilizados por razões biológicas, são 'naturais nos homens', e outros há que são vistos até como desejáveis ou românticos". Os relatos que surgiram a partir do caso mediático do CES assentam como uma luva no entendimento da especialista. Uma das investigadoras a denunciar comportamentos inapropriados de Sousa Santos terá recebido a seguinte resposta depois de reportar o caso a "várias professoras": "Ele é brilhante, mas infelizmente tem dessas coisas."

O apelo à autonomização do crime de assédio sexual

Marta Mendes, jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e gestora do gabinete da associação em Braga, define o assédio sexual como todos os "comportamentos indesejados, de natureza verbal e física, que revestem este carácter de natureza sexual e que visam um fim - atingir a dignidade da vítima e a deterioração da sua integridade física e moral". A especialista aconselha a consulta da nota informativa da APAV sobre o tema, onde, por exemplo, são enumeradas as várias formas de vitimação.

A jurista entende que o crime de importunação sexual, tal como está previsto no Código Penal, "poderá efetivamente não cobrir este âmbito do assédio sexual, e daí a APAV já ter emitido parecer nesse sentido em que a solução ideal seria a proposta de uma redação que abarcasse o que já temos na importunação sexual, mas introduzir-se também as novas condutas de assédio". Defende que a vantagem desta solução seria adequar-se melhor aos objetivos da prevenção geral, em que a finalidade é atingida, "chamando a atenção a toda a comunidade para esta mudança de paradigma no sentido da não aceitação de todos os atos de assédio e de importunação".

Também a UMAR, através da dirigente e técnica licenciada em psicologia Tatiana Mendes apela à autonomização do crime de assédio sexual no código penal. "Apesar de se achar que o assédio sexual é previsto legalmente em Portugal pelo crime de importunação sexual, revisto em 2015, de modo a abranger os atos de assédio sexual, percebe-se que não tem sido suficiente para enquadrar todos os atos e deixa muitas dúvidas acerca do que pode ou não ser considerado, nomeadamente a subjetividade de quem julga, logo, influenciando negativamente a opinião pública", assinala a especialista.

O caminho a seguir para evitar o assédio sexual? "Um combate musculado" e o foco na vítima "Os códigos de conduta não devem ser criados apenas porque a lei assim o exige. Devem ser devidamente divulgados, em linguagem acessível, ter verdadeiros mecanismos de reporte seguros e protetores da vítima, mas também das testemunhas", garante Marta Mendes.

A jurista da APAV considera essencial "prevenir, formar e capacitar as pessoas para este tema e para reconhecerem que este é um verdadeiro fenómeno e que independentemente do local onde possamos compreender a sua prática - pode acontecer a qualquer momento e em qualquer local, mesmo com muitas condutas preventivas".

Assim, o combate "tem de ser musculado, com a criação, divulgação dos códigos de conduta e de mecanismos muito seguros, protetores das vítimas, bem como das testemunhas, e que permitam a celeridade do processo". A especialista aconselha ainda a, sempre que possível, criar um protocolo e a possibilidade de as vítimas terem apoio através de uma outra entidade, para perceberem quais as opções jurídicas que têm".

Lembra ainda que é essencial a vítima manter um registo dos incidentes - "quando e onde ocorreu, o que foi dito ou feito, como se sentiu a vítima, haviam ou não pessoas envolvidas e potenciais testemunhas - nome e endereço destas pessoas". Além disso, "as evidências escritas devem sempre ser juntas para que efetivamente se prove a veracidade dos factos, porque depois o processo visa isso mesmo- a descoberta da verdade". Daí, segundo Marta Mendes, o apoio à vítima ser tão importante, "desde o primeiro momento".

Nuno Ferreira Morgado segue a mesma linha. "A própria lei obriga a ter políticas de combate ao assédio, é necessário ter regras claras dentro da empresa que explicitem e que de alguma forma concretizem os conceitos abertos que a lei tem, com conceitos concretos e práticas concretas". Além disso, aconselha a criação de canais para as pessoas poderem submeter queixas e garantir a confidencialidade das suas identidades, "que é fundamental". O advogado reforça ainda que "a formação frequente para aquilo que são as práticas aceitáveis no contexto da empresa" é muito desejável.

Tatiana Mendes assinala que as instituições e as empresas são parte da sociedade. "Se tivermos em conta os custos a nível social, da saúde e até económicos, estas devem contribuir explicitamente para a censura social do assédio sexual, comprometendo-se com a sua prevenção e eliminação", afirma. Lembra ainda que a "vítima/sobrevivente não é culpada pelo que lhe sucedeu", defendendo que exista "uma censura social do assédio sexual e de outras violências, bem como a existência de estruturas e mecanismos de denúncia e de apoio para garantir uma resposta adequada e a reparação dos direitos das vítimas, evitando a vitimação secundária.

A representante da UMAR, que trabalha na prevenção primária da violência em contexto escolar, entende ainda ser fundamental que a "escola pública assuma a sua responsabilidade na formação explícita e implícita da cidadania, nomeadamente ao desconstruir os estereótipos de género e outras construções sociais que legitimam as violências com as crianças e jovens, para se construir uma nova cultura de valores e de relações interpessoais".

Partilhar Partilhar Partilhar Partilhar Partilhar

[Additional Text]:

International Fact-Checking Network

APAV ajudou 40 vítimas por dia em 2022

Tipo Meio: Internet **Data Publicação:** 15/04/2023
Meio: TV Record Europa Online **Autores:** Carla Pereira Dias

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=da80fd89>

PUB

Praticamente metade foram alvo de crime continuado.

15 mil vítimas foram ajudadas pela APAV no ano passado. Praticamente metade foram alvo de crime continuado.

[Additional Text]:

APAV ajudou 40 vítimas por dia em 2022

Carla Pereira Dias



Assédio no meio académico

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=4790fad6-6f92-42cf-8604-9aafbbf1bafd&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Muitas vezes, as vítimas optam pelo silêncio durante anos por medo de represálias ou por outros motivos. O agressor seja ele professor ou orientador, tem quase sempre uma posição dominante sobre quem sofre assédio sexual ou moral. Por isso, as instituições defendem que a mais denúncia independentes às universidades.

Declarações de José Moreira, do Sindicato Nacional do Ensino Superior, de Daniel Cotrim, da APAV.

Repetições: CNN Portugal - CNN Sábado , 2023-04-15 06:36

CNN Portugal - CNN Sábado , 2023-04-15 08:42



Queixas de assédio sexual e moral

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=ae54b153-c037-402d-ad89-ac8075702752&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Associação Portuguesa de Apoio à vítima recebeu 160 queixas de assédio sexual e moral no ano passado; é um crescimento de 166% em relação a 2019 altura em que foram registadas, 60 denúncias.



Denúncias de assédio sexual e moral crescem mais de 150% em 4 anos

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=73cc62e7-f57a-4926-a005-77cdc4885b37&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Denúncias de assédio sexual e moral crescem mais de 150% em 4 anos. As estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima revelam a existência de 160 queixas em 2022. Declarações de Marta Mendes, APAV.



ID: 104663449

14-04-2023

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

19 ABRIL 2023
AUDITÓRIO DA
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE
DE SANTARÉM

RECEÇÃO | 14H00

ABERTURA | 14H30
PROFESSORA HÉLIA DIAS • DIRETORA DA ESSS
DR. RICARDO GONÇALVES • PRESIDENTE DA CM DE SANTARÉM

[ORADORES]
A VIOLÊNCIA E O CRIME • REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (MP)
A INTERVENÇÃO • REPRESENTANTE DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (PSP)
A INTERVENÇÃO • REPRESENTANTE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)
O APOIO • REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV)

[MODERADORA]
DRA. MARGARIDA ALFAIATE • JUIZ DE DIREITO

ENCERRAMENTO | 17H00

EXPOSIÇÃO APAV | PELOS DIREITOS DAS VÍTIMAS
ATUAÇÃO DA TUNA DA UTIS E DA TUNA DA ESSS
SORTEIO DE LEMBRANÇA
LANCHE GRATUITO PARA OS PARTICIPANTES

REGISTOS GRATUITOS
ATÉ DIA 14 DE ABRIL
<https://formas.microweb.com/pt/mbsyq14p00>
ou 91.322.73.12 | comissão.poli@cm-santarém.pt

“A Violência contra a Pessoa Idosa” debatida no Auditório da Escola Superior de Saúde a 19 de Abril

“A Violência contra a Pessoa Idosa” é o tema da sessão que a Comissão Municipal de Protecção à Pessoa Idosa e/ou Dependente (CMPPID) realiza na tarde de 19 de Abril, entre as 14 e as 17 horas, no Auditório da Escola Superior de Saúde de Santarém (ESSS).

A sessão de abertura vai contar com Ricardo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Santarém, e de Hélia Dias, Directora da ESSS. Os trabalhos prosseguem com três painéis de debate, moderados por Margarida Alfaiate, Juiz de Direito: “A Violência e o Crime”, com um orador representante do Ministério Público, “A Intervenção”, com oradores representantes da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR) e “Apoio” com um orador representante da APAV.

No evento vai estar patente uma exposição da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre o tema “A Violência contra a Pessoa Idosa”. Uma tarde que vai ser abrilhantada pela actuação das tunas da Universidade da Terceira Idade de Santarém (UTIS) e da ESSS. A sessão de encerramento contempla o sorteio de uma

lembrança e o lanche oferecido a todos os participantes.

As inscrições estão abertas até 14 de Abril e podem ser feitas através dos contactos constantes no cartaz.

De referir que, a Comissão Municipal de Protecção de Pessoas Idosas e/ou Dependentes foi criada em 2016 no sentido de melhorar a qualidade de vida destes cidadãos mais vulneráveis através da articulação, informação e promoção dos seus direitos e da sua protecção de forma a garantir o seu bem-estar e dignidade.

A actuação da CMPPID abrange todas as Pessoas Idosas do Município de Santarém com idade igual ou superior a 65 anos e/ou pessoas em situação de dependência, independentemente da idade, e tem por objectivos, entre outros: Informar, sensibilizar as pessoas idosas e/ou dependentes para os seus direitos e meios disponíveis de apoio existentes; Informar, sensibilizar e responsabilizar as famílias e a comunidade sobre os direitos das pessoas idosas e/ou dependentes e fomentar a reflexão sobre as problemáticas inerentes a estes grupos populacionais.

Queixas por assédio sexual e moral aumentam mais de 160% nos últimos 4 anos, revela APAV

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 14/04/2023

Meio: Executive Digest Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=77282eab>

Foram registadas 160 queixas de assédio sexual e moral em 2022, segundo dados da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), o que confirmou a tendência de crescimento das denúncias desde 2019 até à atualidade - representa uma subida de 166% em relação a 2019 (com 60 denúncias). No entanto, segundo a associação, os valores ficam muito abaixo da realidade, frisou esta sexta-feira a 'rádio Renascença'.

"Não podemos dizer que o número de casos é maior, o que podemos afirmar é que o número de pessoas que procuram apoio junto da APAV em questões de índole sexual e de índole moral é maior", explicou Marta Mendes, jurista e responsável pelo apoio à vítima na APAV de Braga, que lembrou que metade acaba por não apresentar queixa às autoridades.

"Temos de respeitar a palavra da vítima e a vontade dela, protegendo-a quando e sempre que necessário. A APAV vai trabalhando e apoiando-a emocionalmente, psicologicamente, juridicamente, encaminhando socialmente, neste apoio prático, no sentido de perceber os seus direitos, sobretudo nesta temática específica do assédio no trabalho", sublinhou, destacando que o aumento das denúncias "pode estar relacionado com o aumento da visibilidade deste fenómeno ao longo dos tempos".

A evolução das denúncias é claramente ascendente - 60 em 2019, que praticamente duplicou um ano volvido, para 111. Já 2021 registou 127 denúncias e os dados de de 2022 indicam ter havido 160 queixas. De acordo com dados da APAV, 77,7% das pessoas que recorrem à associação são mulheres.

A lei protege a vítima "de forma muito limitada", garantiu a jurista da APAV, que pretende que seja criado no Código Penal a figura jurídica do assédio e importunação sexual.

Revista de Imprensa

Daniel Cotrim: "As pessoas precisam da presunção de inocência, mas as vítimas também precisam que [a sociedade] lhes dê a presunção de que dizem a verdade"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 14/04/2023
Meio: Visão Online Autores: João Amaral Santos

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=551b0ada>

Daniel Cotrim, responsável da APAV, lamenta que continue "a ser retirada às vítimas de assédio sexual e moral a capacidade de poderem fazer denúncias", defendendo a criação, de facto, de instrumentos de comunicação e reporte permanentes nas instituições, no lugar das comissões ocasionais e temporárias

O caso das acusações de assédio de antigas investigadoras do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra contra Boaventura Sousa Santos voltou a colocar no topo da agenda mediática o tema da violência sexual e moral.

No Irrevogável, podcast de entrevistas da revista VISÃO, Daniel Cotrim, responsável pelas áreas da violência doméstica e de género e da igualdade da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), destaca que "parece que todos os anos, por esta altura, nos lembramos de tentar discutir e pensar sobre estes temas", lamentando, porém, o que considera ser a falta de consequências e soluções em momentos anteriores, recordando, por exemplo, o escândalo que, há um ano, abalou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Sem se fixar num caso concreto, Cotrim admite que os pedidos de ajuda de vítimas de violência sexual e moral, que chegam à APAV, "são muito residuais, não atingindo o 1%" das queixas que associação regista. Ainda assim, o especialista acredita que "este número é apenas a ponta do icebergue () e não representa a realidade do fenómeno", que, acredita, "é muito maior e está muito mais disseminado" no país.

"Não há denúncias, porque estamos a falar de um tipo de crime marcado por uma relação de poder, hierárquica, em contexto académico e profissional. Por um lado, as pessoas precisam de trabalhar para viver; por outro, quando falamos da academia, é ainda mais difícil, pois existe a figura do mestre e da aluna. "[A violência sexual e moral] trata-se de uma forma de crime que se alimenta da precariedade, do poder e do medo e, por isso, é mais difícil para as vítimas se exporem", afirma.

"Um crime invisível" que pune a vítima

Formado em Psicologia, com vasta experiência neste setor, dedicando (grande) parte da sua carreira a casos em que mulheres e crianças são vítimas de violência doméstica e sexual, Daniel Cotrim considera que nos casos de violência sexual e moral "continua a ser retirada às vítimas a capacidade de poderem fazer denúncias", sobretudo, porque este tipo de violência "continua a ser uma forma de crime invisível, que deixa poucas ou nenhuma provas, em que as testemunhas deixam de existir assim que as vítimas precisam delas".

"O grande problema é que da voz das vítimas é retirada a capacidade que elas necessitam. Às denúncias das mulheres, principalmente, é retirada importância, colocando em causa a veracidade do que elas relatam. Aliás, não é raro vir associado a uma denúncia a pergunta: Porque demorou ela tanto tempo a denunciar?'. Enquanto a sociedade continuar a fazer esta pergunta é difícil às vítimas darem um passo em frente para contar as suas experiências", garante.

Segundo Daniel Cotrim este é, aliás, o primeiro passo que sociedade deve dar no futuro: “Não duvidar das vítimas”. “A presunção de inocência prevista na lei presume que as vítimas são mentirosas. As pessoas precisam da presunção de inocência, obviamente, mas as vítimas também merecem a presunção de que dizem a verdade, e não a presunção da dúvida. Temos de nos habituar, enquanto sociedade, que as vítimas dizem a verdade, e depois têm de existir mecanismos para confirmar ou não essas denúncias, refere.

Comissões? “É preciso instrumentos permanentes”

A criação de mecanismos eficazes de comunicação e reporte nas instituições é, para Daniel Cotrim, “prioritário”. O dirigente da APAV lamenta que, quando surgem estes casos, “parece que toda a gente percebe a importância de existirem ou serem criados mecanismos de comunicação e reporte eficazes, mas, depois, percebemos que nunca nenhuma instituição possui estes mecanismos”. “Depois, vamos a correr constituir comissões, que vão investigar os casos que são denunciados naquele momento, mas que, pouco depois, fecham Ou, então, cria-se uma nova comissão a correr. E as coisas pouco mudam. O que é preciso, de facto, é que existam instrumentos permanentes, avaliados permanentemente para que funcionem sempre eficazmente. E que sejam verdadeiramente transparentes e independentes”, sublinha.

O especialista acredita que, desta forma, “o número de denúncias iria aumentar” (o que não tem acontecido entre 2020 e 2022), até porque, hoje, “as pessoas estão mais informadas e sensibilizadas em relação a este fenómeno”.

“A lei tem de ser alterada”

O movimento Me Too , contra o assédio sexual ,, nascido nos Estados Unidos da América, multiplicou-se pelo mundo ocidental, colocando o tema na ordem do dia. Daniel Cotrim não crê que o movimento se tenha instalado, de facto, em Portugal, reconhece-lhe méritos, mas também exageros.

“O Me Too teve o mérito de destapar este fenómeno, dando-nos a possibilidade de debater a violência sexual e moral, o que antes não acontecia com tanta facilidade. Claro que houve exageros, mas, na verdade, no final das coisas temos sempre a tendência para nos focarmos naquilo que correu menos bem, esquecendo as consequências positivas. Em Portugal, porém, a violência sexual e moral é, ainda, claramente um tema tabu. Simplesmente, não é um tema debatido, sobre o qual se pense ou se faça aja”, lamenta.

Daniel Cotrim recorda que, “em Portugal, o assédio sexual e moral está apenas previsto no contexto do código do trabalho, não existindo no código penal”. “No nosso país, a lei apenas prevê a importunação sexual reiterada como algo punível criminalmente, e isso tem de ser alterado”, defende.

“Preocupante”, também, é aquilo que Daniel Cotrim identifica como “uma espécie de endoutrinação, através das redes sociais, para uma nova forma de misoginia”. “Vemos isso nas redes sociais, como o Tik Tok, por exemplo, através do qual influencers e mesmo especialistas partilham mensagens machistas e misóginas. É um fenómeno que temos de debater e combater para podermos prevenir os mais jovens”, diz.

A fechar, Daniel Cotrim recorda que “a violência sexual e moral pode ser reiterada ou não”, tratando-se de “um conjunto de comportamentos inadequados e indesejados pela outra pessoa”. “A linha é ténue, é verdade, mas sempre que alguém diz ‘não’, ou mesmo que não o diga, a outra pessoa tem de parar. Temos de perceber, nas relações com os outros, com quem podemos ter determinado tipo de comportamentos. O que podemos fazer com umas pessoas, por serem nossas amigas, serem próximas há muitos anos, pode ser considerado inadequado para outras. Depende se existe, de facto, essa autorização Não podemos pensar que podemos ter os mesmos comportamentos com todas as pessoas”, realça.

Para ouvir em Podcast:



Assédio sexual nos meios académicos - Daniel Cotrim

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=b964a712-3946-4ff8-8b90-aa746ac1eccd&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

As acusações de assédio sexual voltam a estar presente e a ser conhecidas nos meios académicos. Daniel Cotrim, Psicólogo da APAV, está por videochamada no CNN Hoje para comentar esta situação, sem se referir a nenhuma situação em particular, como a mais recente a envolver docentes universitários da Universidade de Coimbra, mas para comentar como aparentemente o assédio sexual é comum no meio académico e como pode ser evitado e denunciado.



ID: 104661796

TSF - Notícias

13-04-2023 11:04

Duração: 00:01:41

OCS: TSF - Notícias

Denúncias de assédio nas academias

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=e06e5c9b-af8f-4f68-beae-44e18cec39b2&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende que é necessário reforçar os meios para proteger as vítimas de assédio sexual, depois das acusações que estão a ser feitas por três investigadoras a dois professores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre eles, Boaventura Sousa Santos. Marta Mendes, jurista da APAV, em declarações no Fórum da TSF considera que a lei que existe não é suficiente.

Repetições: TSF - Notícias , 2023-04-13 12:07

TSF - Notícias , 2023-04-13 13:05



Suspeitas de assédio na Universidade de Coimbra - análise de Daniel Cotrim

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d15d0fe6-f82e-4ea5-b0a4-0101abe6d8cd&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Conversa com Daniel Cotrim, psicólogo e responsável também pela área da violência de género da APAV, analisa o caso das suspeitas de assédio sexual na Universidade de Coimbra.

**PAÇOS DE FERREIRA***Oferta da Junta***Amêndoas da Páscoa**

A Junta entregou às crianças da freguesia um “presente docinho”, assinalando assim a época pascal junto dos mais novos e “mantendo a tradição levada a cabo nos últimos anos”. Os pequeninos gostaram muito das amêndoas doces!

*Na senda da Venerável***“Passos de Sílvia Cardoso”**

O passeio pedestre “Passos de Sílvia Cardoso” promovido no passado domingo, 26 de março, pela Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso em parceria com o Grupo Pegadas de Sobrosa, passou por diversos locais associados a marcos históricos da vida da Venerável Sílvia Cardoso. Os muitos caminhantes puderam venerá-la junto à sua estátua localizada no centro da cidade, e imaginar como terá sido crescer e brincar na quinta da família.

*Na Secundária de Paços de Ferreira***Praça da Mulher**

Foi inaugurada na Escola Secundária de Paços de Ferreira, no passado dia 27 de março, a Praça da Mulher. A iniciativa tem como objetivo promover os direitos da Mulher, bem como a igualdade de género.

*No Centro Escolar de Paços de Ferreira***Jogo pedagógico “Bullying”**

O Conselheiro Municipal Agostinho Silva, acompanhado por duas colaboradoras da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), dinamizaram uma ação sobre “Bullying”, na tarde de 29 de março, no Centro Escolar de Paços de Ferreira. Esta atividade aconteceu no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Os alunos das turmas do 3.º C e do 4.º C participaram num jogo pedagógico denominado “Bullying: Um dia na escola”.

*A Chaves***Passeio Sénior 2023**

A Junta de Freguesia organiza mais uma edição anual do Passeio Sénior, que decorre no próximo dia 26 de maio. O destino será Chaves, bela cidade situada nas margens do Tâmega, conhecida pelas suas águas termais e gastronomia. As inscrições abriram no passado dia 3 de abril, para os maiores de 65 anos e residentes na freguesia de Paços de Ferreira.

Agência do Superior vai avaliar resposta que é dada a casos de assédio

Investigadoras denunciaram condutas sexuais inapropriadas no Centro de Estudos Sociais

Visados nas acusações dizem ser alvo de difamação e de incitamento ao "linchamento"

Estudantes defendem divulgação ampla de canais de denúncias nas universidades portuguesas

Inês Malhado
e Rita Neves Costa
sociedade@jn.pt

POLÉMICA A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) vai lançar em breve uma "avaliação institucional" sobre as universidades portuguesas, com um capítulo dedicado à "integridade académica". No documento serão analisados os problemas de assédio, de igualdade de género e de inclusão de pessoas desfavorecidas, garante João Guerreiro, presidente daquela agência. O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra anunciou, na terça-feira, que vai constituir uma comissão independente para investigar os alegados casos de assédio moral e sexual denunciados num livro por três investigadoras. Mais casos de alegadas vítimas são descritos na obra. A nova polémica sobre eventuais crimes sexuais e morais no Superior levou estudantes e especialistas a pedirem mais transparência nos canais internos de denúncia das universidades.

"Todos os aspetos que são fundamentais e sobre os quais as instituições de Ensino Superior têm de dar o exemplo vão ser um capítulo essencial da avaliação institucional que vamos fazer", disse João Guerreiro ao JN. O presidente da A3ES revela que às universidades será questionado se "têm regulamentos para a igualdade de género e para prevenir contra fraudes académicas". No caso do assédio sexual, será avaliado se há "mecanismos e estruturas para precavermos desvios que não podem, nem devem acontecer".

A mais recente polémica sobre alegados casos de assédio sexual e moral nas universidades portuguesas estourou na terça-feira. Um livro sobre má conduta sexual na academia, publicado a 31 de março na prestigiada editora académica "Routledge", dá conta, no último capítulo, de condutas sexuais inapropriadas numa instituição. Apesar de não ser nomeada, pode ser identificada

como o CES, a instituição em comum no percurso das três autoras. Antecipadamente, o centro anunciou que irá constituir uma comissão independente para investigar. Os visados, que não foram identificados no livro, são Boaventura Sousa Santos, diretor emérito do CES, e o investigador Bruno Sena Martins. Ambos negam ter tido comportamentos inapropriados. Sousa Santos considerou que a acusação é "vergonhosa e vil" [ler caixa].

Fonte da Universidade de Coimbra disse que "não foi registado qualquer caso provado de assédio moral ou sexual sob alçada disciplinar" da instituição e aponta que o CES é uma "associação privada sem fins lucrativos, estatutária e juridicamente independente".

ALUNOS NÃO CONHECEM CANAIS

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) disse, em comunicado, que a prioridade é o apoio às vítimas e que "as universidades devem investigar até ao fim". Fonte do CRUP explica que as instituições seguem a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o que obriga à instauração de um processo de inquérito interno quando há uma denúncia. Caso se comprove, segue-se um processo disciplinar e poderá ser comunicado às autoridades.

A polémica no CES não é única. Em dezembro de 2021, centenas de estudantes manifestaram-se contra o assédio sexual na Universidade do Minho. Em abril de 2022, soube-se que o conselho pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa recebeu 50 queixas de assédio e discriminação, tendo sido posteriormente criado um gabinete de apoio à vítima. A ministra do Ensino Superior recomendou então às universidades a adoção de códigos de conduta e a criação de canais de denúncias. O Governo não respondeu, em tempo útil, sobre o balanço que faz deste apelo.

O JN contactou seis universidades



"DIFAMAÇÃO"

Boaventura diz-se alvo de difamação "vergonhosa e vil"

Numa carta aberta enviada ontem a todos os investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra – a que o JN teve acesso –, Boaventura Sousa Santos voltou a reagir às alegações de assédio sexual, defendendo estar a ser alvo de uma "difamação anónima, vergonhosa e vil", assim como alguns investigadores e o próprio centro de investigação. O diretor emérito do CES decidiu que vai avançar com uma queixa-crime por difamação contra as três investigadoras que acusaram membros da equipa de usarem o seu poder sobre jovens estudantes e investigadoras para "extrativismo sexual". Também o investigador Bruno Sena Martins negou, mais uma vez, as acusações, dizendo, à agência Lusa, que são "insinuações fantasiosas". Criticou ainda o artigo em questão, que diz que "incita ao linchamento público".

e apenas duas responderam. Coimbra tem, "desde junho de 2022, a plataforma denuncia.uc.pt": houve duas queixas de assédio moral, uma foi arquivada e a outra está em fase de instrução. A U.Porto recebeu "19 queixas e/ou reclamações validadas", sendo que cinco são sobre assédio moral e/ou sexual e motivaram processos de inquérito.

A presidente da Federação Académica de Lisboa diz que "existem canais de denúncia e muitos deles funcionam de forma anónima, mas os alunos não os conhecem". Catarina Ruivo defende uma ampla divulgação e sugere que sejam feitos relatórios de acompanhamento. A mesma opinião tem Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que defende uma articulação com entidades externas, caso as vítimas não se sintam confortáveis para expor os casos nos canais internos das instituições. ●



Chamusca renova protocolo com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A Câmara Municipal da Chamusca renovou o protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no que diz respeito ao funcionamento da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo (EMAV_LT). O objectivo é continuar a promover a protecção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime prestando-lhes apoio emocional, jurídico, psicológico e social, explica a autarquia em comunicado. A EMAV_LT vai continuar a funcionar numa sala cedida pelo município, nas suas instalações na Rua Direita de São Pedro, à sexta-feira, das 9h00 às 12h30 ●

Tribunal fixa condições para homem ficar com pena suspensa por violência doméstica

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 13/04/2023

Meio: Notícias de Aveiro Online

URL: <https://www.noticiasdeaveiro.pt/tribunal/>

Tribunal de Aveiro.

O Tribunal de Aveiro condenou, esta quinta-feira, um homem de 53 anos, serralheiro civil, residente no concelho de Aveiro, por violência doméstica, a três anos e nove meses de prisão, com pena suspensa.

O indivíduo ficou com várias obrigações para não cumprir tempo de cadeia, uma das quais passa pela frequência de um programa de prevenção de comportamentos violentos. Permanecerá, ainda, proibido de contactar a vítima, sua ex-companheira, bem como de deter armas. Por último, ficou obrigado a pagar 1000 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O arguido respondeu por um crime de violência doméstica na forma continuada (injúrias e ameaças) e seis crimes de violação (relativos a outros casos de relações sexuais não consentidas pela parceira).

O acórdão do coletivo de juízes deu como provados os factos imputados, ainda que tenha decidido por razões jurídicas pela absolvição no caso dos crimes de violação, entendendo que estes não devem ser autonomizados, pelo que ficaram abrangidos pelo crime de violência doméstica.

Depois da mulher ter posto fim ao relacionamento, o homem "quis manter vida de casal", forçando-a em várias ocasiões a manter sexo, o que se prolongou até ser denunciado e detido pela autoridade policial.

Pesou a favor do arguido não ter antecedentes criminais, assim como não ter voltado a importunar a ex-companheira.

[Additional Text]:

CME 728

Júlio Almeida



SAÚDE

ABRIL - MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA

Apenas o coração pode bater

Conto-vos a história do laço azul, com um olhar de sensibilização aos maus-tratos contra crianças e jovens. Em 1989, nos Estados Unidos da América, uma avó amarrou uma fita azul à antena do seu carro devido à trágica história dos maus-tratos à sua neta, cometidos pela mãe das crianças e pelo companheiro. O seu neto já tinha sido morto em consequência de eventos semelhantes. Relativamente à cor azul, a mesma dizia que simbolizava as nódoas negras nos corpos dos seus netos.

Segundo a APAV em 2021, por ano 1959 crianças são vítimas de violência e maus-

-tratos, tendo vindo a aumentar os casos (14,8%) face aos anos de 2019 (12,5%) e de 2020 (13,8%). O perfil destas crianças e jovens é que são maioritariamente do sexo feminino (59%), com média de idades de 11 anos. A sua relação com o autor/a do crime é filho/a (26,3%) e 70% das situações dizem respeito a atos de violência física e psicológica em contexto



doméstico. Ou seja, a casa que devia ser um espaço de segurança, é transformada num cenário de violência a que estas são expostas, direta ou indiretamente. São os homens os

principais agressores (60,9%), situando-se na faixa etária entre os 25 e os 54 anos (23,7%). Logo a seguir à violência doméstica, o crime mais cometido é o crime sexual contra crianças representando 5,5% de todos os crimes.

Assim, é essencial que cada pessoa esteja atenta a quaisquer sinais de alerta de crianças/jovens que estejam a sofrer maus-tratos,

de forma a atuar precocemente e protegê-los de consequências físicas, psicológicas e sociais. Vulnerabilidade, reações de pânico, sensação de morte ou pesadelo, a desorientação geral, o sentimento de solidão e o estado de choque, são reações comuns nas vítimas de crime e não é diferente nas crianças.

Em abril, e sempre, todos temos o dever de proteger as crian-

ças e jovens e de prevenir qualquer forma de violência. Somos todos agentes muito importantes na segurança de todos os elementos da nossa comunidade.

Cuidar e proteger, ajuda-nos a crescer! Denuncia e usa o laço azul!

*Unidade de Cuidados
na Comunidade de Lafões*

*Aluna de Enfermagem
Marta Izes*



PORTALEGRE

APAV: relatório e crimes de violência doméstica

por João Trindade

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou as Estatísticas e Relatório Anual 2022, sobre os processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, feitos pelos seus 75 serviços de proximidade. Para o Diário do Sul a (APAV) valoriza “o trabalho desenvolvido com autoridades e entidades Nacionais e Internacionais”. Apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos nos serviços de proximidade: atendeu,



por semana, uma média de “157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas”. Entre todos os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total. Ainda a destacar atendeu uma média de 40 vítimas por

dia; registou 27.897 crimes e outras formas de violência; promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens). No Distrito de Portalegre o Núcleo de Ponte de Sor, coordenado por Rita Martinho, à RP informou que “apoiou 203 vítimas de violência sexual e doméstica”.



É Imperativo Acabar Com a Violência Contra Idosos

O Município depois de elaborar, em 2022, o diagnóstico do concelho da Póvoa de Varzim relativamente ao Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, tem vindo a promover várias iniciativas.

Recentemente, realizou uma formação dos parceiros da Rede Social sobre a temática da violência contra idosos, tendo a Vereadora da Coesão Social, marcado presença. Andrea Silva sublinhou a importância deste tipo de eventos para que "os formandos estejam mais preparados para sinalizar, intervir e prevenir os factores de risco da violência no âmbito do desempenho do seu papel de cuidadores de pessoas idosas".

A formação "Portugal mais Velho" foi realizada em parceria com a APAV e a Fundação Calouste Gulbenkian, e visou impulsionar, junto daqueles que prestam cuidados a pessoas idosas, a mobilização e consciencialização pública para o desenho e implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.

Para a acção de formação ser levada a bom porto, dividiu-se em três módulos de aprendizagem: violência contra pessoas idosas; factores de risco e factores protectores na violência contra pessoas idosas; e, por fim, violência contra pessoas idosas e prestação de cuidados profissionais.



Em abril assinala-se o Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância, um verdadeiro problema de Saúde Pública, dada a sua prevalência e as consequências nefastas associadas.

Os Maus Tratos na Infância representam qualquer ação de abuso (emocional, físico ou sexual) ou omissão não acidental (emocional ou física), praticada pelos pais, cuidadores ou outros, que constitua uma ameaça à segurança, dignidade, desenvolvimento biopsicossocial e afetivo. Podem ser categorizados como **1. Negligência:** quando há carência das necessidades básicas de higiene, alimentação, vestuário ou ausência de cuidados de saúde adequados (consultas, tratamentos); **2. Mau Trato Físico:** relativo a situações traumáticas

(hematomas, queimaduras em locais pouco comuns, marcas corporais de fivela, corda, régua); **3. Mau Trato Psicológico/Emocional:** que resulta da privação de um ambiente de tranquilidade e de bem-estar, indispensável ao normal desenvolvimento da criança; **4. Abuso Sexual;** **5. Síndrome de Munchausen por Procuração:** situação rara em que um familiar ou cuidador atribui sintomas à criança, com o intuito de simular a doença, levando a exames, tratamentos e hospitalizações desnecessários. Dados nacionais relativos ao ano de 2021 revelaram que 70% das situações de risco reportadas em crianças e jovens foram resulta-



ANA SOFIA PINHEIRO
Médica Interna de Medicina Geral e Familiar

Voz à saúde

do de negligência.

Repetidamente dizemos que as Crianças são o nosso Futuro, mas não será necessário repen-

Prevenção dos Maus Tratos na Infância

sar nos valores que lhes queremos transmitir, para a construção de uma sociedade justa, solidária e responsável? As vítimas de Maus Tratos apresentam sequelas que acompanham todo o seu crescimento e tendem a permanecer na vida adulta: limitam o desenvolvimento de competências físicas e cognitivas e interferem na integração social, condicionando o seu papel a nível individual e na comunidade.

Se conhece alguma criança em situação de perigo, não hesite em ajudar. A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens disponibiliza um formulário para comunicar estas si-

tuções, podendo fazê-lo de forma anónima (www.cnpdpdj.gov.pt/como-pedir-ajuda). A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima está disponível para prestar apoio através de chamada gratuita, em dias úteis, das 08h-22h, para a Linha de Apoio à Vítima (116 006) ou presencialmente no Gabinete de Apoio à Vítima (em Braga, situa-se na Rua de S. Vítor, nº11). Existe ainda a Linha de Apoio à Criança (116 111) que permite que as crianças exponham os seus problemas e peçam ajuda.

Todos os cidadãos têm o dever de tomar medidas que ajudem a prevenir e identificar estes casos de risco e conhecer as várias opções disponíveis para orientar estas situações. O Futuro é das Crianças, mas depende de todos nós!

Chamusca renova protocolo com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 11/04/2023

Meio: Mirante Online (O)

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=829c22ae>

Objectivo é continuar a promover a protecção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime.

A Câmara Municipal da Chamusca renovou o protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no que diz respeito ao funcionamento da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo (EMAV_LT). O objectivo é continuar a promover a protecção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime, prestando-lhes apoio emocional, jurídico, psicológico e social, explica a autarquia em comunicado. A EMVA_LT vai continuar a funcionar numa sala cedida pelo município, nas suas instalações na Rua Direita de São Pedro, à sexta-feira, das 9h00 às 12h30.

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, número superior a 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/04/2023

Meio: Rádio Voz da Planície Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=1aa19eaf>

A associação divulgou o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83 mil e 322 atendimentos, mais 25,5 por cento do que em 2021, apoiando diretamente 16 mil e 824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio a` Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a` Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14 mil e 688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9 por cento de vítimas face ao ano transato".

Tomar é o concelho com mais casos de violência doméstica na região

Tipo Meio: Internet **Data Publicação:** 10/04/2023

Meio: Tomar na Rede Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=8a3083a>

De acordo com o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima referente a 2022, foram apoiadas pela APAV 22 vítimas em Tomar, sendo o concelho da região com maior número de casos (ver tabela).

Segue-se Ourém com 18, Abrantes com 17, Entroncamento com 16 e Torres Novas com 13.

Na capital do distrito, Santarém, a APAV apoiou 81 vítimas.

De uma maneira geral, registou-se em todos os concelhos um aumento do número de queixas de 2021 para 2022 (comparar relatórios em baixo).

Vítimas de violência doméstica apoiadas pela APAV em 2022

Concelho Vítimas apoiadas Tomar 22 Ourém 18 Abrantes 17 Entroncamento 16 Torres Novas 13 Alcanena 10 Ferreira do Zêzere 7 Santarém 81

Fonte: APAV

A nível nacional:

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de

forma destacada, com 21.588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", refere a associação.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2.595 (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1.528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1.594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14.824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

A APAV destaca ainda que do total de contactos feitos para a associação, 47,8% foram feitos pela própria vítima, enquanto 43,1% foram por amigos, conhecidos ou familiares das vítimas.

Lusa

Relatório anual APAV 2022

Relatório anual APAV 2021

[Additional Text]:

Photo of Redação

Tomar é o concelho com mais casos de violência doméstica na região
violencia domestica

Redação



'Recuso ser vítima'

Acção municipal deixa mensagem de alerta contra violência doméstica

Dinamizada pela actriz Sílvia Abreu, presidente da associação Tocar n'Alma, decorreu no Theatro Club uma acção temática de alerta contra a violência doméstica promovida pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. A sessão contou com a presença da vice-presidente e vereadora do Pelouro da Promoção da Igualdade, Fátima Moreira bem como dos vereadores Paulo Gago e Ricardo Alves.

Ajudar a perceber o que é a violência e as suas várias formas bem como informar da existência de estruturas às quais se pode recorrer foram alguns dos objectivos da sessão que permitiu a troca e partilha espontânea de opiniões e histórias. A sessão pretendeu ainda encorajar as vítimas a falar e pedir ajuda.

No ano de 2022 morreram 28 pessoas vítimas de violência doméstica: 24 mulheres e 4 crianças. Foram participadas 30389 ocorrências à PSP e à GNR, mais 3878 em relação ao ano de 2021.

Na Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso há um serviço de apoio à vítima, o SIGO, que pode ser contactado através do número 961586244. Em caso de violência doméstica pode ainda recorrer à Linha da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) através do número 116006 ou às linhas de emergência nacionais.

**5 NÚMEROS****675**

Vagas abertas pela UMA para o próximo ano lectivo. As mesmas do ano anterior.

6.810

Crimes registados pelas autoridades no ano passado, na Madeira. Um aumento de 22,4% face ao período homólogo.

227

Crianças e jovens estão em acolhimento familiar e residencial.

7

Toneladas de cabrito é a estimativa de venda do Grupo Nóbrega para esta quadra

78

Vítimas da APAV que receberam apoio em 2022, na Região.



PRIMEIRO PLANO

Ilícitos em ambiente escolar



Tipo de ocorrência

	2021/2022	2018/2019
Ameaça de bomba	6 ↓	11
Furto	711 ↑	600
Roubo	120 =	120
Posse/uso de arma	107 ↑	57
Vandalismo/dano	298 ↑	217
Injúrias/ameaças	1128 ↑	818
Ofensa integridade física	1860 ↑	1359
Posse/consumo estupefacientes	127 ↓	192
Ofensas sexuais	174 ↑	119



Alunos mais violentos dentro e fora da escola

Crimes em ambiente escolar disparam. Comparação com ano letivo pré-pandémico de 2018/2019 mostra aumento de 243% só na área da GNR

A LUPA

700

jovens, na Grande Lisboa, estão identificados pela Polícia Judiciária. Integram 27 grupos de drill, estilo musical que glorifica a violência entre eles, da qual resultaram, em 2022, quatro homicídios.

1,5

milhões de alunos de 7800 estabelecimentos de ensino em todo o país foram abrangidos por ações dos programas da Escola Segura implementados pela GNR e pela PSP no último ano letivo.

Comissão contra violência juntou 77 instituições

A Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, criada pelo Governo para estudar o fenómeno, reuniu-se com 77 instituições antes de apresentar o relatório intercalar e as primeiras recomendações. Entre aquelas instituições estão centros de investigação ou das áreas da justiça, educação e saúde.

Violência no desporto é fator de risco

A violência em competições no desporto não profissional, sobretudo aquelas em que estão envolvidos escalões etários mais baixos, será um fator de risco. Esta vertente está já a ser objeto de análise pelas comissões de criança e jovens em risco de todo o país.

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

VIOLÊNCIA A criminalidade nas escolas está a subir em flecha, a par da delinquência juvenil. No último ano letivo, as autoridades tiveram de se deslocar 18 vezes por dia a estabelecimentos de ensino, 12 das quais por causa de crimes, a maioria de natureza violenta. Ao contrário do que tem acontecido na última década, os problemas têm diminuído nas zonas urbanas a cargo da PSP, mas subiram cerca de 243% nas áreas da GNR, comparando com números pré-pandémicos. O aumento global situa-se no 40%. Uma nova metodologia

mais abrangente, que passou, por exemplo, a contabilizar crimes ocorridos nas imediações das escolas, explica o agravamento. As ofensas à integridade física foram dos crimes que mais aumentaram, dentro e fora da escola, com uma subida de 36%.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), quando se compara o ano letivo 2018/2019 com o de 2021/2022, o total de ocorrências passou de 5250 casos para 6607, sendo que 93,3% destas deslocações policiais a ambientes escolares foram de natureza criminal. Eram essencialmente casos de agressões, ou de injúrias, mas também hou-

BALANÇO

Delinquência juvenil faz soar alarmes

A delinquência juvenil, que envolve crianças com idades entre 12 e 16 anos e está presente em toda a sociedade, registou no ano passado um aumento de 50,6% e tem reflexos na segurança escolar. Episódios violentos protagonizados por grupos ligados a estilos musicais, incluindo homicídios, levou o Governo a criar, no ano passado, uma comissão para analisar o fenómeno e encontrar formas de combater.

ve situações de furtos e atos de vandalismo. Em 2019, contabilizaram-se 1359 agressões e no ano passado 1860, o que perfaz um aumento de mais de 36%. Também os registos de casos de injúrias e ameaças subiram de 818 para 1128.

As chamadas ocorrências não criminais são, na sua generalidade, pequenos arrufos ou denúncias que não se confirmaram.

CRITÉRIO MAIS ABRANGENTE

Segundo cálculos do JN, nos dois períodos em análise as ocorrências criminais aumentaram mais nas zonas policiadas pela GNR, passando de 637 para 2190. As ocorrências não crimi-



Há crianças cada vez mais novas envolvidas em episódios violentos e crimes

APAV regista um “expressivo” aumento de vítimas

Mais pedidos de apoio. Identificadas como “criminosas” crianças entre 6 e 10 anos de idade

Roberto Bessa Moreira
roberto.moreira@jn.pt

RELATÓRIO “A violência em meio escolar está em crescendo e esta dimensão é muito preocupante”, alerta a secretária-geral da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Cármen Rasquete. A responsável sustenta a afirmação nos dados do último Relatório Anual da instituição, que revelou, na semana passada, que o número de vítimas menores apoiadas no ano passado aumentou, assim como cresceu o número de crianças e jovens que cometeram crimes. Muitos dos quais na escola e tendo como alvos os próprios colegas.

No ano passado, a APAV apoiou 2595 vítimas com menos de 18 anos. Um número que representa 17,7% de todos quantos recorreram aos serviços da associação, um “aumento expressivo face ao ano transato”, realça o Relatório, que lembra que, em 2019 e 2020, as vítimas daquele escalão etário não chegaram aos 2000.

O documento dá conta de outro fenómeno: “O número de menores autores de crime e outras formas de violência representou 1,4% dos casos, valor mais alto dos últimos anos”. Aliás, a sinalização de 192 crianças e jovens como autores de um crime significa mais 31,6% face a 2021.

Dezasseis dos “criminosos” identificados tinham entre 6 e 10 anos, o que reforça a tese de que uma grande quantidade de crimes foi cometido no espaço escolar. Mais uma vez, a estatística corrobora a hipótese, visto que, em 2022, registaram-se 295 casos de violência na escola ou local de trabalho, o que representa um aumento de 134% em relação a 2020.

CIFRAS NEGRAS

A secretária-geral considera os dados muito preocupantes, mas teme que a realidade seja ainda mais dura. “Há muitas cifras negras e muitos casos que não chegam ao nosso conhecimento. Esta situação é transversal a todo o tipo de violência”, alega. A responsável confirma que alguns casos estão relacionados com violência no namoro, mas assegura que a maioria ocorre na escola e entre colegas. “Não podemos não intervir”, alerta.

A responsável acredita que há “uma maior sensibilização para apresentar queixa”. Contudo, não afasta a hipótese de um crescimento, puro e duro, da violência e pede mais iniciativas.

“Uma prevenção estruturada e sistemática tem dez vezes mais impacto que outro tipo de intervenção”, afirma Cármen Rasquete.

ENTREVISTA

“Escolas têm uma batalha difícil em mãos”

Ângela Moutinho
Psicóloga clínica e coach



Porque há alunos cada vez mais violentos?

Atualmente, as crianças e jovens apresentam características de desenvolvimento emocional cada vez mais deficitário, nomeadamente, no que diz respeito à capacidade para lidar com a frustração e para controlar os próprios impulsos. A par disso, apresentam uma menor preocupação em relação ao sofrimento que possam provocar no outro.

Que danos psicológicos causam nas vítimas?

No caso da violência em contexto escolar, são frequentes os sentimentos de mal-estar psicológico, baixa autoestima, isolamento, depressão, ansiedade, alterações de comportamento como, por exemplo, enurese, tiques e problemas de sono. Em situações mais graves, as vítimas podem apresentar ideação suicida.

Como se combate esta violência?

Com políticas de prevenção, mas também de resposta à violência. Formando e apoiando os professores e outros profissionais das escolas em áreas como a resolução de conflitos. Envolvendo toda a comunidade escolar nestas respostas e, acima de tudo, as famílias.

As escolas estão preparadas para esta violência?

As escolas têm uma batalha difícil em mãos. Temos um longo caminho a percorrer, que tem de ser feito por todos nós, sociedade, e não só pelas escolas.

Cada vez mais novos e armados

Estudo da PSP revela preocupação com o uso de armas brancas por crianças

Uma análise feita pela PSP, há cerca de três meses, mostra que os jovens delinquentes são cada vez mais novos e que existe um recurso crescente ao uso de armas brancas. Entre 2018 e 2021, a PSP registou 2422 denúncias relacionadas com delinquência juvenil.

“Há cada vez mais uma entrada para este tipo de práticas de idades mais precoces. Vamos observando crianças que têm 11 e 12 anos e já começam a trazer algum volume de ocorrências em que vão sendo atores durante o ano letivo e por vezes com uma violência que não era expectável”, explicou o intendente Hugo Guinote, chefe da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade da PSP.

No final do ano passado, o estudo mostrava que os

crimes estavam a diminuir na área da PSP, em relação aos anos anteriores à pandemia. Mas o que preocupa mais as autoridades é a tendência para o uso de armas brancas na prática dos ilícitos. O mesmo oficial explicou, à Lusa, que se trata de roubos ou furtos praticados com armas brancas, bastões e barras de ferro e em grupo.

“Estes jovens de 11 e 12 anos participam em grupos que têm essas armas brancas e às vezes eles próprios também as têm. Infelizmente é uma tendência a que estamos a assistir (...) nestes episódios de violência” precisou.

ESCOLA SEGURA

O Programa Escola Segura, tanto o da PSP como o da GNR, constitui uma importante ferramenta das autoridades para prevenir e travar a criminalidade nos estabelecimentos de ensino.

Nos últimos anos, a PSP fez milhares de ações nas escolas sobre assuntos relacionados com a violência e a prática de ilícitos criminais. Estas ações envolveram cerca de 730 000 alunos, pais, professores e assistentes operacionais”, adiantou ao JN fonte oficial da PSP.

nais diminuíram de 468 para 300. Fonte oficial do Comando Geral da Guarda explicou que “a ferramenta informática de informações em uso na GNR (o Sistema Integrado de Informações Operacionais da Polícia - SIIO) a partir do ano letivo 2021/2022 permite a extração dos elementos estatísticos de forma mais abrangente, sistematizada e fiável relativamente à temática dos ilícitos em ambiente escolar”. Ou seja, até agora, os dados contabilizados pela GNR poderiam estar abaixo da realidade. “Assim sendo, pelo facto da metodologia ser diferente, não é possível correlacionar os dados de anos letivos”, adiantou ainda a Guarda.

MAIS PROATIVIDADE

Outras fontes questionadas pelo JN admitem que a criminalidade junto das escolas possa ter aumentado e revelado uma nova realidade, mas também apontam a proatividade e maior sensibilidade dos militares ao registarem os crimes como tendo origem em ambiente escolar para explicar a subida. “São crimes que apesar de serem praticados nas imediações das escolas, poderiam estar a ser registados em outros itens”, explicou.



APAV quer estratégias de prevenção da violência

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 08/04/2023

Meio: Atual Online (O) Autores: Inês Patola

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=60227f7a>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados

A associação divulgou o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio a` Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a` Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Inês PatolaLusa

Viver com medo

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 08/04/2023
Meio: JM Online Autores: Carina Ferro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=1da8ae77>

Opinião | 08/04/2023 08:00

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima divulgou os dados referentes a casos de violência doméstica em Portugal, em 2022. O ano de 2022 ficou marcado por 28 mortes (24 mulheres e 4 crianças), número mais alto do que em 2021.

Os dados que sobressaem sobre a violência doméstica (além do número de mortes) são referentes ao aumento do número de pedidos de ajuda realizados por menores - em sintonia com o aumento do número de casos de violência contra os filhos. O que também não nos pode deixar indiferentes é o aumento do número de agressões perpetradas por menores.

Pergunto-me o que acontece no seio destas famílias para que tal aconteça. As relações familiares devem estar assentes no respeito pelo próximo e por amor. Cabe aos pais cuidar dos seus filhos, promovendo o seu desenvolvimento e bem-estar, na certeza de que lhes estão a transmitir os princípios, os ideais, os valores e as formas de agir que utilizarão pela vida fora. Sendo certo que as crianças devem ser livres para descobrir quem são e quem querem ser, cabe aos pais estimular essa liberdade, com amor e respeito, contribuindo, dia-a-dia, para a felicidade destas crianças em todos os aspetos das suas vidas. Como é que passamos do amor e respeito para o pesadelo da violência doméstica?

A violência [doméstica] é um crime punido pela lei portuguesa. A violência, seja física ou psicológica, viola o direito à dignidade e põe em risco a integridade física de muitos. O comportamento violento continuado, que resulte em danos físicos, emocionais ou psicológicos, é crime. A imposição de isolamento social, a subordinação, a perseguição, a chantagem, tudo aquilo que faça o outro viver em clima de medo, é crime. Em momento algum se pode assumir que a violência existe "por amor". Subjugar o outro pela ansiedade, pelo medo, não é amor.

O número total de vítimas de violência doméstica em Portugal não é conhecido. Nem todas as vítimas conseguem pedir ajuda. O silêncio fala mais alto. O medo grita muito alto. Estas pessoas, vítimas, têm medo. Medo de não chegar a amanhã. Medo de partilhar com a família ou com amigos e ser alvo do estigma social que procura justificar porque é que estas pessoas acabaram naquela situação.

É por isso importante que todos tentemos colocar-nos nos "sapatos" destas vítimas. Como é viver com medo? Será que, algum dia, ultrapassam o trauma a que foram sujeitas? E os filhos, que presenciaram todas estas agressões? Quando crescem, consideram a violência como algo normal? Vivem com medo? São pessoas felizes ou vivem o resto das suas vidas com estas sombras na memória?

Simone de Beauvoir dizia "Que o tempo cura, que a mágoa passa, que a decepção não mata. E que a vida, sempre, continua." Mas, será que continua para estas vítimas? Estamos a ser capazes de ajudar os sobreviventes a olhar em frente, sem medo? Tenho as minhas reservas sobre isso.

Um agressor não tem cara, não tem classe social, não tem um nome. Pode ser um amigo, um vizinho,

um colega de trabalho. Pode ser um filho, ou um irmão. Pode até ser uma pessoa tão pacata fora das suas quatro paredes, que ninguém jamais lhe apontaria o dedo. Mas eles estão por aí.

Não duvide quando alguém lhe disser que é vítima de violência doméstica, não julgue, não culpe, não defenda o agressor - porque quem lhe conta uma coisa destas, está a lutar pela sobrevivência, com marcas que ficarão para sempre gravadas na sua mente. É essa dor e esse medo que devemos ser capazes de respeitar. Porque amanhã podemos ser nós.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima divulgou os dados referentes a casos de violência doméstica em Portugal, em 2022. O ano de 2022 ficou marcado por 28 mortes (24 mulheres e 4 crianças), número mais alto do que em 2021. Os dados que sobressaem sobre a violência doméstica (além do número de mortes) são referentes ao aumento do número de pedidos de ajuda realizados por menores - em sintonia com o aumento do número de casos de violência contra os filhos. O que também não nos pode deixar indiferentes é o aumento do número de agressões perpetradas por menores. Pergunto-me o que acontece no seio destas famílias para que tal aconteça. As relações familiares devem estar assentes no respeito pelo próximo e por amor. Cabe aos pais cuidar dos seus filhos, promovendo o seu desenvolvimento e bem-estar, na certeza de que lhes estão a transmitir os princípios, os ideais, os valores e as formas de agir que utilizarão pela vida fora. Sendo certo que as crianças devem ser livres para descobrir quem são e quem querem ser, cabe aos pais estimular essa liberdade, com amor e respeito, contribuindo, dia-a-dia, para a felicidade destas crianças em todos os aspetos das suas vidas. Como é que passamos do amor e respeito para o pesadelo da violência doméstica? A violência [doméstica] é um crime punido pela lei portuguesa. A violência, seja física ou psicológica, viola o direito à dignidade e põe em risco a integridade física de muitos. O comportamento violento continuado, que resulte em danos físicos, emocionais ou psicológicos, é crime. A imposição de isolamento social, a subordinação, a perseguição, a chantagem, tudo aquilo que faça o outro viver em clima de medo, é crime. Em momento algum se pode assumir que a violência existe "por amor". Subjugar o outro pela ansiedade, pelo medo, não é amor. O número total de vítimas de violência doméstica em Portugal não é conhecido. Nem todas as vítimas conseguem pedir ajuda. O silêncio fala mais alto. O medo grita muito alto. Estas pessoas, vítimas, têm medo. Medo de não chegar a amanhã. Medo de partilhar com a família ou com amigos e ser alvo do estigma social que procura justificar porque é que estas pessoas acabaram naquela situação. É por isso importante que todos tentemos colocar-nos nos "sapatos" destas vítimas. Como é viver com medo? Será que, algum dia, ultrapassam o trauma a que foram sujeitas? E os filhos, que presenciaram todas estas agressões? Quando crescem, consideram a violência como algo normal? Vivem com medo? São pessoas felizes ou vivem o resto das suas vidas com estas sombras na memória? Simone de Beauvoir dizia "Que o tempo cura, que a mágoa passa, que a decepção não mata. E que a vida, sempre, continua." Mas, será que continua para estas vítimas? Estamos a ser capazes de ajudar os sobreviventes a olhar em frente, sem medo? Tenho as minhas reservas sobre isso. Um agressor não tem cara, não tem classe social, não tem um nome. Pode ser um amigo, um vizinho, um colega de trabalho. Pode ser um filho, ou um irmão. Pode até ser uma pessoa tão pacata fora das suas quatro paredes, que ninguém jamais lhe apontaria o dedo. Mas eles estão por aí. Não duvide quando alguém lhe disser que é vítima de violência doméstica, não julgue, não culpe, não defenda o agressor - porque quem lhe conta uma coisa destas, está a lutar pela sobrevivência, com marcas que ficarão para sempre gravadas na sua mente. É essa dor e esse medo que devemos ser capazes de respeitar. Porque amanhã podemos ser nós.

Carina Ferro

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 08/04/2023

Meio: TV Record Europa Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=bae19e01>

Violência doméstica ou crimes sexuais representam 94% dos crimes.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

[Additional Text]:

Homem viola as três filhas no Barreiro

Lusa

APAV: mais de 7 mil vítimas ajudadas em 2022 alvo de crimes continuados

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 07/04/2023

Meio: Algarve Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=3740f5bc>

07

Abr

APAV: mais de 7 mil vítimas ajudadas em 2022 alvo de crimes continuados

Sociedade

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente

16.824 pessoas.

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

Ademar Dias

Partilha este artigo

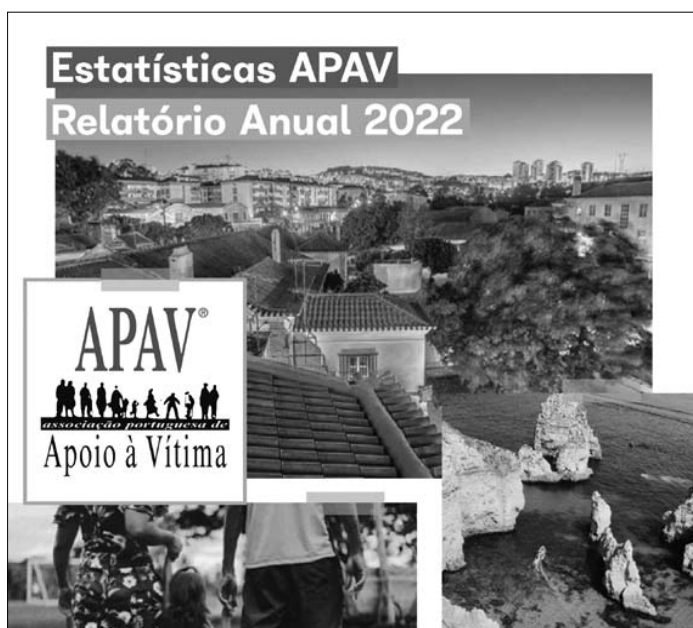
TRABALHO ESTATÍSTICO DA APAV É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA

A APAV divulga as Estatísticas APAV | Relatório Anual 2022. Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

Face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, a APAV apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos – um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020. Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura.

Durante este ano a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total.

Destacamos que a APAV: Apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional); Atendeu uma média de 40 vítimas por dia; Registou 27.897 crimes e outras formas de violência; Promoveu 1.442 ações



de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. A Rede CARE – apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime.

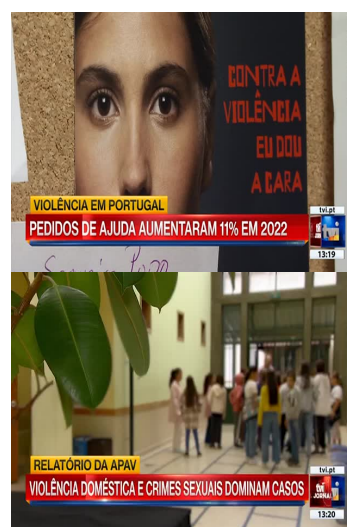
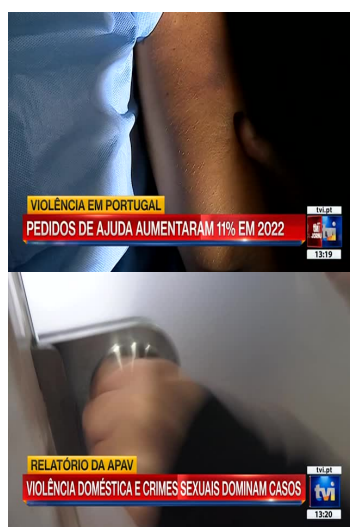
“O trabalho estatístico é de extrema importância quando se pretende construir uma visão abrangente sobre as

vítimas de crime em Portugal, pelo que a APAV continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação”, lê-se no comunicado.

A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país.

A Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h.

A Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h, e do e-mail linhainternetsegura@apav.pt. A APAV está também presente nas principais redes sociais, como o Facebook e o Instagram. ■

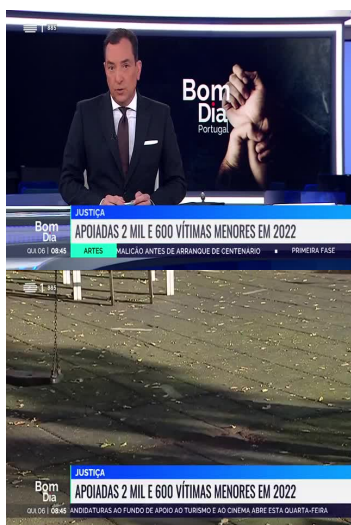


Violência em Portugal

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=d46ed04a-0ecc-42f5-a4ae-dc3ecb1a4ca2&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

O número de vítimas de violência em Portugal cresceu em 2022 face ao ano anterior. A APAV recebeu mais pedidos de ajuda, e apoiou quase 15 mil pessoas.

Declarações de Carmen Rasquete, secretária geral da APAV.



APAV ajudou 2600 menores em 2022

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=4ee28093-b66c-412d-9f8f-c520ff1d49f5&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ajudou no ano passado 2600 menores. É o maior registo de sempre, devido ao aumento dos abusos sexuais.

Repetições: RTP3 - Bom Dia Portugal , 2023-04-06 08:46

Cuidadores de idosos de Barcelos receberam formação

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: Alto Minho Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9f531af1>

Cerca de 15 cuidadores de pessoas idosas de ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e Centros de Dia, de Barcelos, participaram numa ação de formação relativa à prevenção da "violência contra pessoas idosas e à prestação de cuidados", no âmbito do projeto Portugal Mais Velho - Formar quem Cuida, Sensibilizar quem Decide.

A iniciativa decorreu na Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos. Este projeto, implementado pela APAV e pela Fundação Calouste Gulbenkian, nasce de duas necessidades identificadas durante o projeto Portugal Mais Velho, nomeadamente, a necessidade de formação dos que prestam cuidados a pessoas idosas e, por outro lado, a urgência de mobilização dos decisores [...]

Cerca de 15 cuidadores de pessoas idosas de ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e Centros de Dia, de Barcelos, participaram numa ação de formação relativa à prevenção da "violência contra pessoas idosas e à prestação de cuidados", no âmbito do projeto Portugal Mais Velho - Formar quem Cuida, Sensibilizar quem Decide.

A iniciativa decorreu na Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos.

Este projeto, implementado pela APAV e pela Fundação Calouste Gulbenkian, nasce de duas necessidades identificadas durante o projeto Portugal Mais Velho, nomeadamente, a necessidade de formação dos que prestam cuidados a pessoas idosas e, por outro lado, a urgência de mobilização dos decisores políticos para o desenho e implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.



RELATÓRIO DA APAV

Quatro idosos vítimas de crime a cada dia

APOIO Associação recebeu 14 688 vítimas no ano passado, 1528 das quais idosos. Houve ainda 2595 vítimas menores de idade: sete casos por dia

Sérgio A. Vitorino

● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou no ano passado quatro idosos por dia vítimas de crimes. Foram 1528 no ano - num total de 14 688 vítimas de todas as idades. Foram prestados mais de 83 mil atendimentos. Os crimes mais denunciados foram os de violência doméstica e crimes sexuais contra menores. As vítimas idosas são na

maioria mulheres (76,1%), com uma média de 76 anos. Os idosos foram, de resto, 10,4% do total de vítimas.

DESTACAM-SE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CRIMES SEXUAIS CONTRA OS MENORES

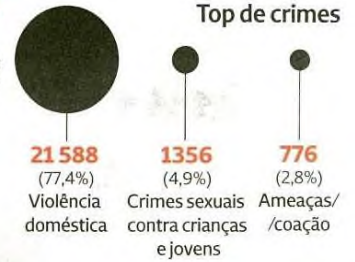
Já as 2595 vítimas menores (17,7% do total) foram, refere a APAV, "o maior número alguma vez regista-

do": sete casos por dia. Os agressores são na maioria homens (62%), entre 25 e 54 anos. Mas o número de menores autores (192) aumentou 31,6%. Os agressores idosos foram 623. Em 41% dos casos, a relação entre vítimas e agressores é de intimidade. Aumentaram 71,8% os casos de pais agressores e 134% o de colegas autores. Metade do total foi alvo de vitimação continuada, algumas por mais de 50 anos.

Números da APAV

83 322

Atendimentos efetuados pelos Serviços de Proximidade da APAV em 2022



Vítimas



Homens adultos
1547/ano
30/semana
4/dia



Na Escola de Tecnologia e Gestão **Cuidadores em formação**

Decorreu nos últimos dois dias, nas instalações da ETG – Escola de Tecnologia e Gestão, uma ação de formação relativa à prevenção da “violência contra pessoas idosas e à prestação de cuidados”, no âmbito do projeto Portugal Mais Velho - Formar quem Cuida, Sensibilizar quem Decide.

Este projecto, implementado pela APAV e pela Fundação Calouste Gulbenkian, nasce de duas necessidades identificadas durante o projeto Portugal Mais Velho, nomeadamente, a necessidade de formação dos que prestam cuidados a pessoas idosas e, por outro lado, a urgência de mobilização dos decisores políticos para o desenho e implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.

Na ação de formação realizada em Barcelos participaram cerca de 15 cuidadores de pessoas idosas de ERPI.



APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes

●●● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados. A associação divulgou ontem o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322

atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando 16.824 pessoas.

“Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura”,

refere a APAV. Acrescenta ter apoiado “um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato”.

Segundo a APAV, no ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa 40 vítimas por dia.

APAV apoiou 111 vítimas de 21 concelhos da região

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: Diário de Aveiro Online

URL: <https://www.diarioaveiro.pt/noticia/97601>

Mais de uma centena das vítimas que procuraram o apoio da APAV durante o ano passado residia no distrito de Viseu. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados, das 111 vítimas apoiadas, 20 residiam no concelho de Viseu, seguindo-se Tondela (11), Lamego (8) e Cinfães (8). A lista continua com São João da Pesqueira (6), Tarouca (6), Mortágua (5), Nelas (5), Oliveira de Frades (5), Armamar (4), Carregal do Sal (4), Mangualde (4), Penalva do Castelo (4), Santa Comba Dão (4), Resende (3), São Pedro do Sul (3), Sátão (3), Tabuaço (3), Sernancelhe (2) e Vouzela (1).

!--



A média de idades das crianças ajudadas pela APAV é de 10 anos.

APAV apoiou mais de 14 mil vítimas. Maior parte de violência doméstica e crimes sexuais

RELATÓRIO Associação refere que cerca de sete mil pessoas sofriram crimes continuados há vários anos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os praticados contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos registados. A associação divulgou ontem o relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83 322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16 824 pessoas.

No documento frisa que mais de sete mil pessoas ajudadas eram vítimas de crimes continuados, alguns há mais de dois/três anos.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14 688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que, durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de for-

ma destacada, com 21 588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE – apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual – tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", frisa.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos e grau de escolaridade ao nível do Ensino Superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (abaixo dos 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2595 casos (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14 824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

DN/LUSA



RELATÓRIO



62% dos agressores são do sexo masculino, ainda assim, as mulheres, autoras de crimes/ou outras formas de violência têm vindo a aumentar. FOTO SHUTTERSTOCK

78 vítimas na Madeira receberam apoio da APAV em 2022

ANDREIA CORREIA
andreiacc@dnoticias.pt

No Relatório Anual 2022 de Estáticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas directas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional. Na Madeira, a associação chegou a 78 vítimas.

Na Região, dos 11 concelhos existentes, a APAV interveio em 10, sendo que a maioria das vítimas encontravam-se a residir no concelho do Funchal (48), por outro lado, nenhuma vítima solicitou a intervenção em São Vicente, no ano passado.

Após a capital, Santa Cruz foi o concelho onde foi prestado mais apoio às vítimas (13), seguindo-se de Ribeira Brava (7), Câmara de Lobos (3), Machico (2). Já na Calheta, Ponta do Sol, Santana e Porto Moniz receberam apoio

uma vítima, por concelho.

No que diz respeito ao Porto Santo, em 2022, a APAV apoiou directamente uma vítima.

A nível nacional, entre 2020 e 2022, registou-se um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efectuados pelos Serviços de Proximidade da APAV.

A maioria dos crimes e formas de violência dizem respeito à violência doméstica (77,4%), crimes sexuais contra crianças e jovens (4,9%) e ameaças/coacção (2,8%).

Maioria das vítimas é do sexo feminino

Em 2022, a APAV apoiou um total de 14.688 vítimas directas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transacto.

A maioria é do sexo feminino (77,7%), mantendo-se a tendência de anos anteriores que demonstra que são as mulheres (sobretudo adultas) que mais procuram os Serviços de Proxi-

As vítimas são maioritariamente do sexo feminino e têm entre os 25 e os 54 anos

midade da APAV.

No que concerne às faixas etárias, as vítimas situavam-se essencialmente entre os 25 e os 54 anos de idade.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face ao ano transacto. Em 2022 atingiram um total de 17,7%, o maior número alguma vez registado pela associação.

O número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, contudo superior ao número de pessoas idosas vítimas que procuraram apoio na APAV em 2019.

Das 14.688 vítimas registadas, no ano transacto, quase metade (49,1%) foi alvo de vitimação continuada, em que as situações duraram entre 2 a 3 anos.

Cerca de metade dos actos (49,1%) aconteceram na residência comum da vítima e do autor do crime de outras formas de violência, seguindo-se a residência

AUTORES DO CRIME



■ Em 2022 a APAV tomou conhecimento de 14.824 autores/as de crime e de outras formas de violência. A maioria - 62% - é do sexo masculino, mantendo-se a tendência dos anos anteriores.

Relativamente às pessoas do sexo feminino autoras de crime e outras formas de violência, o relatório aponta que a percentagem tem "vindo a manter-se elevada ao longo dos anos: em 2019 representavam 13,1%; em 2020 12%; em 2021 atingiu os 11,9% e em 2022 representou os 12,9% dos registos, valor mais elevado dos últimos anos".

■ No que diz respeito à faixa etária dos autores do crime, esta situa-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos, acompanhando, também, a tendência dos últimos anos.

■ Apesar de existirem poucos registos sobre a escolaridade do agressor(a), a maioria tem o ensino superior (3,3%).

■ A maioria mantém relações de intimidade com a vítima, como é o caso da conjugalidade (14,5%).

da vítima (15,1%) e do lugar/via pública (9,7%).

49,2% apresentou queixa numa entidade judicial e/ou judiciária

Das situações de crime e violência que a APAV teve conhecimento no ano passado, cerca de metade das vítimas (49,2%) apresentou queixa/denúncia numa entidade judicial e/ou judiciária. A maior parte das queixas/denúncias às autoridades competentes foi feita antes do contacto das vítimas com a APAV.

A concluir, a APAV alerta que qualquer pessoa poder ser vítima de crime, por isso "se foi vítima de crime ou conhece alguém que o foi, a APAV pode ajudá-lo/a": "A APAV está disponível para o/a informar sobre os seus direitos, o processo penal e os serviços que podem prestar-lhe apoio". Para isso pode contactar a linha, de chamada gratuita, de apoio à vítima 116 006 (dias úteis das 8h00 - 22 h00).



APAV apoiou 111 vítimas de 21 concelhos da região

Em 2022 Crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total

Mais de uma centena das vítimas que procuraram o apoio da APAV durante o ano passado residiam no distrito de Viseu. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados, das 111 vítimas apoiadas, 20 residiam no concelho de Viseu, seguindo-se Tondela (11), Lamego (8) e Cinfães (8). A lista continua com São João da Pesqueira (6), Tarouca (6), Mortágua (5), Nelas (5), Oliveira de Frades (5), Armamar (4), Carregal do Sal (4), Mangualde (4), Penalva do Castelo (4), Santa Comba Dão (4), Resende (3), São Pedro do Sul (3), Sátão (3), Tabuaço (3), Semançelhe (2) e Vouzela (1).

A nível nacional, a APAV apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos, o que representa um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020. Esses aten-



20 das 111 vítimas apoiadas na região residiam em Viseu

dimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade, nomeadamente, Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura.

AAPAUV atendeu, por semana,

uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 seniores. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total.

A APAV apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes e atendeu uma média de 40 vítimas por dia, registando 27.897 crimes e outras formas de violência.

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 foi de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. A Rede CARE – apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime. ◀



EM 2022

APAV apoiou perto de 15 mil vítimas diretas de crimes

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou ontem o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

«Estes atendimentos realizaram-se nos vários

serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura», refere a APAV, no relatório.

Barcelos promove formação de Cuidadores

Tipo Meio: Internet **Data Publicação:** 06/04/2023
Meio: Geice FM Online **Autores:** Pedro Xavier

URL: <https://radiogeice.com/2023/04/barcelos-promove-formacao-de-cuidadores/>

PARTILHAR

Acessibilidade

T+

T-

Decorreu nas instalações da ETG - Escola de Tecnologia e Gestão, uma ação de formação relativa à prevenção da "violência contra pessoas idosas e à prestação de cuidados", no âmbito do projeto Portugal Mais Velho - Formar quem Cuida, Sensibilizar quem Decide.

Este projeto, implementado pela APAV e pela Fundação Calouste Gulbenkian, nasce de duas necessidades identificadas durante o projeto Portugal Mais Velho, nomeadamente, a necessidade de formação dos que prestam cuidados a pessoas idosas e, por outro lado, a urgência de mobilização dos decisores políticos para o desenho e implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.

Na ação de formação realizada em Barcelos participaram cerca de 15 cuidadores de pessoas idosas de ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e Centros de Dia, que no final da iniciativa ouviram palavras do vereador da Ação Social, António Ribeiro, de incentivo e agradecimento pelo trabalho prestado numa área tão importante e sensível, como é a dos cuidados prestados a pessoas idosas e muito vulneráveis.

Há 3 horas

Pedro Xavier



FOTO DR

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Presença Feminina apoiou 114 vítimas, 51 pela primeira vez

98% das vítimas são mulheres e 2% são homens. 35% das vítimas que pediram apoio pela primeira vez têm licenciatura.

Por **Paula Abreu/Romina Barreto**
redacao@jm-madeira.pt

Não se sabe ao certo o número de mulheres, homens, crianças e jovens que são vítimas de violência doméstica porque o silêncio e o medo 'falaram' mais alto, prendem no âmago o grito por ajuda. Sabe-se, todavia, que há mais pessoas a procurar apoio, pelo número de casos reportados. Ao nível nacional e regional, as mulheres continuam a ser as principais vítimas, como revela a APAV, no relatório anual de 2022.

Na Madeira, e entre outros dados facultados ao JM pela Presença Feminina, destaca-se o facto de uma

elevada percentagem de vítimas a pedir socorro ser licenciada e que a maioria não aguenta as agressões por mais de um ano. Mas, são ainda várias as que sofrem de violência doméstica por vários anos.

Na Região, são duas as instituições que trabalham diretamente no apoio à vítima de violência doméstica, nomeadamente a equipa de apoio para este fim na abrangência da Segurança Social e a Presença Feminina – Associação de Apoio à Mulher (FEM). Esta última deu conta ao nosso jornal que, no ano passado, deu apoio a 114 vítimas.

Com a ressalva de que o número de vítimas deste tipo de crime é muito superior, porque há muitos casos

Agressor é empregado e tem 36 a 45 anos

90% dos agressores são do sexo masculino e 93% estão empregados. A idade prevalente destes se situa nos 36 a 45 anos (33%), seguindo-se os 46 a 55 anos (27%), os 56 a 65 anos (20%, os 26 a 35 anos (14%) e os 18 a 25 anos (6%).

A escolaridade que se destaca é o 3.º ciclo, com 30% dos casos, mas há 20% de agressores das 51 vítimas que pediram ajuda pela primeira vez no ano passado que são licenciados, com idêntica percentagem ao nível do ensino secundário e do 1.º ciclo. Verifica-se ainda que 69% dos agressores das vítimas acompanhadas não têm nenhuma dependência.

Quanto ao grau de parentesco da vítima, 29% correspondem ao cônjuge, 27% ao ex-companheiro, 17% ao companheiro, 15% ao ex-cônjuge, e com a mesma percentagem (4%) estão os irmãos, os progenitores, os filhos e outros.

que não são denunciados ou que não procuram ajuda por diversas razões, a Presença Feminina deu conta ao JM que, das vítimas acompanhadas em 2022, 51 recorreram à associação pela primeira vez e 63 são acompanhadas de anos anteriores.

Silvana Freitas, psicóloga da FEM, divulgou a caracterização das vítimas deste crime atendidas pela primeira vez no ano passado, em que 98% são mulheres e 2% são homens.

O grupo etário dos 36 aos 45 anos é o prevalente (39%), seguindo-se 45 a 55 anos (24%), 26 a 35 anos (18%), 56 a 65 anos (12%), 18 a 25 (6%) e mais de 66 anos (2%). Não foi acompanhada nenhuma vítima com menos de 18 anos.

Relativamente ao nível de ensino, 35% das vítimas que pediram apoio pela primeira vez têm licenciatura, seguindo-se 31% com o 3.º ciclo do ensino básico e 22% com o ensino secundário.

Por concelhos, o Funchal lidera com 56%, seguindo-se Câmara de Lobos, com 14%, Santa Cruz e Machico, com 10% cada, e 2% para os concelhos da Ribeira, Brava, Ponta do Sol, Calheta e Porto Santo.

Na análise aos dados, 86% das vítimas têm autonomia financeira. De destacar ainda que 45% das 51 vítimas em análise não deixaram prolongar a



78 pediram apoio este ano

Os dados da Presença Feminina relativos ao primeiro trimestre deste ano dão conta que já pediram ajuda 78 pessoas, das quais 16 pela primeira vez, incluindo dois homens. No mesmo período do ano passado, foram 69 vítimas, 13 pela primeira vez, incluindo um homem, e, em 2021, 70, dos quais 13 pela primeira vez (incluindo duas vítimas do género masculino, pela primeira vez).

duração da violência por mais de 12 meses, em concreto, com 20% menos de seis meses e 25% menos de um ano. Todavia, 35% revelam ser vítima entre 1 a cinco anos, 16% mais de 10 anos e 4% entre 5 a 10 anos.

Quanto à permanência na relação, 69% saíram da relação enquanto 31% mantiveram. Nesta caracterização, não podia faltar a análise sobre a existência ou não de filhos, em que 68% reportaram ter filhos dependentes a seu cargo.

Relativamente ao tipo de violência, 53% sofreram violência psicológica, 37% foram vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos, 5% sexual, físico e psicológico, 3% psicológico e económico e 2% económico e físico.

Quanto à distribuição das vítimas segundo a entidade encaminhadora, a FEM dá conta que a maioria foi encaminhada por familiares e amigos (29%), 18% pela própria, 14% pela Segurança Social e percentagem idêntica pela Polícia. As IPSS (6%), Câmaras Municipais (4%), as linhas de apoio, justiça, CPCJ e APAV (com 2% cada) foram outras entidades.

De salientar ainda que, em traços gerais, no ano passado, a FEM procedeu a 1.497 atendimentos, dos quais 114 foram primeiros atendimentos, 506 foram atendimentos seguintes de violência doméstica, 123 foram de apoio jurídico, 262 de apoio psicológico. No apoio social, foram efetuados 127 atendimentos e com a alimentação foram atendidas 365 situações.

Como já referimos, a FEM acompanhou, no ano passado, 114 vítimas, mas, desde o ano 2000, são 1.604 pessoas que procuraram ajuda da associação. Silvana Freitas sublinha que as portas da Presença Feminina e de outras entidades estão abertas para ajudar mais vítimas a darem o mesmo passo. Até porque estes são os números de quem conseguiu ter voz. Está no silêncio e no anonimato um número indefinido de casos. "Procurem ajuda", fica o apelo da Presença Feminina.

APAV

De quase 15 mil pessoas atendidas 78 são da Madeira

Por **Paula Abreu**
paulaabreu@jm-madeira.pt

De acordo com o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima referente a 2022, foram atendidas pela APAV 78 vítimas, sendo a maioria do concelho do Funchal, com 48 casos.

No total dos 308 municípios do País, a associação prestou apoio a um somatório de 14.688 vítimas de 292 concelhos, o que representa uma cobertura de 95% do território nacional.

Nos casos da Região, apenas São Vicente não registou nenhum pedido de apoio. Depois do Funchal, Santa Cruz foi o concelho com mais casos (13), seguindo-se a Ribeira Brava (7), Câmara de Lobos (3) e Machico (2). Calheta, Ponta do Sol, Porto Santo, Santana e Porto Moniz registaram uma vítima cada.

De salientar que estes terão sido, regra geral, contactos telefónicos e encaminhados para



A procura de apoio tem crescido nos últimos anos, revela a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

as estruturas regionais que prestam apoio às vítimas de violência doméstica na Madeira.

Ao nível nacional, dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV, em 2022, chegou a 292 através do apoio prestado às víti-

mas diretas, como já foi referido.

Quanto ao género, das 14.688 vítimas, 77,7% são do sexo feminino, mantendo-se a tendência de que são as mulheres as principais vítimas de violência doméstica, desta feita com idades essencial-

mente entre os 25 e os 54 anos de idade.

Entre 2020 e 2022, a APAV registou um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efetuados pelos Serviços de Proximidade da Associação.

DADOS NACIONAIS

▶ 2.595 MENORES PEDIRAM APOIO

No ano passado, registou-se o maior número de vítimas menores de 18 anos a pedirem ajuda. Foram 2.595 pessoas, representando 17,7% do total. Em 2021 foram 1.959 (14,8%). O número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, com 1.528 casos (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021 (1.594 ou 12%).

▶ EM 14.824 HÁ 1.906 AGRESSORAS

A APAV deu conta de 14.824 autores/as de crime e de outras formas de violência. A maioria destes é do sexo masculino (9.192 ou 62%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores. Destacar igualmente a percentagem de pessoas do sexo feminino (autoras de crime e outras formas de violência) que se tem vindo a manter elevada ao longo dos anos: em 2021 atingiu os 11,9% (1.589); e em 2022 representou os 12,9% (1.906) dos registos, valor mais elevado dos últimos anos.

▶ HÁ MAIS MENORES AGRESSORES

Do total de 14.824 autores/as de crime e de

outras formas de violência do conhecimento da APAV em 2022, e em termos de faixas etárias, situam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos. O número de menores autores de crime e outras formas de violência foi de 192 casos, o maior registo dos últimos anos. Em 2019, eram 155, o que significa um aumento de 31,6%. Em 2022, 623 agressores eram pessoas idosas (65 ou mais anos de idade).

▶ ESCOLARIDADE DO AGRESSOR

Dos poucos registos efetuados no que à escolaridade diz respeito (apenas 1.997 casos válidos para análise), o grau de ensino do/a autor/a do crime e de outras formas de violência que apresentou maior peso foi o ensino superior (493 ou 3,3%), seguido do ensino secundário que representou 3,2% (469) dos casos e do ensino básico - 3.º ciclo (n=448; 3%).

▶ MAIS 71,8% CONTRA FILHOS

As relações familiares de consanguinidade mostraram-se significativas, tendo como exemplo os casos em que a vítima é filho/a do/a autor/a da violência (1.381 casos ou 9,3%),

seguindo-se os 5,7% (840) em que a vítima é pai/mãe da pessoa agressora. As agressões perpetradas pelos progenitores sobre os filhos aumentaram, de 2019 para 2022, em cerca de 71,8%, passando de 804 indivíduos para 1.381.

▶ MAIS CASOS ONLINE E NAS ESCOLAS

Para além dos locais mais frequentes para a agressão e outras formas de violência (residência comum, residência da vítima ou lugar/via pública), surge a internet ou o telefone, com 896 casos. A escola tem vindo "consecutivamente a aumentar o número de referências: em 2019 representava 100 situações e em 2022 foram 242, representando um aumento de 142%.

▶ 201 CASOS DE VIOLAÇÃO SEXUAL

No caso dos crimes sexuais (tanto praticados contra adultos como contra crianças e jovens), foram reportados à APAV, no ano passado, 201 casos de violação sexual, 390 casos de abuso sexual de crianças e 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores, entre outras tipologias.

VIOLÊNCIA

APAV apoiou 15 mil vítimas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou ontem o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.



APAV apoiou 38 novas vítimas por dia em 2022

Número de pessoas a pedir auxílio voltou a aumentar no ano passado, mas cifras negras continuam altas. Mais de 200 menores agredidos pelos padrastos

Roberto Bessa Moreira
roberto.moreira@jn.pt

VIOLÊNCIA Em 2022, houve, em média, 23 mulheres por dia a pedir ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). No mesmo período, sete crianças, quatro idosos e outros tantos homens recorreram, diariamente, aos serviços dos técnicos desta entidade. A estatística consta do Relatório Anual da APAV, publicado ontem e que revela também que o número de vítimas de nacionalidade estrangeira e de crianças agredidas pelo padrasto e madrasta cresceu de forma considerável.

Ao longo de todo o ano, a APAV apoiou, presencialmente, pelo telefone ou através das redes sociais, um total de 14 688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face a 2021. Mais de 77% foram mulheres agredidas em contexto de violência doméstica, mas no topo dos crimes registados estão, igualmente, crimes sexuais contra crianças e jovens, ameaças e coação, ofensas à integridade física, difamação e injúrias e ainda crimes sexuais contra adultos.

“Os números são muito reduzidos face à realidade. Estima-se que apenas uma pequena percentagem de vítimas procura ajuda”, re-



Mulheres continuam a ser as vítimas que mais recorrem ao apoio da APAV

EXEMPLOS

18

vítimas foram agredidas, de forma continuada, durante 50 ou mais anos, foram identificadas pela APAV.

3013

homens recorreram à ajuda da APAV. O número aumentou e representa 20,5% das vítimas apoiadas.

tere secretária-geral da APAV.

Cármen Rasquete acrescenta que o aumento de vítimas apoiadas não representa, diretamente, um crescimento da violência. “Atualmente, as pessoas estão mais informadas e sensibilizadas para apresentar queixa. A APAV também tem expandido os serviços de proximidade e isso reflete-se num maior número de denúncias”, justifica.

PADRASTOS AGRESSORES

Os dados agora conhecidos revelam ainda que 13,6% das vítimas apoiadas são estrangeiras. Brasileiras e an-

golanas estão no topo da tabela, mas, no ano passado, mais do que duplicaram as vítimas de nacionalidade alemã. O mesmo se passou com pessoas oriundas da Moldávia. “São comunidades muito presentes no país e às quais temos vindo a chegar cada vez mais”, afirma Cármen Rasquete.

No ano passado, a APAV registou, de igual modo, um crescimento de 259% nas vítimas menores agredidas pelo padrasto ou madrasta. Se, em 2019, foram identificados 68 casos, no ano passado a APAV apoiou 244 menores agredidos pelos companheiros dos pais. ●



SOBE E DESCE

**Cármen Rasquete***Secretária-geral da APAV*

São números expressivos e que nos envergonham. Mas que revelam a importância da APAV: no ano passado, 38 novas vítimas de violência pediram ajuda a cada dia que passou. Um aumento de 10%.

**Alexandra Reis***Ex-administradora da TAP*

Quebrou o silêncio e apontou a mira à ex-CEO da TAP, "ilibando" o poder político. Quer devolver a indemnização, mas não sabe como nem quanto. A estupefação prossegue.

**Sanna Marin***Ex-prim. minist. Finlândia*

Depois do desaire eleitoral do passado domingo, anunciou que vai abandonar a liderança do Partido Social-Democrata finlandês e apresentar a demissão do Governo.

Viseu: Maior percentagem de vítimas apoiadas pela APAV está no norte do distrito

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: Jornal do Centro Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e6c47b29>

A menor percentagem, tendo em conta o número de casos e a população residente, está em concelhos da região de Lafões. Em 2022, a APAV apoiou 120 vítimas em todo o distrito de Viseu

Diário

Fotógrafo: DR

Os concelhos do norte do distrito de Viseu são os que apresentam a maior percentagem de vítimas apoiadas pela Associação de Apoio à Vítima de Violência (APAV), no último ano. Os números são do relatório disponibilizado pela associação.

São João da Pesqueira, Tarouca e Armamar, respetivamente, ocupam o "top 3" dos concelhos com a maior percentagem, tendo em conta o número de casos e a população residente. Em São João da Pesqueira, em 2022, a APAV apoiou seis vítimas o que representa 0,08 por cento dos habitantes, número que se repete em Tarouca, onde também foram apoiadas seis pessoas, com uma percentagem de 0,08%. Já Armamar tem uma percentagem de 0,07%, com quatro vítimas.

Com a percentagem mais reduzida estão dois concelhos da região de Lafões, com 0,01%. Em São Pedro do Sul foram apoiadas três vítimas e Vouzela registou uma pessoa.

Viseu com o maior número de vítimas apoiadas

Se analisarmos o número absoluto de vítimas, em todo o distrito de Viseu, a APPAV apoiou 120 vítimas. Viseu é o concelho com o maior registo, 20 pessoas. Segue-se Tondela com 11 vítimas apoiadas, Cinfães e Lamego com oito, São João da Pesqueira e Tarouca com seis.

Com cinco vítimas apoiadas pela APAV estão os concelhos de Castro Daire, Mortágua, Nelas e Oliveira de Frades. Em Armamar, Carregal do Sal, Mangualde, Penalva do Castelo e Santa Comba Dão foram sinalizadas quatro pessoas e em Resende, São Pedro do Sul, Sátão e Tabuaço foram apoiadas três vítimas.

Os concelhos com o menor número de vítimas apoiadas são Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva com dois e Vouzela com uma.

Número de vítimas baixou em relação a 2021

Comparativamente a 2021, distrito de Viseu registou menos uma vítima em 2022. O concelho que apresentou a maior redução de pessoas apoiadas foi Viseu, passando de 34 em 2021, para 20 em 2022.

Já São João da Pesqueira foi o concelho onde o número de vítimas aumento, de uma para seis pessoas. Nos números disponibilizados pela APAV, relativos a 2021, não têm referência aos concelhos de Vila Nova de Paiva e Vouzela. No relatório deste ano, Vila Nova de Paiva aparece com duas vitimas e Vouzela com uma.

A nível nacional, a APAV fez 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando

diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

A associação diz ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de forma destacada, com 21.588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", refere a associação.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2.595 (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1.528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1.594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14.824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

A APAV destaca ainda que do total de contactos feitos para a associação, 47,8% foram feitos pela própria vítima, enquanto 43,1% foram por amigos, conhecidos ou familiares das vítimas.

[Additional Text]:

VIOLÊNCIA NAMORO FORÇA MEDO PESSOAS MÃOS AJUDA (1)

Geral



APAV faz atendimento em Coruche

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) faz atendimentos em Coruche através da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo, todas as segundas-feiras, das 14h00 às 17h00. O atendimento é feito mediante

marcação prévia através de telefone. Este serviço resulta do protocolo assinado entre a Câmara de Coruche e a APAV e prevê o atendimento e a prestação de serviços de apoio emocional, jurídico, psicológico e social a vítimas de crime, familiares e amigos, bem como a implementação de acções de informação e sensibilização ●



Ajudadas 23 mulheres por dia

No decorrer do ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional); atendeu uma média de 40 vítimas por dia; registou 27.897 crimes e outras formas de violência, e promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens). Depois das mulheres adultas (23 por dia), as crianças e jovens (sete por dia) foram os mais ajudados.





Violação: o crime público que ajude as vítimas de violação!

Entre no Parlamento com mais de 106 mil pessoas atrás. Com Manuela Eanes, Dulce Rocha, Isabel Aguiar Branco, Garcia Pereira, Rui Pereira, Joana Mortágua, Paula Teixeira da Cruz, Teresa Morais, Teresa Leal Coelho, Maria Castello Branco, Catarina Furtado, Nuno Markl, Carolina Deslandes, Clara Sottomayor, Teresa Fêria, Teresa Pizarro Beleza e Helena Pereira de Melo, entre outros e outras 106 mil 991 pessoas, entre as quais muitas vítimas de violação, das quais já deram a cara pela conversão da violação em crime público. Entrei com uma estranha sensação, de que a sensatez é mais do que necessária mas a resposta necessita de ser urgente. Urge darmos respostas a todas as mulheres que são vítimas de um dos crimes mais horripilantes da nossa sociedade. Do nosso lado também se posicionou a UMAR e a APMJ. Posicionou-se também a APAV, que disse que a violação devia ser um crime público mitigado com a opção da vítima desistir do processo se assim o desejar.

A juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, a Professora Doutora Clara Sottomayor, explicou de forma muito sucinta no programa **Mulheres com Palavra**, de 1 de abril, a diferença que existe entre crime contra a pessoa e crime não público ou semipúblico e a vital importância de fornecer à vítima uma situação de segurança que a proteja das pressões dos violadores, muitos deles pertencentes ao círculo familiar ou de pessoas muito próximas. A verdade é que em contexto de violência doméstica, a violação não é nenhum delírio, e graças à natureza do crime (público) as mulheres conseguem ter muito mais apoio, proteção (embora a considere insuficiente) e voz, algo que não acontece com as infinitas vítimas sem voz, expressão e silenciadas que são vítimas de violação. É preciso dizer também que um estudo feito pela União Europeia, demonstrou que o que desmotiva estas vítimas (de violação) a apresentar queixa não é a vergonha,



FRANCISCA DE MAGALHÃES BARROS
PINTORA

mas o medo e o descrédito no sistema de justiça. E pior que isto tudo é ratificação do da Convenção do Conselho da Europa, mas sermos apenas nós e São Marinho que não tem a violação convertida em crime público, ao contrário do que acontece com Espanha, França ou Reino Unido. Acho que está na altura de começarmos a trabalhar na reparação e reconstrução das vítimas, não? É que elas, as víti-

É altura de deixarmos de brincar com a vida das pessoas mais frágeis da nossa sociedade. Não é por acaso que 106 mil e 900 pessoas se manifestaram...

mas já esperaram tempo que chegue. Na proposta do Partido Socialista não vi nem apoio psicológico, nem gabinetes de apoio pelo país inteiro, apenas um penso rápido em forma de despacho e um mínimo aumento do prazo de apresentação de queixa que se fosse crime público seria de 10 anos, ao invés de 1 ano, aqui apresentado. O resto não existiu, nem se vislumbrou. É altura de deixarmos de brincar com a vida das pessoas mais frágeis da nossa sociedade.

Não é por acaso que 106 mil e 900 se manifestaram. Uma parcela representante de milhões de pessoas, pois milhões não possuem acesso à internet ou sequer a redes sociais, pensam o mesmo. A sociedade civil falou. Do que estamos nós à espera?

Violação: o crime público que ajude as vítimas de violação!

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	06/04/2023
Meio:	Nascer do Sol Online	Autores:	Francisca de Magalhães Barros

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=745030b3>

É altura de deixarmos de brincar com a vida das pessoas mais frágeis da nossa sociedade. Não é por acaso que 106 mil e 900 pessoas se manifestaram...

Entrei no Parlamento com mais de 106 mil pessoas atrás. Com Manuela Eanes, Dulce Rocha, Isabel Aguiar Branco, Garcia Pereira, Rui Pereira, Joana Mortágua, Paula Teixeira da Cruz, Teresa Morais, Teresa Leal Coelho, Maria Castello Branco, Catarina Furtado, Nuno Markl, Carolina Deslandes, Clara Sottomayor, Teresa Féria, Teresa Pizarro Beleza e Helena Pereira de Melo, entre outros e outras 106 mil 991 pessoas, entre as quais muitas vítimas de violação, das quais já deram a cara pela conversão da violação em crime público. Entrei com uma estranha sensação, de que a sensatez é mais do que necessária mas a resposta necessita de ser urgente. Urge darmos respostas a todas as mulheres que são vítimas de um dos crimes mais horripilantes da nossa sociedade. Do nosso lado também se posicionou a UMAR e a APMJ. Posicionou-se também a APAV, que disse que a violação devia ser um crime público mitigado com a opção da vítima desistir do processo se assim o desejar.

A juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, a Professora Doutora Clara Sottomayor, explicou de forma muito sucinta no programa Mulheres com Palavra, de 1 de abril, a diferença que existe entre crime contra a pessoa e crime não público ou semipúblico e a vital importância de fornecer à vítima uma situação de segurança que a proteja das pressões dos violadores, muitos deles pertencentes ao círculo familiar ou de pessoas muito próximas. A verdade é que em contexto de violência doméstica, a violação não é nenhum delírio, e graças à natureza do crime (público) as mulheres conseguem ter muito mais apoio, proteção (embora a considere insuficiente) e voz, algo que não acontece com as infinitas vítimas sem voz, expressão e silenciadas que são vítimas de violação. É preciso dizer também que um estudo feito pela União Europeia, demonstrou que o que desmotiva estas vítimas (de violação) a apresentar queixa não é a vergonha, mas o medo e o descrédito no sistema de justiça. E pior que isto tudo é ratificação do da Convenção do Conselho da Europa, mas sermos apenas nós e São Marinho que não tem a violação convertida em crime público, ao contrário do que acontece com Espanha, França ou Reino Unido. Acho que está na altura de começarmos a trabalhar na reparação e reconstrução das vítimas, não? É que elas, as vítimas já esperaram tempo que chegue. Na proposta do Partido Socialista não vi nem apoio psicológico, nem gabinetes de apoio pelo país inteiro, apenas um penso rápido em forma de despacho e um mínimo aumento do prazo de apresentação de queixa que se fosse crime público seria de 10 anos, ao invés de 1 ano, aqui apresentado. O resto não existiu, nem se vislumbrou. É altura de deixarmos de brincar com a vida das pessoas mais frágeis da nossa sociedade.

Não é por acaso que 106 mil e 900 se manifestaram. Uma parcela representante de milhões de pessoas, pois milhões não possuem acesso à internet ou sequer a redes sociais, pensam o mesmo. A sociedade civil falou. Do que estamos nós à espera?

Os comentários estão desactivados.

Francisca de Magalhães Barros

São apoiados quatro idosos vítimas de crimes por dia

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: Porto Canal Online

URL: <https://portocanal.sapo.pt/noticia/324200>

Em 2022, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou quatro idosos vítimas de crimes por dia.

De acordo com o Correio da Manhã, de entre os 14 688 apoios realizados durante o ano, 1528 foram a idosos. O maior número de vítimas foram mulheres (76,1%), com idade média de 76 anos.

Relativamente aos menores (17,7%) a APAV recebeu, durante o ano passado, sete casos por dia, sendo o maior número alguma vez registado, de acordo com o Correio da Manhã.

Os agressores são maioritariamente homens (62%), entre os 25 e os 54 anos. Apesar disso, o número de menores autores de crimes aumentou 31,6%, (192). Em quase metade dos casos (41%), a relação entre a vítima e o agressor era de intimidade. Os casos de pais agressores e de colegas autores também aumentaram, 71,8% e 134%, respetivamente.

Os crimes mais denunciados à APAV encontravam-se relacionados com violência doméstica e crimes sexuais contra menores.

APAV espera abrir um gabinete de apoio à vítima na Madeira (áudio)

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c0950863>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima conta realizar um protocolo com o Governo Regional, para assegurar financiamento nesse sentido, admite a secretária geral da APAV Carmen Rasquete, em declarações à Antena 1. Mesmo ainda sem gabinete na Madeira, no ano passado, 78 pessoas foram apoiadas na Região pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

UISEU : NORTE DO DISTRITO COM MAIOR PERCENTAGEM DE VITIMAS APOIADAS PELA APAV

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 06/04/2023

Meio: Rádio Riba-Távora Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e5f1012f>

Os concelhos do norte do distrito de Viseu são os que apresentam a maior percentagem de vítimas apoiadas pela Associação de Apoio à Vítima de Violência (APAV), no último ano. Os números são do relatório disponibilizado pela associação.

São João da Pesqueira, Tarouca e Armamar, respetivamente, ocupam o "top 3" dos concelhos com a maior percentagem, tendo em conta o número de casos e a população residente. Em São João da Pesqueira, em 2022, a APAV apoiou seis vítimas o que representa 0,08 por cento dos habitantes, número que se repete em Tarouca, onde também foram apoiadas seis pessoas, com uma percentagem de 0,08%. Já Armamar tem uma percentagem de 0,07%, com quatro vítimas.

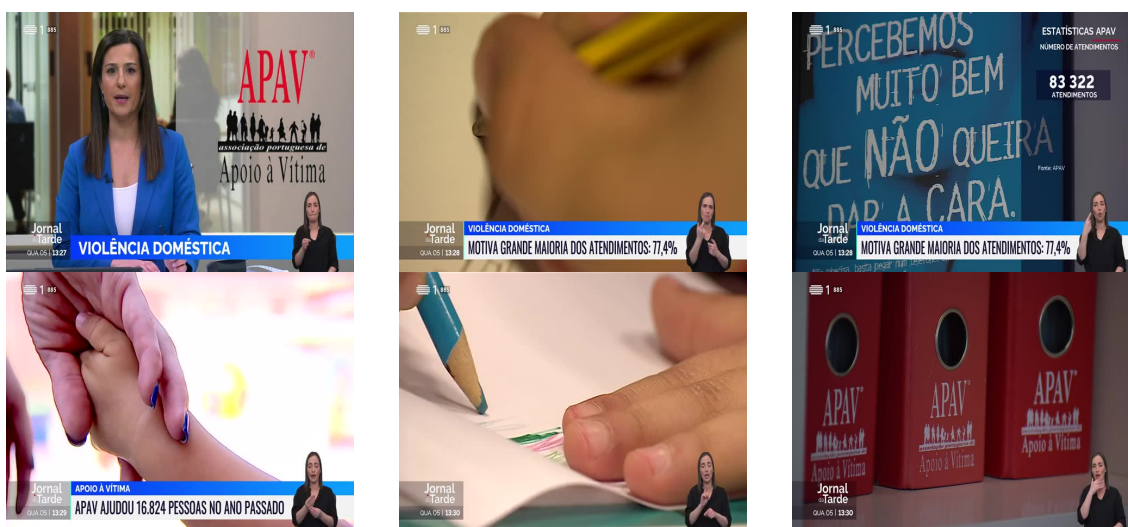
Com a percentagem mais reduzida estão dois concelhos da região de Lafões, com 0,01%. Em São Pedro do Sul foram apoiadas três vítimas e Vouzela registou uma pessoa.

Se analisarmos o número absoluto de vítimas, em todo o distrito de Viseu, a APAV apoiou 120 vítimas. Viseu é o concelho com o maior registo, 20 pessoas. Segue-se Tondela com 11 vítimas apoiadas, Cinfães e Lamego com oito, São João da Pesqueira e Tarouca com seis.

Com cinco vítimas apoiadas pela APAV estão os concelhos de Castro Daire, Mortágua, Nelas e Oliveira de Frades. Em Armamar, Carregal do Sal, Mangualde, Penalva do Castelo e Santa Comba Dão foram sinalizadas quatro pessoas e em Resende, São Pedro do Sul, Sátão e Tabuaço foram apoiadas três vítimas.

Os concelhos com o menor número de vítimas apoiadas são Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva com dois e Vouzela com uma.

Regional



Apoio à vítima

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=595c7974-ede9-4829-88a6-7b285317ba9b&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Aumentou o número de menores de idade apoiados pela Associação Portuguesa de Apoio à Víctima. Em 2022 atingiram quase os 2.600 casos, o maior valor alguma vez registado pela APAV. Para isso foi decisivo o aumento dos crimes sexuais contra menores. A violência doméstica continua a motivar a esmagadora maioria das denúncias.

Comentários de Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV.

Repetições: RTP1 - Portugal em Direto , 2023-04-05 18:28

RTP1 - Telejornal , 2023-04-05 20:41

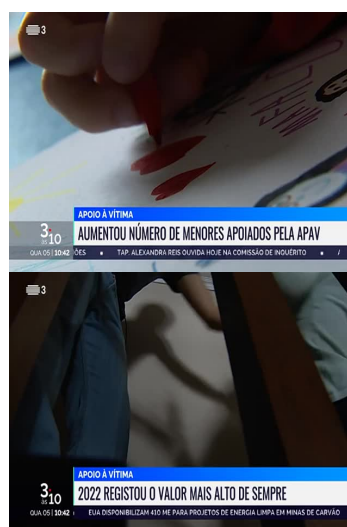
RTP3 - 360 , 2023-04-05 22:00



Aumentou o nº de menores apoiados pela APAV

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=289c0afc-d722-4c6b-97d4-42a78ed245a4&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Aumentou o nº de menores apoiados pela APAV
Entrevista a Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV.



Apoio à vítima

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=01b9c678-3743-4339-b970-e0a48f9509f6&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Aumentou o número de menores de idade apoiados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Em 2022 atingiram um total de 17,7% com 2.595 casos, o maior valor alguma vez registado pela APAV. A média das idades das crianças e jovens é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. Os números constam do relatório anual.

Crimes de violência doméstica continuam a liderar os casos identificados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=732df71b-19bc-4222-b35c-561d844bd64a&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

Os crimes de violência doméstica continuam a liderar os casos identificados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. No ano passado, os crimes sexuais contra crianças e jovens adquiriram também uma dimensão relevante. Mais de 1000 casos identificados. Conclusões do relatório anual da APAV referente a 2022 e que acaba de ser divulgado em direto.

Comentários de Carmen Rasquete, secretária-geral da associação.

APAV: Estatísticas | Relatório Anual 2022 - Mais Algarve

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 05/04/2023

Meio: + Algarve Online

URL: <https://maisalgarve.pt/2023/04/05/apav-estatisticas-relatorio-anual-2022/>

A APAV divulga as Estatísticas APAV | Relatório Anual 2022. Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

Face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, a APAV apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos - um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020. Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Víctima, Equipas Móveis de Apoio à Víctima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura.

Durante este ano a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total.

Destacamos que a APAV:

- Apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional);
- Atendeu uma média de 40 vítimas por dia;
- Registou 27.897 crimes e outras formas de violência;
- Promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime.

O trabalho estatístico é de extrema importância quando se pretende construir uma visão abrangente sobre as vítimas de crime em Portugal, pelo que a APAV continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação.

A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Víctima, presente em muitas das principais cidades do país.

A Linha de Apoio à Víctima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h. A Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h00 e as 22h00, e do e-mail .

APAV apoiou quase 15 mil pessoas vítimas de violência doméstica e de crimes sexuais em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: CNN Portugal Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=47c0f54d>

Segundo o relatório da associação, 94% dos crimes das pessoas apoiadas pela associação foram vítimas de crimes contra pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em

média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

Agência Lusa , MBM

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Correio da Manhã Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f143fca0>

Associação divulgou esta quarta-feira o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou esta quarta-feira o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Violência doméstica. APAV recebeu mais cinco denúncias por dia face a 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Delas Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d93c4145>

Atualidade Violência doméstica. APAV recebeu mais cinco denúncias por dia face a 2021

05/04/2023

Carla Bernardino

É preciso recuar a 2019 para ver números mais altos de pedidos de ajuda por violência doméstica feitos à APAV. Em 2022, organismo recebeu quase 60 casos por dia, mais cinco do que em igual média em 2021. Mulheres continuam a ser as principais vítimas de crime

[Fotografia: Pexels/Rodae Production]

No ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reporta ter recebido 21 mil 588 pedidos de ajuda de violência doméstica. Dados que constam das estatísticas anuais publicadas esta quarta-feira, 5 de abril, pela entidade e nas quais fica claro que, após calculo de médias, tal equivale a quase 60 contactos por dia.

Contas feitas, trata-se de um aumento de mais 1742 denúncias face a 2021, o que representa quase cinco pedidos a mais por dia feitos ao abrigo do crime configurado no artigo 152 do Código Penal, e que abarca maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais. Em 2019 deram entrada nos serviços 23 586 pedidos

Os crimes sexuais contra adultos também evidenciam uma subida de quase ¼ em apenas um ano: 396 casos em 2022 face a 294 em 2021. O bullying duplicou em igual período: se no ano passado deram entrada nos serviços da APAV 117 denúncias, em 2021 foram registadas 67 queixas.

Segundo os dados avançados pela entidade, a APAV refere que apoiou perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados. No total, diz ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

Em 2022, a "APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade", refere a nota enviada às redações.

Ainda na mesma nota fica claro que "depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino".

[Additional Text]:

pexels-rodnae-productions-5616205

<https://www.facebook.com/delas.pt/?fref=ts>

APAV prestou apoio a 78 vítimas na Madeira em 2022

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Diário de Notícias da Madeira Online	Autores:	Andreia Correia

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=16b40641>

No Relatório Anual 2022 de Estáticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas directas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional. Na Madeira, a associação chegou a 78 vítimas.

Na Madeira, dos 11 concelhos existentes, a APAV interveio em 10, sendo que a maioria das vítimas encontravam-se a residir no concelho do Funchal (48), por outro lado nenhuma vítima solicitou a intervenção em São Vicente, no ano passado.

Concelho

Número de vítimas

Calheta

1

Câmara de Lobos

3

Funchal

48

Ponta de Sol

1

Porto Santo

1

Ribeira Brava

7

Santa Cruz

13

Santana

1

São Vicente

0

Porto Moniz

1

Machico

2

Total

78

A nível nacional, entre 2020 e 2022, registou-se um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efectuados pelos Serviços de Proximidade da APAV.

A maioria dos crimes e formas de violência dizem respeito à violência doméstica (77,4%), crimes sexuais contra crianças e jovens (4,9%) e ameaças/coação (2,8%).

Maioria das vítimas é do sexo feminino

Em 2022, a APAV apoiou um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transacto.

A maioria é do sexo feminino (77,7%), mantendo-se a tendência de anos anteriores que demonstra que são as pessoas do sexo feminino (sobretudo adultas) que mais procuram os Serviços de Proximidade da APAV.

No que concerne às faixas etárias, as vítimas situavam-se essencialmente entre os 25 e os 54 anos de idade.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face ao ano transacto. Em 2022 atingiram um total de 17,7%, o maior número alguma vez registado pela associação.

O número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado contudo superior ao número de pessoas idosas vítimas que procuraram apoio na APAV em 2019.

Andreia Correia

Aumento da violência no namoro preocupa na Madeira

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Diário de Notícias da Madeira Online	Autores:	Rúben Santos

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=4a310d76>

Tendência revelada ao DIÁRIO pela psicóloga da Associação do Apoio à Vítima na Região

O gabinete de apoio à vítima na Madeira - um dos 75 espalhados por todo o país - verificou em 2022 uma maior procura por auxílio em situações de violência no namoro, sobretudo entre jovens adultos.

As agressões tendem a ser identificadas logo a partir dos 20 anos - subindo de faixa etária até aos quinquentenários - "contrariando a tendência que se verificava há algum tempo" na Região, ou seja, começamos a verificar mais casos de violência no namoro, embora "ainda não sejam muitos".

Os casos acompanhados por Júlia Branco são sobretudo "de jovens que até já estão a ser seguidos por outros motivos, por exemplo devido a situações de violência sexual, e é muito frequente perceber que nas suas relações existe igualmente violência".

Tribunal do Funchal condena namorado violento a 5 anos de prisão

Pedro B., um jovem que exerceu violência física e psicológica contra a namorada, foi condenado, esta manhã, no tribunal do Funchal (Edifício 2000), a 5 anos e 3 meses de prisão pela prática dos crimes de violência doméstica, acesso ilegítimo e ameaça agravada. O arguido foi absolvido de dois crimes de roubo. Na leitura do acórdão, a juíza Carla Meneses reconheceu que Pedro B. teve uma infância difícil, pois "estava entregue a si mesmo", sofria de hiperactividade e ansiedade e começou a consumir drogas na adolescência. Mas também sublinhou que o "tribunal tem de proteger a comunidade" e que os actos de violência não podem ser tolerados.

Apesar desta tendência, a reduzida dimensão geográfica da Madeira continua a ser "uma das grandes razões" para que continue "a existir alguma cautela das vítimas em pedirem ajuda" em casos de violência.

O receio estará "muito relacionado com a ideia" de vivermos "numa ilha pequena em que toda a gente se conhece" e há um certo pavor de que os casos "estejam a ser comentados por todos ou que não exista a confidencialidade e o sigilo que na verdade as vítimas têm quando recorrem a apoio".

Esta é uma das ilações retiradas da conversa com Júlia Branco, psicóloga técnica da Associação de Apoio à Vítima (APAV) que falou sobre o relatório divulgado, esta quarta-feira, pela associação que na Madeira amparou, entre 2020 e 2022, um total de 78 pessoas - dos 11 concelhos existentes apenas São Vicente está a 'salvo', sendo a maioria das vítimas (48) residentes no Funchal.

A Madeira que tem seguido a tendência nacional, verificando-se nestes últimos indicadores "um ligeiro

aumento de novos casos, sendo os principais alvos crianças e jovens vítimas de violência sexual".

APAV prestou apoio a 78 vítimas na Madeira em 2022

No Relatório Anual 2022 de Estáticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas directas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional. Na Madeira, a associação chegou a 78 vítimas.

Maioritariamente os nossos casos são os casos de crimes sexuais contra crianças e jovens e também já tivemos pedidos de apoio para casos de violência sexual contra adultos, embora numa fatia mais reduzida - entre 2020 e 2022 foram quatro - e claro na violência doméstica há um grande número, bem como de violência contra idosos. São assim os nossos grandes pedidos de apoio, tanto emocional, jurídico e psicológico.
Júlia Branco, APAV

E por falar em apoio "depende muito de cada caso". Será correcto afirmar que "uma grande parte do trabalho acontece no apoio à distância, a nível telefónico, porque os primeiros contactos são sempre feitos através do telefone".

Também em muitas situações, quando os utentes são de locais mais distantes da ilha - e visto que o serviço físico fica situado no centro do Funchal, o apoio psicológico "é dado via on-line, mas preferencialmente as pessoas recorrem presencialmente ao serviço". Quanto às questões jurídicas, atendendo que o apoio é prestado por uma jurista que se encontra na cidade do Porto, é feito à distância.

Quanto à forma de denúncia, sobretudo em crimes sexuais, os casos chegam às mãos da psicóloga através da Polícia Judiciária. "Muitos casos são-nos referenciados através da Polícia Judiciária e PSP, ou seja, as vítimas já procuram e fazem queixa ou denúncia do crime, embora também aconteça com alguma frequência, aqui na Região, recebermos casos em que as vítimas procuram a linha de apoio à vítima e depois é feito o encaminhamento para o serviço de proximidade".

Relativamente aos homens "já surgiram pedidos de apoio" das próprias vítimas. Normalmente "situações de violência doméstica ou até de ofensa à integridade física, no entanto, trata-se de uma fatia mínima".

[Additional Text]:
Foto Shutterstock

Rúben Santos

Crimes de violência doméstica aumentaram. Almada e Setúbal lideram queixas no distrito

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Diário do Distrito Online	Autores:	Maria do Carmo Torres

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=fe9a7060>

Entre 2020 e 2022, registou-se um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efetuados pelos Serviços de Proximidade da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Este é um dos dados divulgados no relatório anual da APAV relativo a 2022, divulgado esta quarta-feira, no qual indicam que foram apoiadas perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021.

Foram feitos 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas e os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam 94% dos crimes registados.

Foram apoiadas 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato.

Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Pólos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura, refere a APAV no relatório.

São de novo as mulheres que lideram o número de vítimas, num total de 8.122 durante 2022, o que significa 157 por semana/23 por dia. Seguem-se as crianças e jovens, com um total de 2.595 registos; os homens adultos, com 1.547 registos, e por fim os idosos, com um total de 1.528 vítimas registadas.

O relatório indica que dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV em 2022, chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas diretas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional.

Quanto aos municípios de residência das vítimas que procuram apoio na APAV durante o ano de 2022, sobressaem seis localizações ordem decrescente: Lisboa com 807 queixas, Braga com 678; Faro com 572 queixas; Loulé com 450; Porto com 447 queixas e Sintra com 387 queixas.

Nos municípios de Albufeira, Cadaval, Estremoz, Nisa, Sabrosa, Vagos e Vizela, o número de apoio a vítimas duplicou ou mesmo triplicou.

No que respeita ao distrito de Setúbal, foram os municípios de Almada e de Setúbal que tiveram mais vítimas apoiadas, 243 e 213 apoios prestados respectivamente.

Seguem-se os municípios de Seixal, com 150; Palmela com 99; Barreiro com 95; Moita com 69; Montijo com 51; Sesimbra com 48; Santiago do Cacém com 21; Alcochete com 11; Alcácer do Sal, com 7; Sines com 4, e em Grândola registaram-se 3 apoios.

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Expresso Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=fe68b969>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de forma destacada, com 21.588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE -- apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", refere a associação.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos

expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2.595 (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1.528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1.594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14.824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

A APAV destaca ainda que do total de contactos feitos para a associação, 47,8% foram feitos pela própria vítima, enquanto 43,1% foram por amigos, conhecidos ou familiares das vítimas.

Lusa

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Impala Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=bec5f885>

5 Abr 2023 | 11:55

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

SV // JMR

By Impala News / Lusa

[Additional Text]:

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

APAV atendeu uma média de 40 vítimas por dia em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Inevitável Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=61d08965>

Depois das mulheres adultas, as crianças e jovens (sete por dia) foram os mais ajudados, seguindo-se as pessoas idosas (quatro por dia) e os homens adultos (quatro por dia).

No decorrer do ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional); atendeu uma média de 40 vítimas por dia; registou 27.897 crimes e outras formas de violência e promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

"Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV", destaca a APAV, em comunicado, adiantando que "face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos - um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020", sendo que "estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura".

Durante 2022, a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas (175, 38, 35 e 31 no ano anterior, respetivamente, de acordo com o Relatório Anual de 2021). De acordo com a associação, em 2019, a análise do relatório permitiu aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana). Ou seja, os números atuais aproximam-se daqueles registados antes do surgimento da pandemia de covid-19, verificando-se um aumento nas faixas etárias mais jovens.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", à semelhança do ano passado. A APAV realça que os números apurados "refletem a abrangente presença da APAV no território nacional assim como a diversidade nos diferentes tipos de crime cujas vítimas a APAV apoia - em 2022 são mais de 80 os tipos de crimes e outras situações identificadas pelos vários serviços de proximidade".

"Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros", é frisado, sendo também salientado que a média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. "A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", é evidenciado, sendo também garantido que a APAV "continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação".

"A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país" e, por isso, a Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h. A Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h, e do e-mail linhainternetsegura@apav.pt.

A APAV também pode ser encontrada nas redes sociais.

Redação

78 vítimas de violência doméstica da Madeira apoiadas pela APAV em 2022

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	JM Online	Autores:	Paula Abreu

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=4d8ac908>

Paula Abreu

De acordo com o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vitima referente a 2022, foram apoiadas pela APAV 78 vítimas, sendo a maioria do concelho do Funchal, com 48 casos.

No total dos 308 municípios do país, a associação prestou apoio a um somatório de 14.688 vítimas de 292 concelhos.

Nos casos da Região, apenas São Vicente não registou nenhum pedido de apoio. Depois do Funchal, Santa Cruz foi o concelho com mais casos (13), seguindo-se a Ribeira Brava (7), Câmara de Lobos (3) e Machico (2). Calheta, Ponta do Sol, Porto Santo, Santana e Porto Moniz registaram uma vítima cada.

A nível nacional, dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV, em 2022, chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas diretas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional. Quanto aos municípios de residência das vítimas que procuram apoio na APAV durante o ano de 2022, "sobressaem seis localizações distribuídas por todo o país. Por ordem decrescente destaca-se então Lisboa com 5,5% (807), Braga (678 ou 4,6%), Faro (572 vítimas ou 3,9%), Loulé (450 ou 3,1%), Porto (447 ou 3,1%) e, finalmente, Sintra (387 ou 2,6%). Em alguns municípios, o número de vítimas apoiadas pela APAV duplicou, triplicou e quadruplicou face a 2021.

Quanto ao género, das 14.688 vítimas, 77,7% são do sexo feminino, mantendo-se a tendência de que são as mulheres as principais vítimas de violência doméstica, desta feita com idades essencialmente entre os 25 e os 54 anos de idade.

Todavia, um dado preocupante é que as vítimas com menos de 18 anos a procurar apoio da APAV aumentaram. Segundo a APAV, no ano passado foi o maior número registado, com 17,7%.

Entre outros indicadores revelados pela APAV, destacamos que "as habilitações literárias mais prevalentes das vítimas que procuraram apoio na APAV em 2022 foram o ensino superior que representou 7,3% (1.075) dos registos, seguido do ensino secundário (1.029; 7%).

Quanto aos agressores, "em 2022 chegaram ao conhecimento da APAV um total de 14.824 autores/as de crime e de outras formas de violência. A maior parte dos/as autores/as é do sexo masculino (9.192 ou 62%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores. Destacar igualmente a percentagem de pessoas do sexo feminino (autoras de crime e outras formas de violência) que se tem vindo a manter elevada ao longo dos anos: em 2019 representavam 13,1% (1.545 mulheres); em 2020 12% (1.627); em 2021 atingiu os 11,9% (1.589); e em 2022 representou os 12,9% (n=1.906) dos registos, valor mais elevado dos últimos anos".

De acordo com o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vitima referente a 2022, foram apoiadas pela APAV 78 vítimas, sendo a maioria do concelho do Funchal, com 48 casos. No total dos 308 municípios do país, a associação prestou apoio a um somatório de 14.688 vítimas de 292 concelhos. Nos casos da Região, apenas São Vicente não registou nenhum pedido de apoio. Depois do

Funchal, Santa Cruz foi o concelho com mais casos (13), seguindo-se a Ribeira Brava (7), Câmara de Lobos (3) e Machico (2). Calheta, Ponta do Sol, Porto Santo, Santana e Porto Moniz registaram uma vítima cada. A nível nacional, dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV, em 2022, chegou a 292 através do apoio prestado às vítimas diretas, representando uma cobertura de aproximadamente 95% do território nacional. Quanto aos municípios de residência das vítimas que procuram apoio na APAV durante o ano de 2022, "sobressaem seis localizações distribuídas por todo o país. Por ordem decrescente destaca-se então Lisboa com 5,5% (807), Braga (678 ou 4,6%), Faro (572 vítimas ou 3,9%), Loulé (450 ou 3,1%), Porto (447 ou 3,1%) e, finalmente, Sintra (387 ou 2,6%). Em alguns municípios, o número de vítimas apoiadas pela APAV duplicou, triplicou e quadruplicou face a 2021. Quanto ao género, das 14.688 vítimas, 77,7% são do sexo feminino, mantendo-se a tendência de que são as mulheres as principais vítimas de violência doméstica, desta feita com idades essencialmente entre os 25 e os 54 anos de idade. Todavia, um dado preocupante é que as vítimas com menos de 18 anos a procurar apoio da APAV aumentaram. Segundo a APAV, no ano passado foi o maior número registado, com 17,7%. Entre outros indicadores revelados pela APAV, destacamos que "as habilitações literárias mais prevaletentes das vítimas que procuraram apoio na APAV em 2022 foram o ensino superior que representou 7,3% (1.075) dos registos, seguido do ensino secundário (1.029; 7%). Quanto aos agressores, "em 2022 chegaram ao conhecimento da APAV um total de 14.824 autores/as de crime e de outras formas de violência. A maior parte dos/as autores/as é do sexo masculino (9.192 ou 62%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores. Destacar igualmente a percentagem de pessoas do sexo feminino (autoras de crime e outras formas de violência) que se tem vindo a manter elevada ao longo dos anos: em 2019 representavam 13,1% (1.545 mulheres); em 2020 12% (1.627); em 2021 atingiu os 11,9% (1.589); e em 2022 representou os 12,9% (n=1.906) dos registos, valor mais elevado dos últimos anos".

Paula Abreu

APAV apoiou 15 mil vítimas de crimes em 2022 mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Jornal de Notícias Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=566c5810>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou esta quarta-feira o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

PUB

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

JN/Agências

APAV apoiou 38 novas vítimas por dia em 2022

Tipo Meio: Internet **Data Publicação:** 05/04/2023
Meio: Jornal de Notícias Online **Autores:** Roberto Bessa Moreira

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=338ccbae>

Número de pessoas a pedir auxílio voltou a aumentar no ano passado, mas cifras negras continuam altas. Mais de 200 menores agredidos pelos padrastos.

Em 2022, houve, em média, 23 mulheres por dia a pedir ajuda à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). No mesmo período, sete crianças, quatro idosos e outros tantos homens recorreram, diariamente, aos serviços dos técnicos desta entidade. A estatística consta do Relatório Anual da APAV, publicado, esta quarta-feira, e que revela também que o número de vítimas de nacionalidade estrangeira e de crianças agredidas pelo padrasto e madastra cresceu de forma considerável.

Ao longo de todo o ano, a APAV apoiou, presencialmente, pelo telefone ou através das redes sociais, um total de 14 688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face a 2021. Mais de 77% foram mulheres agredidas em contexto de violência doméstica, mas no topo dos crimes registados estão, igualmente, crimes sexuais contra crianças e jovens, ameaças e coação, ofensas à integridade física, difamação e injúrias e ainda crimes sexuais contra adultos.

Roberto Bessa Moreira

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: M80 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a91fcf78>

Crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam 94% dos crimes registados.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

M80

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Minho Online (O)

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=a85f1b8a>

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Agência Lusa

APAV ajudou, em média, 23 mulheres por dia em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Nascer do Sol Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d8eecebe9>

Depois das mulheres adultas, as crianças e jovens (sete por dia) foram os mais ajudados, seguindo-se as pessoas idosas (quatro por dia) e os homens adultos (quatro por dia).

No decorrer do ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional); atendeu uma média de 40 vítimas por dia; registou 27.897 crimes e outras formas de violência e promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

"Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV", destaca a APAV, em comunicado, adiantando que "face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos - um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020", sendo que "estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura".

Durante 2022, a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas (175, 38, 35 e 31 no ano anterior, respetivamente, de acordo com o Relatório Anual de 2021). De acordo com a associação, em 2019, a análise do relatório permitiu aferir diferentes contextos da vitimação e tipos de vítimas: a APAV apoiou 1.350 pessoas idosas (+65 anos) vítimas de crime (em média, 4 por dia e 26 por semana); 1.473 crianças e jovens (em média, 4 por dia e 28 por semana); 1.617 homens adultos (em média, 4 por dia e 31 por semana) e 8.394 mulheres adultas (em média, 23 por dia e 161 por semana). Ou seja, os números atuais aproximam-se daqueles registados antes do surgimento da pandemia de covid-19, verificando-se um aumento nas faixas etárias mais jovens.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", à semelhança do ano passado. A APAV realça que os números apurados "refletem a abrangente presença da APAV no território nacional assim como a diversidade nos diferentes tipos de crime cujas vítimas a APAV apoia - em 2022 são mais de 80 os tipos de crimes e outras situações identificadas pelos vários serviços de proximidade".

"Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros", é frisado, sendo também salientado que a média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. "A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", é evidenciado, sendo também garantido que a APAV "continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação".

"A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país" e, por isso, a Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h. A Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h, e do e-mail linhainternetsegura@apav.pt. A APAV também pode ser encontrada nas redes sociais.

Os comentários estão desactivados.

Redação

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=852963eb>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de forma destacada, com 21.588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE -- apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", refere a associação.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2.595 (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1.528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1.594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14.824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

A APAV destaca ainda que do total de contactos feitos para a associação, 47,8% foram feitos pela própria vítima, enquanto 43,1% foram por amigos, conhecidos ou familiares das vítimas.

Lusa

APAV. Mais de 7 mil vítimas ajudadas em 2022 alvo de crimes continuados

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Notícias ao Minuto Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f2fa9122>

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

Lusa

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV): Crimes sexuais mais reportados após violência doméstica

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Notícias de Aveiro Online	Autores:	Júlio Almeida

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6bad1069>

APAV.

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros.

Por João Lázaro *

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulga o seu Relatório Anual de 2022. Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

Face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, a APAV apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos - um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020. Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura.

Durante este ano a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total.

Destacamos que a APAV:

- Apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional);
- Atendeu uma média de 40 vítimas por dia;
- Registou 27.897 crimes e outras formas de violência;
- Promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime.

O trabalho estatístico é de extrema importância quando se pretende construir uma visão abrangente sobre as vítimas de crime em Portugal, pelo que a APAV continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação.

A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país.

A Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h. A Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h, e do e-mail A APAV está também presente nas principais redes sociais, como o Facebook e o Instagram.

* Presidente da APAV. Consultar o relatório completo.

[Additional Text]:

Dreamweb 728x90 - Video I

Comercio 780

Júlio Almeida

14.688 vítimas de violência doméstica no ano passado. Mais 10,9% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Notícias de Coimbra Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=1c828903>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Notícias de Coimbra com Lusa

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f09b4d22>

Em 2022, a APAV fez 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 vítimas. A violência doméstica e os crimes sexuais representam 94% dos crimes registados.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou esta quarta-feira o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

Agência Lusa

Mais de 7 mil pessoas ajudadas pela APAV em 2022 foram vítimas de crimes continuados

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Observador Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6c1b090d>

Em 2022, a APAV ajudou 14.688 vítimas diretas de crimes. Entre o total, cerca 7 mil pessoas foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos.

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

PUB . CONTINUE A LER A SEGUIR

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Renascença Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=29a7ddf7>

Números de 2022 aumentaram mais 11% face a 2021.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou esta quarta-feira o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=cb3ec467>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Lusa

Mais de 7 mil pessoas ajudadas pela APAV em 2022 foram vítimas de crimes continuados

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=cdd5046b>

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

Menores apoiados pela APAV. Em 2022 foi registado o valor mais elevado

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=f4470c58>

Aumentou o número de menores de idade apoiados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Em 2022 atingiram quase 2.600 casos, o maior valor alguma vez registado pela APAV.

Para isso foi decisivo o aumento dos crimes sexuais contra menores.
A violência doméstica continua a motivar a esmagadora maioria das denúncias.

Aumentou o número de menores de idade apoiados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Em 2022 atingiram quase 2.600 casos, o maior valor alguma vez registado pela APAV.

Para isso foi decisivo o aumento dos crimes sexuais contra menores.
A violência doméstica continua a motivar a esmagadora maioria das denúncias.

RTP

APAV regista aumento de crimes de abusos sexuais sobre menores

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ef33aed9>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ajudou no ano passado 2.600 menores de idade. Este é o maior valor alguma vez registado e resultou de um aumento do número de crimes sexuais contra menores.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ajudou no ano passado 2.600 menores de idade. Este é o maior valor alguma vez registado e resultou de um aumento do número de crimes sexuais contra menores.

RTP

Crimes sexuais contra crianças e jovens entre os casos mais identificados pela APAV

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: RTP Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6e78c7c9>

Depois dos crimes de violência doméstica, são os crimes sexuais contra crianças e jovens os casos mais identificados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Situações que superam mais de um milhão de casos.

Uma situação preocupante no entender da APAV e que deve esconder uma realidade bem pior, admite à antena 1 a secretária-geral da associação, Carmen Fasquete.

Carmen considera ainda que o relatório permitiu concluir que as pessoas estão mais informadas, pedem mais ajuda, mas há ainda um longo caminho a percorrer.

A APAV não vê ainda relação direta entre estes pedidos de ajuda e o escândalo na igreja católica.

Toda a atenção mediática que os abusos sexuais na igreja receberam foi no final do ano passado e não terá ainda tido impacto no surgimento de mais pedidos de apoio à associação

Em toda ajuda pedida, a APAV apoiou diretamente quase 17 mil pessoas no ano passado, num total de mais de 80 mil atendimentos.

Um aumento de 25 e meio por cento face a 2020.

Antena 1

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Rádio Comercial Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=58c12747>

Crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam 94% dos crimes registados.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Agência Lusa

APAV apoiou mais de 200 vítimas de crimes de violência doméstica ou sexuais no distrito de Portalegre em 2022

Tipo Meio: Internet **Data Publicação:** 05/04/2023
Meio: Rádio Portalegre Online **Autores:** Gabriel Nunes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=23ef4f79>

Detalhes

Publicado em 05-04-2023

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou 203 vítimas de crimes de violência doméstica ou sexuais no distrito de Portalegre no ano de 2022, mais 27 do que no ano anterior.

De acordo com o seu relatório anual, divulgado esta quarta feira, Ponte de Sor é o concelho do Alto Alentejo com o maior número de vítimas, com um total de 72, mas foi em Nisa que se registou o maior aumento de vitimas, passando de 10 em 2021, para 26 no ano de 2022.

Na lista aparecem ainda os concelhos de Sousel com 20 vítimas, Portalegre (15), Avis (14), Gavião (12), Fronteira (11), Crato (10), Elvas (6), Alter do Chão (6), Campo Maior (5), Arronches (2), Castelo de Vide (2), Marvão (2) e Monforte (0).

Em declarações à Rádio Portalegre, Rita Martinho, gestora do Gabinete da APAV do Alto Alentejo Oeste, adiantou que nos primeiros três meses deste ano já foram abertos 31 novos processos em concelhos do distrito de Portalegre.

Rita Martinho confirmou que a grande maioria das vítimas continuam a ser mulheres, indicando que tem vindo a crescer o número de homens que procura apoio junto da associação.

Em termos nacionais a APAV refere no seu relatório ter apoiado um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% face ao ano anterior.

No que concerne a faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade, acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

[Additional Text]:

Pode ser uma imagem de texto

Gabriel Nunes

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Sapo Online - Sapo 24 Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=afe4640b>

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Associações de apoio especializado à vítima de violência sexual:

Quebrar o Silêncio (apoio para homens e rapazes vítimas de abusos sexuais)

910 846 589

apoio@quebrarosilencio.pt

Associação de Mulheres Contra a Violência - AMCV

213 802 165

ca@amcv.org.pt

Emancipação, Igualdade e Recuperação - EIR UMAR

914 736 078

eir.centro@gmail.com

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

"Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", refere a organização.

Relativamente aos crimes ou outras formas de violência reportadas, a violência doméstica surge de forma destacada, com 21.588 ocorrências, 77,4% do total, seguindo-se os crimes sexuais contra crianças e jovens, com 4,9% dos crimes.

A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas

vítimas menores eram do sexo feminino.

"A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime", refere a associação.

O perfil geral das vítimas que recorreram à APAV aponta para uma maioria de mulheres (77,7%), com idade média de 40 anos, e grau de escolaridade ao nível do ensino superior (7,3%).

Em termos de faixas etárias, as vítimas que recorreram à APAV em 2022 situavam-se fundamentalmente entre os 25 e os 54 anos de idade (39,6%), acompanhando uma tendência crescente já verificada em anos anteriores.

As vítimas menores (menos de 18 anos de idade) que procuraram apoio na APAV registam aumentos expressivos face a 2021, tendo-se registado no ano passado 2.595 (17,7%), o "maior número alguma vez registado pela APAV".

A associação refere que o número de pessoas idosas vítimas (65 ou mais anos de idade) é igualmente elevado, tendo havido 1.528 pessoas (10,4%), ainda que ligeiramente mais baixo do que em 2021, quando 1.594 (12%) pediram ajuda.

Relativamente ao autor do crime, a APAV refere ter tido conhecimento de 14.824 pessoas, a maior parte do sexo masculino (62%), "mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores".

A APAV destaca ainda que do total de contactos feitos para a associação, 47,8% foram feitos pela própria vítima, enquanto 43,1% foram por amigos, conhecidos ou familiares das vítimas.

(Artigo atualizado às 13h23)

MadreMedia / Lusa

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Smooth FM Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=33f5adc6>

Crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam 94% dos crimes registados.

NO AR vocal jazz soul blues bossa nova jazz cool

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

"Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio a` Dista^ncia e Linha Internet Segura", refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado "um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato".

Smooth FM

Por ano, a APAV recebe 8.122 mulheres adultas vítimas de violência

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Sábado Online	Autores:	Íris Fernandes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=e2d4cdaa>

São maioritariamente mulheres de nacionalidade portuguesa que sofrem violência doméstica, durante 2 a 3 anos, por parte do seu cônjuge.

E se lhe disséssemos que, em 2022, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu uma média de 40 vítimas por dia? No final do ano foram 83.322 atendimentos, sendo que cerca de 1.356 eram crianças e jovens vítimas de crimes sexuais. Estes dados, presentes no relatório estatístico anual da APAV, dizem-nos ainda de onde são estas pessoas, quanto tempo sofrem e de que formas.

Os números são surpreendentes. Por ano, a APAV recebe 8.122 mulheres adultas, 1.547 homens adultos, 1.528 pessoas idosas e 2.595 crianças e jovens, no entanto, apenas metade (49,2%) das vítimas faz queixa ou denúncia. Os casos que chegaram à APAV durante o ano passado levaram à abertura de 13.144 novos processos de apoio. Assim, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, trabalhou com um total de 16.824 processos de apoio, o que corresponde a um aumento de 7,7% no número de processos face a 2021.

Entre 2020 e 2022, registou-se um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efetuados pelos Serviços de Proximidade da APAV.

Em termos de nacionalidade, a predominância é da portuguesa (76,7%). Que se distribui da seguinte forma: Lisboa 5,5%, Braga 4,6%, Faro 3,9%, Loulé 3,1%, Porto 3,1% e Sintra 2,6%. Em alguns municípios, o número de vítimas apoiadas duplicou, triplicou e quadruplicou face a 2021. Esses são os casos dos municípios de Albufeira (em 2021: n=168; em 2022: n=353), Cadaval (em 2021: n=12; em 2022: n=28), Estremoz (em 2021: n=6; em 2022: n=12).

Para denunciar os abusos, o tipo de contacto que mais se destacou durante o ano civil de 2022 foi o telefónico (57%), no entanto, foram feitos também 300 contactos via online. Pelo Facebook/Messenger foram 172 pessoas, ou seja, 57,3% dos contactos online e pelo Instagram 52, ou seja, 17,3%.

Mas será que foram as vítimas a procurar ajuda? Dos contactos efetuados para a APAV, foram realizados pela própria vítima 8.092 (47,8%). Já o total de contactos realizados por denunciadores (amigos/conhecidos, familiares, instituições e/ou outros) representaram 43,1% (n=7.291) dos registos.

Chegaram ainda ao conhecimento da APAV um total de 14.824 autores/as de crime e de outras formas de violência. A maioria é do sexo masculino (62%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores. Por norma, têm entre 25 e 54 anos e conhecem bem as vítimas com quem têm relações de intimidade. São cônjuges, companheiros, ex-companheiros, namorados. Outras vezes têm relações de consanguinidade, a vítima é filho/a do/a autor/a da violência ou pai/mãe do agressor. É por esta razão que os locais mais comuns de agressão são a residência e a via pública. E que 3,4% das pessoas sejam vítimas por mais de 30 anos.

Destes casos de violência, o homicídio consumado afeta 0,2%.

77,7% das vítimas são mulheres

A maioria das vítimas que procuraram apoio na APAV são do sexo feminino (n=11.410; 77,7%). Esta é também a tendência de anos anteriores. "Este número tem vindo a aumentar ao longo dos anos: em 2019 atingiu 80,5% (n=9.397); em 2020 os 74,9% (n=9.805); em 2021 os 77,9% (n=10.308); e em 2022 representaram 77,7% (n=11.410) das vítimas com que a APAV trabalhou", explica a associação de apoio.

Apesar de existir uma prevalência de vítimas femininas, as masculinas também têm vindo a aumentar. Em 2019 representavam 18,7% (n=2.180); em 2020 7,5% (n=2.293); em 2021 já atingiram os 19,7% (n=2.601); e em 2022 representavam 20,5% (n=3.013) das vítimas que a APAV apoiou.

Também o número de vítimas intersexo aumentou. Em 2019, representou 0,1% (n=12) dos registos. Já em 2022 representou 0,3% (n=39) dos casos.

Descubra as

Edições do Dia

Publicamos para si, em dois períodos distintos do dia, o melhor da atualidade nacional e internacional. Os artigos das Edições do Dia estão ordenados cronologicamente aqui ,

para que não perca nada do melhor que a SÁBADO prepara para si. Pode também navegar nas edições anteriores, do dia ou da semana

Íris Fernandes

Há 8 minutos

URL: <https://bragatv.pt/barcelos-promoveu-formacao-de-cuidadores/>

As instalações da ETG - Escola de Tecnologia e Gestão, em Barcelos, receberam uma ação de formação relativa à prevenção da "violência contra pessoas idosas e à prestação de cuidados", no âmbito do projeto Portugal Mais Velho - Formar quem Cuida, Sensibilizar quem Decide.

Este projeto, implementado pela APAV e pela Fundação Calouste Gulbenkian, nasce de duas necessidades identificadas durante o projeto Portugal Mais Velho, nomeadamente, a necessidade de formação dos que prestam cuidados a pessoas idosas e, por outro lado, a urgência de mobilização dos decisores políticos para o desenho e implementação de políticas públicas na área do envelhecimento.

Na ação de formação realizada em Barcelos, participaram cerca de 15 cuidadores de pessoas idosas de ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e Centros de Dia, que no final da iniciativa ouviram palavras do vereador da Ação Social, António Ribeiro, de incentivo e agradecimento pelo trabalho prestado numa área tão importante e sensível, como é a dos cuidados prestados a pessoas idosas e muito vulneráveis.

APAV apoiou quase 15 mil pessoas vítimas de violência doméstica e de crimes sexuais em 2022

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: TVI Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c0e838a4>

Quase metade das cerca de 15 mil vítimas ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítimas (APAV) em 2022 foram alvo de crime continuado, em 15% dos casos durante dois a três anos.

De acordo com os dados do relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, a APAV apoiou 14.688 vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados.

Entre este universo de vítimas, quase metade, ou seja, 7.203 pessoas (49,1%), foram alvo de crime continuado, sendo que a sua principal duração se situou entre os dois e os três anos (15,6%).

Houve também 18 pessoas que foram vítimas de crimes durante 50 anos, além de outras 245 que sofreram vitimação entre 31 e 50 anos, 265 entre 21 e 30 anos ou 666 entre 12 e 20 anos.

Segundo a APAV, "as relações entre autor e vítima são comumente pautadas por relações de intimidade", sendo que em 14,5% dos casos vítima e agressor são casados. No entanto, a intimidade afere-se também com casos entre companheiros, ex-cônjuges ou namorados.

"Em 2022, as relações de intimidade que chegaram ao conhecimento da APAV totalizaram, no seu conjunto, 41% (6.077) das relações estabelecidas entre autor/a do crime ou de outras formas de violência e vítima", lê-se no relatório.

A associação refere igualmente que as relações familiares de consanguinidade têm um peso significativo, dando como exemplo os casos em que a vítima é filho do autor do crime (9,3%) ou progenitor do agressor (5,7%).

"Enfoque especial nas agressões perpetradas pelo/a pai/mãe que, de 2019 (804; 6,8%) para 2022 (1.381; 9,3%), aumentaram aproximadamente 71,8%", refere a APAV.

Por outro lado, a associação destaca que as agressões entre colegas de escola ou de trabalho "têm vindo a aumentar", apontando que se em 2020 representavam 1% dos casos, em 2022 subiram para os 2%.

"Desta forma, de 2020 a 2022, as agressões perpetradas por colegas de escola/trabalho que chegaram ao conhecimento da APAV aumentaram 134%", destaca a organização.

A associação fez 83.322 atendimentos em 2022, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

Segundo a APAV, estes números revelam que durante o ano passado, a associação atendeu, em média, todas as semanas 157 mulheres, 50 crianças e jovens, 30 homens e 29 idosos, o que representa igualmente 40 vítimas por dia.

Violência doméstica e crimes sexuais entre casos mais identificados pela APAV

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Verdade Online (A)	Autores:	Patrícia Cunha

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=6d0d24ec>

Entre 2020 e 2022, a APAV registou um aumento de 25,5% no número de atendimentos que foram efetuados pelos Serviços de Proximidade.

Em 2022, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou vítimas de 292 municípios dos 308 existentes (95% do território nacional); atendeu uma média de 40 vítimas por dia; registou 27.897 crimes e outras formas de violência e promoveu 1.442 ações de formação e sensibilização (62,4% destinadas a crianças e jovens).

Os dados são do Relatório Anual 2022, segundo o qual pode concluir-se que a violência doméstica (77,4%) e os crimes sexuais contra crianças e jovens (4,9%) compõem a maior fatia de crimes e outras formas de violência.

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV. "Face ao trabalho desenvolvido em conjunto com autoridades e entidades nacionais e internacionais durante 2022, a APAV apoiou diretamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos, um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efetuados em 2020. Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura", revela a APAV em comunicado.

Em 2022, a APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total.

Depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram "os mais reportados", com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino. "A Rede CARE - apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual tem-se dedicado ao apoio especializado a este tipo de vítimas, partindo do modelo de apoio da APAV para o desenvolvimento de procedimentos próprios, específicos para esta tipologia de crime".

O trabalho estatístico "é de extrema importância quando se pretende construir uma visão abrangente sobre as vítimas de crime em Portugal, pelo que a APAV continua empenhada nesta análise, sempre com o intuito de melhoria contínua para implementação de boas práticas na sua ação", sublinha.

A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país.

A Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h. A Linha

Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta, entre as 8h e as 22h, e do e-mail . A APAV está também presente nas principais redes sociais, como o Facebook e o Instagram.

Patrícia Cunha

APAV apoiou 450 vítimas de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo em 2022

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	05/04/2023
Meio:	Verdadeiro Olhar Online (O)	Autores:	Fernanda Pinto

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=ae364c08>

Instituição atendeu, a nível nacional, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas por semana

Designed by Freepik | www.freepik.com

Em 2022, a Associação de Apoio à Vítima - APAV atendeu, por semana, uma média de 157 mulheres adultas, 50 crianças e jovens, 30 homens adultos e 29 pessoas idosas. "Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos 75 serviços de proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, representam cerca de 94% do total", descreve o Relatório Anual com as estatísticas da instituição, dos apoios prestados de forma presencial, via telefone ou online.

No ano passado, a APAV apoiou directamente 16.824 pessoas, num total de 83.322 atendimentos - um aumento de 25,5% em relação aos atendimentos efectuados em 2020.

Na região, a APAV apoiou 450 vítimas dos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo. Em 242 casos as vítimas eram de Paços de Ferreira, em 77 de Valongo, em 68 de Paredes, em 32 de Lousada e, em 31, de Penafiel.

Vítimas são maioritariamente mulheres, mas número autores do crime do sexo feminino também tem vindo a crescer

Infografia: APAV

O perfil geral da vítima mostra que a maioria continua a ser do sexo feminino - 14.688 -, tendo uma média de idades de 40 anos e sendo na maioria dos casos o conjugue o responsável pela violência. A APAV acompanhou, no ano passado, 3.013 vítimas do sexo masculino, 2.595 crianças e jovens e 1.528 vítimas idosas.

Já os autores foram, maioritariamente, do sexo masculino: 9.192; 62%, mantendo-se a tendência de anos anteriores. Mas o relatório destaca que "a percentagem de pessoas do sexo feminino (autoras de crime e outras formas de violência) que se tem vindo a manter elevada ao longo dos anos: em 2019 representavam 13,1% (n=1.545); em 2020 12% (n=1.627); em 2021 atingiu os 11,9% (n=1.589); e em 2022 representou os 12,9% (n=1.906) dos registos, valor mais elevado dos últimos anos".

As estatísticas revelam ainda que foram apoiadas vítimas de 292 municípios, sendo atendidas uma média de 40 vítimas por dia. No total, foram registados 27.897 crimes e outras formas de violência, sendo que, depois da violência doméstica, os crimes sexuais contra crianças e jovens foram os mais reportados, com 611 casos de conteúdo de abuso sexual de menores e 390 casos de abuso sexual de crianças, entre outros. A média de idades das crianças e jovens apoiadas pela APAV em 2022 é de 10 anos e 60% destas vítimas menores eram do sexo feminino, conclui o documento.

A maioria dos crimes foi cometida em habitação partilhada entre a vítima e o autor do crime, na casa da vítima ou na via pública.

Recorde-se que a APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Este apoio, no regime presencial, está disponível através de uma rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, presente em muitas das principais cidades do país. Já a Linha de Apoio à Vítima, 116 006, funciona de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 22h00. Por sua vez, a Linha Internet Segura está disponível através do 800 21 90 90, de segunda a sexta-feira, entre as 8h00 e as 22h00, e do e-mail linhainternetsegura@nullapav.pt. A APAV está também presente nas principais redes sociais, como o Facebook e o Instagram, indica a instituição.

[Additional Text]:
violência doméstica

Fernanda Pinto

APAV apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, quase mais 11% que em 2021

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 05/04/2023

Meio: Visão Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=c131ddd5>

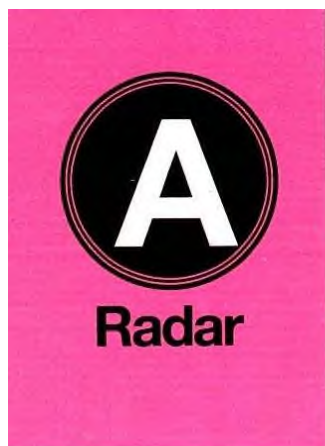
A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou em 2022 perto de 15 mil vítimas diretas de crimes, com os crimes contra as pessoas, como a violência doméstica ou os crimes sexuais, a representarem 94% dos crimes registados

A associação divulgou hoje o seu relatório anual, com as estatísticas relativas a 2022, no qual refere ter feito 83.322 atendimentos, mais 25,5% do que em 2021, apoiando diretamente 16.824 pessoas.

“Estes atendimentos realizaram-se nos vários serviços de proximidade: Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas e Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura”, refere a APAV, no relatório.

Acrescenta ter apoiado “um total de 14.688 vítimas diretas de crime e de violência, o que representa um aumento de 10,9% de vítimas face ao ano transato”.

SV // JMR



Igreja. Uma Páscoa com amêndoas amargas

O momento da ressurreição de Cristo poderá trazer outra luminosidade ao mundo católico, segundo os fiéis acreditam. Mas os abusos sexuais e as divisões na Igreja anunciam tempos difíceis.

VÍTOR RAINHO
vitor.rainho@ionline.pt

A Igreja Católica portuguesa vive este ano uma Páscoa diferente devido aos escândalos dos abusos sexuais dentro da instituição e é natural que a alegria não seja muita. Também a 'confusão' criada com diferentes organizações que recebem as queixas das vítimas não tem ajudado. É que desde a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) às Comissões Diocesanas de Proteção de Menores, coordenadas pelo antigo procurador-geral da República Souto de Moura, e a Comissão Independente para o Estudo dos Abu-

sos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa, não faltam organismos para dar voz às vítimas, mas parece haver muita gente desagradada com o protagonismo ou falta dele.

Ainda ontem a Comissão Independente defendia a criação de outra instituição, quando já se sabe que a organização liderada por Souto Moura pretende criar um novo grupo de trabalho. Se juntarmos a APAV, facilmente se percebe que não faltam locais para as presumíveis vítimas dizerem o que lhes vai na alma.

Também o processo Sinodal em curso – em que todos os católicos tiveram oportunidade de dizer o que acham sobre os cami-



PÁSCOA



Esta Páscoa será celebrada debaixo de um ambiente tenso. As divisões na Igreja são evidentes

DREAMSTIME

nhos que a Igreja deve percorrer no futuro – não tem contribuído para a pacificação, já que há duas correntes muito distintas. Por um lado, os ditos conservadores, que rejeitam a ordenação de mulheres, a bênção para casais do mesmo sexo, ou a comunhão para casais recasados. Do outro lado, estão aqueles que querem isso tudo, além do casamento de sacerdotes, a única mudança que os conservadores aceitam a acabar com o seu celibato.

Como o processo Sinodal está a decorrer no mundo inteiro, havendo a reunião final em 2024, altura em que se decidirão as mudanças, ou não, a Igreja alemã antecipou-se e aprovou já algumas destas medidas, tendo sido dado um prazo de três anos até que entrem plenamente em vigor. Só que para isso acontecer, precisam da aprovação do Vaticano, que já fez saber que não aceita mudanças até ao processo Sinodal estar concluído. Daí que se fale há já largos meses, como o *Nascer do SOL* noticiou, que a Igreja Católica está à beira da cisão, à semelhança do que

aconteceu com a Igreja Anglicana. Dez primazes de África e da Occânia, que representam 75% dos anglicanos no mundo, deixaram de considerar o arcebispo de Cantuária, Justin Welby, o líder da comunhão anglicana, além de não reconhecerem mais a Igreja Anglicana de Inglaterra como a sua "Igreja-mãe", por esta ter aprovado a bênção de casais homossexuais – apesar de não celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

CLIMA DE ANIMOSIDADE E é neste clima que se está a comemorar a Páscoa, tendo, apesar disso, os católicos recebido uma boa notícia nos últimos dias... a recuperação do estado de saúde do Papa.

Frente do Patriarcado confessa ao *i* que "está um ambiente pesado, os abusos sexuais não deixam um sabor agradável. Há a ideia de que a Igreja podia ter tratado melhor os casos de abusos no passado, e agora existe a sensação de que podia ter comunicado melhor".

A mesma fonte acredita que a Páscoa poderá ser o momento de mudança e recorda a crucificação de Cristo. "Deus feito homem carregou os males da humanidade.

Venceu a morte em todas as suas expressões, voltando à vida pelo seu próprio poder, que foi a ressurreição". E reforça a ideia. "Esta etapa difícil da vida da Igreja, nomeadamente os abusos sexuais, pode também vir a ser um fracasso que se torne em vitória". Que é como quem diz: com a crucificação os seguidores de Cristo sentiram-se devastados e perdidos, mas depois voltaram em força à fé.

Já outro padre de Lisboa põe a tónica na animosidade. "As pessoas estão muito crispadas

e não conseguem ouvir, partem rapidamente para o insulto".

Mas também aqui se pode usar a metáfora do copo meio cheio ou meio vazio. "Houve pessoas que nunca mais voltaram à missa depois da pandemia, mas há outras, principalmente os estudantes universitários, que se aproximaram da vida da Igreja".

SESENTA E OITO BATISMOS NO SÁBADO No próximo sábado, em Lisboa, 68 pessoas, com mais de 16 anos, serão batizadas na vigília Pascal, alguns na própria Sé, sendo que entre 30 a 40% destes são imigrantes, a maioria oriundos de África. O rito, conhecido como eleição, terá lugar na Sé de Lisboa. Mas já houve mais pessoas adultas a quererem batizar-se. Em 2017 foram 81, no ano seguinte chegou-se aos 90, em 2019 atingiu-se os 94 e no princípio da pandemia, em 2020, apenas 62 optaram pelo rito de eleição. Em 2021 a pandemia não permitiu batismos e em 2022 chegou-se aos 53.

Estará então a Igreja a perder fiéis devido aos escândalos? Segundo o Anuário Pontifício 2023 e o Anuário Estatístico da Igreja 2021, o número de fiéis no mundo

está a aumentar, especialmente em África. Segundo o *Vatican News* publicou em 4 de março, o número de católicos batizados passou de 1,36 mil milhões em 2020 para 1,37 mil milhões em 2021, representando um aumento de 1,3%.

O que fazia com que, em 2021, os católicos representassem quase 18% da população mundial. África foi o continente onde mais aumentou o número de batizados (3,1%), enquanto na Ásia o aumento foi de 0,99% e na América foi de 1,01%. Na Europa, o número não sofreu alteração, embora a tendência seja de diminuição.

O país mais católico do mundo é o Brasil, com 180 milhões de batizados – o continente americano representa quase 50% dos católicos no mundo.

Segundo os anuários apresentados, em 2021, havia 462 388 membros do clero em todo o mundo. Os bispos eram 5 340, os sacerdotes chegavam aos 407 872 e os diáconos permanentes e 49 176. Não é só em Portugal que há cada vez menos bispos e padres, a tendência é mundial, se excluirmos África e a Ásia. Terminamos com a frase inevitável para os católicos: o futuro a Deus pertence.

Este sábado vão ser batizados 68 adultos. 30 a 40% destes são estrangeiros

Segundo o Anuário Pontifício da Santa Sé, o número de católicos aumentou no mundo

Centro Escolar de Paços de Ferreira recebeu Workshop sobre Bullying **Jornal o Cordovense**

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 04/04/2023

Meio: Jornal O Cordovense Online

URL: <https://jornalcordovense.com/?p=29422>

HOME

Região

Centro Escolar de Paços de Ferreira recebeu Workshop sobre Bullying

No âmbito da implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Paços de Ferreira, mais concretamente da medida de vertente externa "Workshops sobre Bullying", o Conselheiro Municipal, Agostinho Silva, acompanhado por duas colaboradoras da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), dinamizaram um workshop sobre bullying, na tarde do dia 29 de março, no Centro Escolar de Paços de Ferreira.

Esta atividade teve como participantes as/os alunos das turmas do 3º C e do 4º C. O workshop foi levado a cabo através de um jogo denominado de "Bullying: Um dia na escola", jogo este que é um jogo pedagógico de tabuleiro.

Ao longo dos últimos anos, o JORNAL O CORDOVENSE, tem conquistado cada vez mais leitores. Nunca quisemos limitar o acesso aos nossos conteúdos, ao contrário do que fazem outros órgãos de comunicação, e mantivemos sempre todas as notícias, reportagens e entrevistas abertas para que todos as pudessem ler.

Mas precisamos do seu apoio. Para que possamos, diariamente, continuar a oferecer-lhe a melhor informação, assim como para podermos fazer mais reportagens e entrevistas do seu interesse.

O JORNAL O CORDOVENSE é um órgão de comunicação social independente e isento. E acreditamos que para que possamos continuar o nosso caminho, que tem sido de sucesso e de reconhecimento, é importante que nos possa ajudar neste caminho que iniciámos há dez anos.

Desta forma, por tão pouco, com apenas 1EUR, pode apoiar o JORNAL O CORDOVENSE. MBWAY - 919954029 NIB - 0010 0000 4687 7240 0016 5

Comentários



Dioceses continuam a receber queixas de abusos sexuais: Análise

<https://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=e74c8fef-20a4-49c2-9db0-a34c091ab19a&userId=8b4ece79-18e8-444d-801f-1362c45d9b00>

A linha de apoio às vítimas de abuso sexual na Igreja fechou há 2 meses quando o relatório da comissão independente foi apresentado, a Conferência Episcopal relembra que existem as comissões das dioceses que continuam a receber as queixas e que vai ser criada uma nova estrutura independente. Análise com António Grosso, fundador da Associação de Vítimas de abusos sexuais na Igreja e Carla Ferreira, APAV, Associação portuguesa de apoio à vítima.

Violação como Crime Público

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	03/04/2023
Meio:	JM Online	Autores:	Luísa Antunes

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=212c49b8>

Opinião | 03/04/2023 05:16

Uma petição com mais de 100 mil assinaturas levou ao Parlamento a questão da violação como crime público e voltou a dividir opiniões.

Se, na última sexta, o alargamento do prazo para a denúncia da vítima de seis meses para um ano gerou o consenso do hemiciclo, o entendimento da bancada socialista e social-democrata no que toca à proteção à vítima difere das associações para as quais é determinante que, como aconteceu para a violência doméstica, a violação seja considerada crime público. A APAV, por sua vez, aconselha a que o crime seja considerado de "natureza pública, mas mitigada", dando a oportunidade à vítima de suspender, por opção própria, o processo.

A Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Dra. Maria Clara Sottomayor, explicou de forma muito clara no programa "Mulheres com Palavra", de 1 de abril, a diferença que existe entre crime contra a pessoa e crime não público ou semipúblico e a vital importância de fornecer à vítima uma situação de segurança que a proteja das pressões dos violadores, muitos deles pertencentes ao círculo familiar ou de pessoas próximas. Se uma vítima deste tipo de crimes já tem de lidar com o horror do que lhe aconteceu e não raras vezes esconde ou tenta esquecer a situação que parece que lhe sujou para sempre o corpo e a alma, é fácil imaginar quanta força tem de ter para apresentar queixa, e avançar com ela, contra quem muitas vezes lhe permite o sustento, é seu familiar ou do grupo de amigos, ou ainda quando é uma figura de autoridade (profissional, religiosa, etc.) da qual depende. O crime sendo considerado público permite ao Ministério Público agir sem ter de pesar ulteriormente sobre a vítima - isto é, colocando-a numa situação de ter de ser necessariamente ela o sujeito do processo, quando a maior parte das vezes tem uma situação de subalternidade em relação ao violador.

Alegar que, sendo a violação um crime público, a exposição da vítima será maior do que no caso de crime contra pessoa e crime semipúblico e aumentará ainda mais o seu sofrimento, é não dar às vítimas a força e a proteção das quais de facto necessitam. E defender que hoje em dia as mulheres e homens vítimas de violação têm todas as capacidades e oportunidades para fazer queixa e encontrar mecanismos de proteção, é esquecer o que M. Graziosi escreve a propósito da mulher no imaginário penal: pensar que a violação conjugal, dentro de casa ou em contexto profissional ou religioso é exclusiva de contextos sociais e religiosos arcaicos ou culturalmente "atrasados" exprime a hipocrisia de quem não quer reconhecer o "nosso passado no nosso presente".

A verdade é que muitas vezes somos surpreendidos com a indulgência de magistrados e de toda a máquina da justiça em relação aos crimes de violação, em sintonia com a mentalidade comum, numa sociedade em que as "normativas" misóginas se alicerçam num ainda amplo consenso social que a cultura ocidental considera que já está largamente superado. E não é verdade. Como o demonstram alguns processos por violação e abusos sexuais, em que os juízes verificam se a mulher tinha à disposição os meios instintivos e preventivos para fugir à "sedução" masculina e se o seu comportamento foi adequado e não provocatório, fazendo da vítima a criminosa. É necessário um entendimento destes crimes que façam a pedagogia dos próprios magistrados.

Cometido por um criminoso no corpo de uma outra pessoa, como o homicídio, a violação não pode ser subjetiva. Se se trata de defender a propriedade e incolumidade do seu corpo, entendido como individual, é, por isso, pessoal, mas também é verdade que qualquer crime que o coloque em perigo é público, porque é contra o direito humano de viver sem se ser agredido.

É preciso, assim, fazer uma pedagogia da própria sociedade que ainda vê os crimes desta esfera como delitos que dizem respeito apenas às vítimas. Não dizem. Estamos todos envolvidos.

Luísa Antunes escreve à segunda-feira, de 4 em 4 semanas

Uma petição com mais de 100 mil assinaturas levou ao Parlamento a questão da violação como crime público e voltou a dividir opiniões. Se, na última sexta, o alargamento do prazo para a denúncia da vítima de seis meses para um ano gerou o consenso do hemiciclo, o entendimento da bancada socialista e social-democrata no que toca à proteção à vítima difere das associações para as quais é determinante que, como aconteceu para a violência doméstica, a violação seja considerada crime público. A APAV, por sua vez, aconselha a que o crime seja considerado de "natureza pública, mas mitigada", dando a oportunidade à vítima de suspender, por opção própria, o processo. A Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Dra. Maria Clara Sottomayor, explicou de forma muito clara no programa "Mulheres com Palavra", de 1 de abril, a diferença que existe entre crime contra a pessoa e crime não público ou semipúblico e a vital importância de fornecer à vítima uma situação de segurança que a proteja das pressões dos violadores, muitos deles pertencentes ao círculo familiar ou de pessoas próximas. Se uma vítima deste tipo de crimes já tem de lidar com o horror do que lhe aconteceu e não raras vezes esconde ou tenta esquecer a situação que parece que lhe sujou para sempre o corpo e a alma, é fácil imaginar quanta força tem de ter para apresentar queixa, e avançar com ela, contra quem muitas vezes lhe permite o sustento, é seu familiar ou do grupo de amigos, ou ainda quando é uma figura de autoridade (profissional, religiosa, etc.) da qual depende. O crime sendo considerado público permite ao Ministério Público agir sem ter de pesar ulteriormente sobre a vítima - isto é, colocando-a numa situação de ter de ser necessariamente ela o sujeito do processo, quando a maior parte das vezes tem uma situação de subalternidade em relação ao violador. Alegar que, sendo a violação um crime público, a exposição da vítima será maior do que no caso de crime contra pessoa e crime semipúblico e aumentará ainda mais o seu sofrimento, é não dar às vítimas a força e a proteção das quais de facto necessitam. E defender que hoje em dia as mulheres e homens vítimas de violação têm todas as capacidades e oportunidades para fazer queixa e encontrar mecanismos de proteção, é esquecer o que M. Graziosi escreve a propósito da mulher no imaginário penal: pensar que a violação conjugal, dentro de casa ou em contexto profissional ou religioso é exclusiva de contextos sociais e religiosos arcaicos ou culturalmente "atrasados" exprime a hipocrisia de quem não quer reconhecer o "nosso passado no nosso presente". A verdade é que muitas vezes somos surpreendidos com a indulgência de magistrados e de toda a máquina da justiça em relação aos crimes de violação, em sintonia com a mentalidade comum, numa sociedade em que as "normativas" misóginas se alicerçam num ainda amplo consenso social que a cultura ocidental considera que já está largamente superado. E não é verdade. Como o demonstram alguns processos por violação e abusos sexuais, em que os juízes verificam se a mulher tinha à disposição os meios instintivos e preventivos para fugir à "sedução" masculina e se o seu comportamento foi adequado e não provocatório, fazendo da vítima a criminosa. É necessário um entendimento destes crimes que façam a pedagogia dos próprios magistrados. Cometido por um criminoso no corpo de uma outra pessoa, como o homicídio, a violação não pode ser subjetiva. Se se trata de defender a propriedade e incolumidade do seu corpo, entendido como individual, é, por isso, pessoal, mas também é verdade que qualquer crime que o coloque em perigo é público, porque é contra o direito humano de viver sem se ser agredido. É preciso, assim, fazer uma pedagogia da própria sociedade que ainda vê os crimes desta esfera como delitos que dizem respeito apenas às vítimas. Não dizem. Estamos todos envolvidos. Luísa Antunes escreve à segunda-feira, de 4 em 4 semanas

Luísa Antunes

O (n)amor(o) não dói

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 02/04/2023

Meio: Revista Gerador Online

URL: <https://gerador.eu/o-namoro-nao-doi/>

Causas Sociais O (n)amor(o) não dói

A violência no namoro diz respeito a "qualquer tipo de ato de violência pontual ou continuada que seja exercida sobre outra pessoa com quem existe ou existiu uma relação amorosa", como afirma Sofia Henriques, Técnica de Apoio à Vítima da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Contudo, em 2023, este tópico e a sua identificação ainda abrem portas à subjetividade. O Estudo Nacional Sobre Violência no Namoro - Violência no Namoro em Portugal: Indicadores de Vitimação e Conceções Juvenis, realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) no âmbito do Projeto ART'THEMIS+*, demonstra que o não reconhecimento de algumas formas de violência é recorrente entre os jovens, bem como a sua legitimação.

Domingo, 2 Abril 2023 |

Redação

©Beatriz Mota

A amostra do estudo é composta por 5916 participantes, com idades entre os 11 e os 25 anos, sendo que 54,8% pertencem ao sexo feminino, 44% ao masculino e 1,4% dizem respeito a outras identidades.[1] O relatório da UMAR evidencia um total de 67,5% de jovens que não percecionam como violência no namoro pelo menos um dos quinze comportamentos questionados. "Controlo", "Violência psicológica", "Violência sexual", "Perseguição", "Violência através das redes sociais" e "Violência física" são algumas das formas de violência que não foram identificadas como tal pelos inquiridos, destacando-se o "Controlo", que não é encarado como violência no namoro por 53,1% dos participantes.

Integrada no quadro legal do crime de violência doméstica no artigo 152º do Código Penal, a violência no namoro constitui um crime público punível com uma pena máxima de cinco anos de prisão. Em alinhamento com os dados do relatório da UMAR, Sofia Henriques menciona a normalização de vários comportamentos, como "ciúmes excessivos", "manipulação" e "invasões de privacidade" que são muitas vezes "romantizados". No que diz respeito à violência psicológica, é mais difícil de identificar e de atuar, já que as próprias vítimas têm dificuldade em reconhecer o que constitui um ato de violência. A dificuldade em provar este tipo de atos e ainda a vergonha, a humilhação e a falta de apoio que a vítima pode sentir, inibindo-a de apresentar queixa, também representam, segundo a técnica, obstáculos à atuação. Neste sentido, salienta o papel fundamental de familiares e amigos no processo de identificação do problema. Por outro lado, à violência física não está tão associado um mar de dúvidas, especialmente quando esta deixa marcas visíveis.

©Beatriz Mota "A violência no namoro está mais associada a jovens". No entanto, o problema "pode abranger qualquer tipo de pessoa"

Através de um estudo empírico realizado em fevereiro através de inquérito anónimo com o objetivo de recolher dados para a reportagem, foram inquiridas 53 pessoas, com idades compreendidas entre os 16 e os 64 anos. No que diz respeito ao género, 77,4% dos inquiridos pertencem ao sexo feminino,

enquanto 22,6% fazem parte do masculino. A "violência no namoro está mais associada a jovens". No entanto, o problema "pode abranger qualquer tipo de pessoa em qualquer tipo de relacionamento, entidade de género, raça ou etnia", ressalva a técnica da APAV Sofia Henriques. Apesar da amplitude etária dos participantes, 69,8% da amostra possui idades entre os 16 e os 25, pelo facto de o inquérito ter sido divulgado na rede social Instagram, mais utilizada pelas camadas mais jovens.

Quando inquirida acerca da sua experiência, 34% da amostra alega já ter sofrido algum tipo de violência física e/ou psicológica no namoro e 77,4% conhece alguém que já passou por uma situação semelhante. De acordo com o estudo da UMAR, 65,2% dos jovens que já namoraram admitem ter experienciado pelo menos um dos indicadores de vitimação. 45,1% e 44,6% dos participantes, respetivamente, afirma já ter sofrido violência psicológica e controlo por parte dos seus pares. No que diz respeito à forma de violência, destacam-se o "insultar durante discussão/zanga", o "proibir de estar ou falar com pessoa amiga ou colega", o "procurar insistentemente", o "insultar através das redes sociais/Internet", o "pressionar para beijar" e o "magoar fisicamente sem deixar marcas".

Todos podem ser vítimas

A certeza de que existe uma maior taxa de mulheres enquanto vítimas de violência é comum às diferentes partes. A técnica de apoio reconhece que a APAV recebe mais denúncias por parte de mulheres e, "até mesmo a nível estatístico, é realmente o que prevalece", reitera. No que toca ao estudo empírico, todos os inquiridos reconhecem este facto, porém alguns afirmam que poderá estar relacionado com "a menor denúncia nos casos em que a vítima é homem". Sofia Henriques admite que, apesar de a APAV receber cada vez mais queixas por parte de homens, "ainda existe um estigma" quanto a este aspeto, já que "muitos homens que são vítimas têm receio de falar sobre este tema mais abertamente, o que impede a identificação deste tipo de comportamentos como violência", explica.

O estudo nacional da UMAR conclui que "o género masculino apresenta maiores níveis de legitimação para todas as formas de violência no namoro quando comparado ao género feminino". Os comportamentos associados à violência psicológica são os que registam maior diferença entre o género feminino e o masculino, em particular o de "insultar durante uma discussão/zanga", sendo que 21,7% das raparigas e 41,3% dos rapazes não reconhece este tipo de comportamento como violento. No que diz respeito à legitimação da violência sexual, um total de 21,4% das raparigas e de 40,9% dos rapazes legitimam o comportamento de "pressionar para beijar à frente das/os amigas/os".

Os indicadores de vitimação apresentam "números preocupantes entre jovens, nomeadamente quanto a comportamentos de violência psicológica e de controlo", segundo o relatório da UMAR, sendo que 48,5% das raparigas, 39,8% dos rapazes e 70,7% de outras identidades admitem já ter sofrido algum dos indicadores de violência psicológica questionados. Quanto ao controlo, 46,4% do sexo feminino, 41,3% do masculino e 74,1% de outras identidades reportam já ter vivenciado alguns desses comportamentos. Seguem-se a perseguição, a violência através das redes sociais, a violência sexual e a violência física. O estudo conclui que, à exceção da violência física, existem maiores percentagens nos indicadores de vitimação entre as jovens do sexo feminino. No que diz respeito a jovens que se identificam com outras identidades, são evidenciados valores percentuais mais elevados.

E além do género, existirão outros fatores a considerar? Na opinião de Sofia Henriques, o fator financeiro pode ter influência, já que, numa situação de dependência, poderá ser um argumento utilizado pelo agressor de forma a manipular a vítima. Porém, a APAV tenta sempre "explorar todos os recursos", já que "não acredita que a falta de posses económicas ou a dependência económica impeçam a pessoa de sair dessa situação", reitera. Quando inquirida acerca deste tópico no estudo empírico, cerca de 62% da amostra afirma que o fator social e económico têm influência, sobretudo pelo facto de pessoas com menos posses "poderem ter menos educação sobre o tema".

O fator urbano é ainda algo a considerar, já que nas cidades "há mais campanhas de sensibilização para o tema", afirmam os participantes. A técnica de apoio à vítima reconhece que os residentes de áreas mais pequenas e/ou rurais "têm menos acesso a certo tipo de serviços e recursos" e "muitas vezes podem ser mais velhas", por isso "a nível da mentalidade pode existir uma maior normalização

desse tipo de comportamentos". Com o objetivo de colmatar tais desigualdades, a APAV possui vários gabinetes espalhados por todo o território nacional, incluindo as ilhas. Possui ainda equipas móveis que se deslocam a grandes zonas com menor densidade populacional e uma linha de apoio à vítima gratuita que pode assegurar a confidencialidade e o anonimato, informa Sofia Henriques.

Onde está a ajuda?

Situações de humilhação, controlo, ciúmes e manipulação são relatadas por uma fonte anónima, em resultado do estudo empírico, que só ganhou consciência de tais comportamentos representarem violência após a relação ter terminado. "Chamou-me oferecida por ir de vestido a um evento com as minhas amigas", "pedia-me o telemóvel imensas vezes para ver se o estava a trair", "aparecia de surpresa quando estava com as minhas amigas", "nas festas ficava abraçado a mim e não me deixava dançar com outras pessoas" - são alguns dos relatos da mesma fonte.

O número de casos como o descrito é a evidência de que várias vítimas não reconhecem casos de violência. Por ser um crime público, qualquer pessoa pode apresentar uma denúncia e, por isso, Sofia Henriques realça a importância dos olhos atentos de quem rodeia uma possível vítima. No estudo empírico, a APAV, a GNR, a PSP e a COOLABORA foram os nomes mais mencionados no que diz respeito a entidades a recorrer em caso de violência no namoro. ISMAI, CIG e Casa Qui são outros exemplos dos muitos postos do país aos quais se pode pedir ajuda. Dos inquiridos que revelam já ter sofrido uma situação de violência no namoro, vários relatam ter pedido ajuda a familiares, amigos e também professores.

No caso da APAV, o apoio "não depende da apresentação de queixa", explica a técnica, pois a ajuda é realizada através da transmissão de algumas estratégias e informações à vítima ou a terceiros que pretendam ajudar, por exemplo, como iniciar um processo-crime ou a transmitir um plano de segurança à vítima.

Além da violência no namoro, a APAV apoia vítimas de mais de 72 tipos de crimes e dispõe de apoio jurídico, psicológico e social. A instituição sem fins lucrativos possui ainda várias redes especializadas, como a Unidade de Apoio à Vítima Migrante e Discriminação, a rede CARE que presta apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual e a Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e Vítimas de Terrorismo.

*Projeto de Prevenção Primária da Violência de Género em contexto escolar, financiado pela Secretaria de Estado de Igualdade e Migrações.

[1] Os restantes 0,8% correspondem aos inquiridos que não responderam.

*Esta reportagem foi escrita por uma aluna de Mestrado em Audiovisual e Multimédia na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), no âmbito da parceria com a ESCS Magazine.

Texto de Beatriz Mota

Revisão de Mariana Céu e Matilde Ramos

Agradecimentos Sofia Henriques, Técnica de Apoio à Vítima da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Redação



POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Saúde debate violência

‡ A Escola Superior de Saúde de Santarém acolheu, no passado dia 19, um debate sobre “A Violência contra a Pessoa Idosa”, promovido pela Comissão Municipal de Proteção à Pessoa Idosa e/ou Dependente (CMPPID).

Em debate estiveram temas como “A Violência e o Crime”, “A Intervenção” e “Apoio”, com a participação de magistrados, forças policiais, autarcas e Associação Por-

tuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que terá patente a exposição “A Violência contra a Pessoa Idosa”.

Em comunicado, a Câmara de Santarém lembra que a Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas e/ou Dependentes do município foi criada em 2016, abrangendo as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e/ou pessoas em situação de dependência, independentemente da idade. ■



Associações querem que violação seja crime público, Parlamento está dividido

Daniela Carmo e Ana Bacelar Begonha

APAV pede crime de “natureza pública, mas mitigada”, em que a vítima possa optar por suspender o processo

A violação como crime público voltou a dividir o Parlamento, a reboque de uma petição que juntou mais de 100 mil assinaturas. Se ontem a decisão de alargar o prazo de denúncia do crime de violação de seis meses para um ano foi aprovada por unanimidade, a discussão sobre como melhor proteger as vítimas continua a não ser consensual. Do lado das associações de apoio à vítima parece claro que avançar para um crime público é imperativo. Já na bancada socialista o entendimento é outro.

Isabel Moreira, deputada do PS que tem acompanhado o tema, mantém a posição, partilhada pela maioria do grupo parlamentar socialista, de que a violação deve manter-se como um crime semipúblico. Considerando que a denúncia pública é “de enorme violência e paternalismo”, Moreira lembra que o processo penal contra

o interesse da vítima pode levar a uma “retraumatização” e aumentar o “medo” das mulheres de “pedirem ajuda” por receio de que as pessoas denunciem a sua situação.

“O que devemos assegurar é que se a vítima fizer queixa tem os meios necessários”, defende a socialista, que refuta o argumento de que a denúncia pública levaria a mais condenações com a ideia de que vai resultar em “mais absolvições se as vítimas não colaborarem”.

Já Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, argumenta que “há um benefício” em que os processos criminais não dependam exclusivamente da vontade da vítima, não apenas porque permitiria aumentar as denúncias e, assim, “desocultar a realidade do problema da violência contra as mulheres” – apenas uma em dez mulheres denuncia o crime de violação, sublinha –, mas também a nível preventivo. Tornar o crime público “dá um sinal à sociedade de que deve denunciar os agressores” e que “não há impunidade”.

Para a bloquista, o argumento de que o crime público “condiciona a autonomia da vítima” é uma “falácia”, uma vez que esta já “está condicionada por medo, descrédito da justiça e

vergonha”. Mortágua contrapõe com a ideia de que deve ser “retirada de cima da vítima” a “pressão e responsabilidade” de denunciar “sozinha” e que tem de se acabar com a “protecção dos agressores”, reforçada por saberem que o crime apenas pode ser denunciado pelas vítimas sobre as quais exercem poder.

Do lado da Associação de Apoio à Vítima (APAV), a posição é que a violação deve passar a ser crime públi-

co. Contudo, como explica o coordenador de operações daquela instituição, Frederico Marques, “há muitas zonas cinzentas”, e é por isso que defende que seja dada ao crime “uma natureza pública, mas mitigada”.

Nesse cenário, explica, o MP poderia “avançar com procedimento criminal mediante qualquer denúncia, pela vítima ou por terceiros”. Contudo, poderia existir a possibilidade de

a vítima, a qualquer momento, optar pela suspensão do processo ou pelo arquivamento, como defendido esta semana na Assembleia da República por partidos como o Chega, a IL ou o PAN. “Essa vontade, em princípio, a não ser que não seja uma vontade livre e esclarecida, deve ser respeitada”, refere.

Frederico Marques admite, contudo, que a solução actual de crime semipúblico é “semelhante” à proposta da APAV. “Mas [essa realidade] tem um problema, que é de, na prática, o MP não fazer uso da possibilidade de avançar com procedimento criminal mesmo não tendo queixa por parte da vítima”, explica.

Também a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) sublinha a necessidade de que a violação passe a ser um crime público. Ao PÚBLICO, Ilda Afonso, técnica do projecto EIR – Emancipação, Igualdade, Recuperação, diz que a mudança fará com que estes crimes “sejam mais castigados e mais falados, deixando de ser um crime tão privado”. Mas faz uma ressalva: tal como acontece nos crimes de violência doméstica, a “vítima deve poder guardar silêncio” devido à possibilidade de “retraumatização”.



A maioria do grupo parlamentar do PS é contra a alteração à lei

Do militar em apuros à recém-herdeira - burlas românticas estão a crescer

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	01/04/2023
Meio:	Público Online	Autores:	Karla Pequenino

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=d65842a6>

No último ano, a APAV detectou um aumento de fraudes românticas através da Internet. O PÚBLICO tentou descobrir as narrativas mais comuns e como ajudar quem é vítima destas burlas.

A Ana (nome fictício) conhece um homem na Internet. É militar, gosta da mesma música e dos mesmos livros que ela. Apesar de estar longe, em serviço, está sempre disponível para a ouvir e, quando pode, envia fotografias. Quando ele pede ajuda para voltar a Portugal, a Ana envia dinheiro. O pagamento não funciona e a Ana envia mais dinheiro. Quando volta a não funcionar, começa a desconfiar que algo não está bem. Tem razão: ele não existe e as fotografias foram roubadas a uma notícia sobre o óbito de um soldado estrangeiro.

Desde o começo deste ano que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ouviu quase uma dezena de histórias do género. Por vezes, o homem (ou a mulher) é um profissional de saúde ou um recém-magnata que precisa de ajuda para receber a herança e as fotografias são roubadas de celebridades menos conhecidas das redes sociais. Em comum: conhecem-se online, a pessoa precisa de dinheiro, há sempre problemas com os pagamentos, e nunca é fácil marcar encontros frente-a-frente. Por vezes, as quantias enviadas ultrapassam os 20 mil euros.

Trata-se do esquema típico de fraude romântica via catphishing - o processo de criar uma identidade falsa num serviço online para enganar outros. Em Março, a APAV recebeu seis queixas sobre estas burlas depois de lançar uma campanha de alerta ao ver o número de casos a aumentar. Os números reais devem ser superiores, muitas vítimas adiam a denúncia por vergonha.

“Em Dezembro do ano passado começámos a verificar um aumento do número de situações. Em conversas informais com outros organismos com quem cooperamos, como o Gabinete de Cibercrime da Procuradoria-Geral da República [PGR], foi-nos dito que também estavam a registar um aumento de denúncias deste tipo de situações, e por isso decidimos avançar com a campanha”, explica Ricardo Estrela, responsável pela operacionalização das Linhas Internet Segura e Alerta da APAV, ao PÚBLICO.

A primeira abordagem dos criminosos são apps de namoro, sites de jogos ou redes sociais, com vítimas que se sentem muito sozinhas e que têm perfis públicos na Internet onde os criminosos podem aprender sobre elas antes do primeiro contacto.

Foto

“Quando chegam até nós já enviaram vários milhares de euros” - Ricardo Estrela, APAV
Getty/MicroStockHub

“Saber qual é o livro preferido de alguém pode ajudar a criar a narrativa de parceiro romântico perfeito”, salienta Ricardo Estrela. “As narrativas são quase sempre as mesmas. Parecem pouco credíveis quando se está do outro lado e se ouve sempre o mesmo, mas os burlões têm fotografias, enviam documentos falsos de embaixadas e por vezes criam sites inteiros para apoiar uma narrativa.”

As vítimas tendem a ser pessoas emocionalmente carenciadas. “São geralmente mulheres acima dos

35 ou 40 anos, que vão desenvolvendo relacionamentos amorosos à distância. No entanto, as pessoas idosas são as mais vulneráveis a esta situação visto que, muitas vezes se encontram mais isoladas e menos informadas”, detalha a psicóloga Ana Filipa Rodrigues que é voluntária na APAV e que tem acompanhado algumas vítimas destas fraudes.

Frequentemente são familiares e amigos que alertam a APAV para o problema quando percebem que a vítima começou a enviar dinheiro para um parceiro romântico que nunca conheceu pessoalmente. A vergonha é um dos motivos que impede as pessoas de pedirem ajuda mais cedo, quando começam a perceber que algo está errado.

Linha Internet segura

A APAV coordena a Linha Internet Segura, um serviço que compreende:

Esclarecimento e apoio ao cidadão: Acessível através de formulário, contacto telefónico gratuito (800 21 90 90), e correio electrónico (linhainternetsegura@apav.pt).

Serviço de denúncia de conteúdos ilegais: Acessível através de formulário, contacto telefónico gratuito (800 21 90 90), e correio electrónico (linhainternetsegura@apav.pt).

A Linha Internet Segura funciona nos dias úteis das 8h00 às 22h00.

“Quando chegam até nós já enviaram vários milhares de euros”, nota Ricardo Estrela. Nesta altura, o trabalho passa por fornecer apoio psicológico às pessoas afectadas e ajudá-las a apresentar queixa junto das autoridades.

“Começamos por analisar a informação enviada pelo possível burlão. Por exemplo, perceber se a fotografia do suspeito pertence a outra pessoa. Perceber se foram usados documentos e sites falsos e onde é que esses foram registados. Também é preciso perceber os números de telefone e as contas bancárias utilizadas”, enumera o gestor da Linha Alerta. “Juntamos toda esta informação para ajudar as vítimas a fazer queixas à polícia judiciária.”

Encontrar a cara do criminoso

Uma das formas de perceber se alguém está a usar a imagem de outra pessoa é ao pesquisar a imagem na Internet. Ferramentas como a Google Images e o TinEye permitem carregar uma fotografia para ver se existem outras iguais online. Isto também pode ajudar a encontrar fotografias que são usadas como base para criar imagens fabricadas com inteligência artificial (IA).

Quando uma imagem é criada do zero por algoritmos deve-se ter atenção a pormenores como as mãos e a arquitectura dos edifícios. Em 2023 também já começam a surgir sistemas criados para identificar sistemas que usam inteligência artificial generativa (capazes de produzir conteúdo novo com base em bases de dados). A tecnológica Mayachitra disponibilizou um demo grátis em 2021.

Algumas apps de namoro, como a Bumble, que foi criada a pensar em mulheres, oferecem serviços de “verificação de fotografia”. Pessoas que queiram parecer credíveis podem “verificar a identidade” na app ao tirar uma fotografia numa pose sugerida, na hora, pela Bumble. Isto também deve dificultar a criação de imagens falsas via inteligência artificial.

Se suspeita que alguém é vítima de fraude romântica

? Reúna provas. Antes de falar com a vítima, é importante reunir provas que apoiem as suspeitas. Isto pode incluir inconsistências na história do burlão ou provas de outras vítimas. É crucial abordar a vítima com empatia e compreensão.

? Não confronte o burlão. Confrontar o burlão pode colocar a vítima em perigo ou fazer com que o burlão interrompa o contacto, deixando a vítima a sentir-se abandonada.

? Sugira ajuda profissional. Encoraje a procura de ajuda profissional, como terapia, para a ajudar a processar as emoções. Recomende contactar as autoridades para que se possa travar o burlão e impedir futuras vítimas.

Além das fotografias, em Portugal, a Polícia Judiciária (PJ) sugere que as pessoas estejam atentas a narrativas sobre câmaras que não funcionam e pedidos de dinheiro. "Evite fazer pagamentos à cabeça. Não transfira dinheiro a pedido de outra pessoa: a lavagem de dinheiro é crime", lê-se num documento de recomendações da PJ sobre burlas românticas.

Motivar a vítima a investigar

Levar alguém a perceber que é vítima de fraude romântica não é fácil. "A maioria deste tipo de vítimas cria laços afectivos e emocionais com os cibercriminosos ou cibercriminosas", revela a psicóloga Ana Filipa Rodrigues.

Quando se suspeita que alguém próximo esteja a ser vítima de uma burla deste tipo, deve-se ser paciente e reunir provas que apoiem as suspeitas - ou até ajudar a vítima a reunir essas provas. "[Pode-se] explicar à vítima que ela própria deve investigar o perfil da pessoa com quem estabelece o contacto, verificar que género de informação contém, se tem muitos ou poucos amigos", sugere a psicóloga.

Em vez de enviar dinheiro, pode-se propor à vítima que ajude o possível cibercriminoso de outra forma. "Nomeadamente encaminhando-o para outros serviços e caso a pessoa esteja no estrangeiro, muito frequente neste tipo de crimes, as embaixadas [do país em questão]", explica Ana Filipa Rodrigues.

Os problemas, porém, não acabam com a descoberta da burla. "As vítimas tendem a sentir muita culpa e vergonha por se terem deixado enredar na teia do catphisher. Assim, é crucial que, quando conseguem transpor todas estas barreiras, os seus relatos sejam acolhidos sem qualquer juízo crítico ou culpabilização", acrescenta Rita Fonseca Castro, psicóloga na Oficina de Psicologia.

Sinais de alerta

Há cada vez mais apps de namoro com dicas para evitar estes esquemas. A Ímpar compilou as principais dicas:

Pedir dinheiro: o objectivo das apps de namoro não é encontrar mecenas. "Se um par vos pedir dinheiro, bloqueiem-nos e reportem-nos imediatamente", sugere a equipa do Bumble. "Os burlões contam frequentemente histórias desoladoras. Estão presos num país estrangeiro, tiveram um acidente e estão no hospital, precisam de fazer renda", alerta a equipa.

Evitar encontros: Se alguém tem sempre uma desculpa para evitar um encontro frente a frente ou uma videochamada, pode ser um sinal de que não são quem dizem.

Estar longe: Devem-se de desconfiar de relações de longa distância. "Não confie em pessoas que afirmam ser do mesmo país, mas que estão presas noutra parte, especialmente se pedirem ajuda financeira", alerta a equipa do Tinder.

"Seja mais cauteloso com este tipo de ligações; vá devagar e faça muitas perguntas", acrescenta a equipa da Bumble.

Sair da app de namoro: Deve-se desconfiar quando alguém quer passar a usar outra forma de contacto muito rapidamente. Geralmente, um sistema de mensagens encriptado como o Telegram ou WhatsApp. Quando se apercebem do problema, as vítimas tendem a denunciar as contas dos burlões que são bloqueadas. Como cada burlão tenta enganar várias pessoas em simultâneo, começar a falar com elas fora das apps é vantajoso.

Estilos de escrita diferentes: Mensagens incoerentes podem ser um sinal de que se está a falar com uma rede de burlões. Por exemplo, quando alguém oscila entre escrever com muitos erros ortográficos e escrever correctamente.

“Como é que tu não percebeste que estavas a ser enganado?” é uma expressão a evitar. “Não é o momento para criticar aquilo que pode ser visto como uma ingenuidade excessiva, mas sim, para ser empático com o sofrimento que decorre de situações desta natureza”, acentua Castro.

A melhor ferramenta passa por impedir este tipo de crime ao ensinar as pessoas a estarem atentas aos sinais de alerta. “É igualmente necessário motivar a vítima a apresentar queixa junto das entidades competentes”, salienta Ana Filipa Rodrigues. “Este é um tipo de crime que pode acontecer a qualquer um.”

A jurista que se apaixonou pela hotelaria e gestão de RH

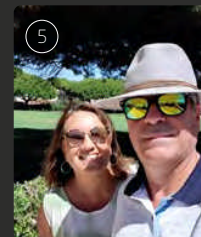
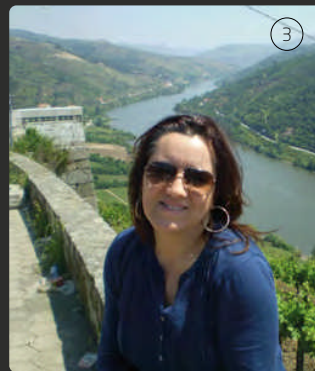
O Direito tinha sido a primeira opção, mas as aulas, enquanto professora, ajudaram-na a descobrir a sua vocação profissional. Ainda estagiou no jurídico do Sporting, **mas depois de entrar no Grupo Dom Pedro, há 25 anos, passou a gerir pessoas na hotelaria**. Até hoje. Teresa Cópio é desde 2000 a DRH do Dom Pedro Hotels & Golf Collection.

Natural do litoral alentejano – Cercal do Alentejo –, Teresa Cópio foi um dos milhares de estudantes que, nos anos 80, veio para Lisboa tirar o curso e, quem sabe, trilhar uma carreira profissional. Esse era, pelo menos, o seu sonho: não só estudar, como viver na capital.

Formou-se na Faculdade de Direito de Lisboa e, durante boa parte do período da licenciatura (que se iniciou em 1988), teve uma experiência marcante: a colaboração com um grupo que apoiava crianças e jovens durante as suas atividades diárias, bem como o seu percurso académico e social, no âmbito de um projeto – que integrou – no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (entre 1988 e 1991).

Em 1994, no momento do estágio obrigatório, Teresa faz uma opção sui generis: estagiar no gabinete jurídico do Sporting, numa altura em que a gestão dos clubes de futebol (mesmo dos maiores) estava muito longe do patamar de sofisticação atual. “Uma experiência fascinante”, resume, hoje, a Diretora de Recursos Humanos do Grupo Dom Pedro Hotels & Golf Collection.

Um ano depois, a ainda recente jurista enveredou pela



docência, começando por dar aulas de Economia no ensino secundário. Na sequência da sua procura por mais trabalho e novas áreas de conhecimento, e ainda como professora, acaba por chegar à área onde trabalha até hoje: o turismo, mais propriamente a hotelaria.

Depois de lecionar Gestão de Recursos Humanos em escolas superiores de gestão hoteleira (onde desenvolveu planos e protocolos de estágio para muitos

estagiários que são hoje diretores de hotel) e na sequência da sua área de formação (relações laborais), ingressou no Grupo Dom Pedro (em 1997): “Integrei um grupo de estágio de recém-licenciados em Gestão Hoteleira, era a única sem saber nada de hotéis”, recorda Teresa Cópio.

Já muito mais ligada à gestão hoteleira e à área dos recursos humanos do que à do Direito, Teresa Cópio viu surgir-lhe uma excelente oportunidade: a abertura do Hotel Dom Pedro, em Lisboa, em 1998. Dois anos depois, assumiu a direção de RH do Grupo, cargo que mantém até hoje.

Casada, 1 filho, dançarina nata e de gargalhada fácil, Teresa Cópio acumula o desempenho profissional com uma ativa vida cívica, de que são exemplos o lugar que ocupa na direção APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e o voluntariado que desenvolve em associações de cariz social. **RH+**

1. Em Sevilha, com o marido e o filho
2. Em Londres, na mesma companhia
3. No Douro
4. Com a mãe, quando tinha três anos
5. De férias, com o marido